

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-graduação em História

**EM BUSCA DE HONRAS, ISENÇÕES E LIBERDADES:
As milícias de homens pretos forros na cidade do Rio de Janeiro
(meados do século XVIII e início do XIX)**

MICHEL MENDES MARTA

Niterói

2013

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-graduação em História

EM BUSCA DE HONRAS, ISENÇÕES E LIBERDADES:

**As milícias de homens pretos forros na cidade do Rio de Janeiro
(meados do século XVIII e início do XIX)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr.^a Mariza de Carvalho Soares.

Niterói

2013

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

M375 Marta, Michel Mendes.

Em busca de honras, isenções e liberdades: as milícias de homens pretos forros na cidade do Rio de Janeiro (meados do século XVIII e início do século XIX / Michel Mendes Marta. – 2013.

141 f. ; il.

Orientador: Mariza de Carvalho Soares.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

Bibliografia: f. 137-141.

1. História do Rio de Janeiro (RJ). 2. Séculos XVIII-XIX. 3. Milícia. 4. Negro. 5. Honra. 6. Status. 7. Mobilidade social. I. Soares, Mariza de Carvalho. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

MICHEL MENDES MARTA

EM BUSCA DE HONRAS, ISENÇÕES E LIBERDADES:

**As milícias de homens pretos forros na cidade do Rio de Janeiro
(meados do século XVIII e início do XIX)**

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-graduação em História

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr.^a Mariza de Carvalho Soares (Orientadora)

UFF

Prof^ª. Dr.^a Ismênia de Lima Martins (Arguidora)

UFF

Prof^ª. Dr.^a Luciana Gandelman (Arguidora)

UFRR
ABREVIATURAS

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

ACMRJ – Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

STDB – Slave Trade Database

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir a formação do oficialato de homens pretos forros nos chamados terços de auxiliares da cidade do Rio de Janeiro. Buscamos compreender suas estratégias para adquirir prestígio e honras através do serviço das armas. Pertencer ao terço era, fundamentalmente, uma estratégia de legitimação da liberdade. Partimos da ordem régia de 1766, um marco para o terço de homens pretos, buscando compreender o modo como os postos do oficialato foram providos, visualizando os deslizamentos entre a percepção do oficialato de cor e das tropas.

Palavras-chaves: milícias, oficiais negros, honras, prestígio e mobilidade social.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo discutir la formación de las milicias de hombres negros en la ciudad de Río de Janeiro. Tratamos de entender sus estrategias para adquirir prestigio y honor. Hacer parte de una milicia fue básicamente una estrategia de legitimación de la libertad. Partimos de la Real Orden de 1766, tratando de entender cómo los cargos de oficiales fueron proporcionados.

Palabras claves: milicias, oficiales negros, honores, prestigio y movilidad social.



BIBLIOTHECA NACIONAL
SECCAO DE MANUSCRITOS
RIO DE JANEIRO

Official do Terço dos Pretos Forros

65

Ao meu filho Lucas,

por tornar meus dias ainda mais felizes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Mariza de Carvalho Soares, minha orientadora, por sua generosidade e acompanhamento, não somente no período de produção desta dissertação de mestrado mas também durante o tempo de harmônica convivência nos anos de graduação. Certamente é inspiração de rigor intelectual e dedicação ao trabalho de pesquisa. Também deixo registrado o meu agradecimento, *in memoriam*, ao professor Maurício de Almeida Abreu, orientador da bolsa de iniciação científica, por sua gentileza e atenção.

À Maria Fernanda Bicalho e Larissa Moreira Viana por terem avaliado este trabalho no exame de qualificação. Sou grato pelas idéias, críticas e sugestões. Agradeço à Luciana Gandelman e Ismênia de Lima Martins por terem aceito o convite para compor a banca de defesa desta dissertação. Aos funcionários do Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro e do Arquivo Nacional pela atenção e disponibilidade com que sempre me auxiliaram no longo período de pesquisa das fontes.

Como é de praxe, passo às homenagens mais íntimas. Avôs, avós, muitos tios, tias, primos, primas... uma parentela ampla e querida. Fica um agradecimento especial a “dinda” Maria, pelo carinho sempre dedicado. Professora e inspiração profissional. Faço menção especial ao “vô” Jaime, de quem certamente herdei o gosto pelas coisas do passado. Em muitas tardes de domingo conversamos longamente sobre a história da família. Em especial a história de Isabel. Mulher negra, filha de escravos, que dedicou sua existência a cuidar da família. Fica aqui registrado um agradecimento e homenagem póstuma.

Aos meus pais, Manoel e Jurema, pelo amor e apoio incondicional. Agradeço a Laís, minha esposa, pela compreensão, auxílio e companheirismo nos períodos de

composição desta dissertação de mestrado. Sem ela, certamente, todo o processo seria mais difícil. Agradeço pela alegria de tê-la ao meu lado, compartilhando sonhos, esperanças e convicções. Seu imenso amor foi meu conforto nos momentos de tensão. Agradeço por ter me dado nosso filho Lucas, cujo sorriso ilumina o mundo.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| CAPÍTULO 1 – O Terço Auxiliar de homens pretos forros na cidade do Rio de Janeiro .. | 26 |
| 1.1 Considerações iniciais..... | 26 |
| 1.2 A expansão do terço de homens pretos forros na cidade do Rio de Janeiro..... | 36 |
| 1.3 Patentes, distinções e hierarquias sociais..... | 48 |
| 1.4 Crioulos, minas e a disputa entre grupos..... | 60 |
| CAPÍTULO 2 – Dominação, hierarquia e trajetórias individuais: o oficialato de homens pretos forros na cidade do Rio de Janeiro | 73 |
| 1.1 O capitão-mandante Miguel de Souza de Andrade..... | 76 |
| 1.2 Entrelaçando Trajetórias..... | 93 |
| 1.3 Algumas conclusões..... | 100 |
| CAPÍTULO 3 – Em busca de “constituição e regularidade”: o Batalhão de Milícias dos Henriques no início do século XIX | 102 |
| 1.1 Um novo projeto: “A Brigada de Artilharia de Milícias dos Henriques”..... | 106 |
| 1.2 Um novo olhar sobre o projeto de reorganização..... | 122 |
| 1.3 Novos tempos..... | 126 |
| CONCLUSÃO | 135 |
| BIBLIOGRAFIA | 137 |

INTRODUÇÃO

Nos primeiros meses do ano de 2007, aproximadamente dois anos após ingressar no curso de graduação em história da Universidade Federal Fluminense, dei início aos trabalhos da bolsa de iniciação científica do projeto *Africanos forros e a ocupação dos chãos urbanos na cidade do Rio de Janeiro (1750-1800)*, dirigido pelo professor Maurício de Almeida Abreu e sob coordenação da professora Mariza de Carvalho Soares. O projeto de pesquisa teve como objetivo a organização de um banco de dados nominal constituído por africanos forros, residentes na cidade do Rio de Janeiro, entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX.

A coleta de informações foi realizada no *Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro*, entre os anos de 2007 e 2009. O banco de dados foi regularmente abastecido com registros de batismo, habilitações matrimoniais, livros de casamento, de testamento e óbito. Em seguida, a pesquisa foi ampliada com cartas de alforria e de outros documentos oriundos de arquivos diversos. Uma importante documentação sobre a ocupação dos chãos da cidade – obtida através do levantamento cartorário realizado pelo professor Maurício Abreu – também foi acrescida ao conjunto da documentação. Assim, conseguimos construir um conjunto de pequenas biografias de africanos, em sua maioria procedentes da região da Costa da Mina, de onde saiu parte significativa da escravaria vinda para a América portuguesa nos séculos XVIII e XIX.¹

¹ Sobre os chamados “pretos minas” na cidade do Rio de Janeiro ver SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000. Ver da mesma autora: “From Gbe to Yoruba: Ethnic Changes within the Mina Nation in Rio de Janeiro”. FALOLA, Toyin; CHILDS, Matt (orgs.) *The Yoruba Diaspora in the Atlantic World*. Indiana University Press. 2004; “A ‘nação’ que se tem e a ‘terra’ de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português século XVIII” *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 26, mai-ago, 2. 2004. pp. 303-331.

Durante o longo trabalho de pesquisa, transcrição de fontes e produção do banco de dados surgiu o interesse por estudar uma parcela dos homens forros que haviam acumulado pecúlio e alcançado prestígio.² Com a leitura atenta das biografias, percebemos que alguns desses homens faziam parte dos chamados terços de homens pretos, também conhecidos como *Henriques*, em homenagem a seu fundador Henrique Dias. Com um conhecimento bastante restrito sobre o tema, seguimos em busca de autores que pudessem fornecer mais detalhes sobre essas tropas.

A historiografia brasileira, no entanto, dedicou pouca atenção ao estudo dos terços de homens pretos.³ De acordo com A. J. R. Russell-Wood, “embora as irmandades tenham atraído o interesse dos historiadores, as companhias da milícia foram em grande parte ignoradas”.⁴ Neste mesmo sentido, em trabalho recente, Silvia Hunold Lara aponta que a

² Não só os homens alcançaram tal proeza. Sheila de Castro Faria, tratando das chamadas “pretas quitandeiras”, demonstrou como essas mulheres acumularam pecúlio e formaram uma “elite de cor”. FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, Damas mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Tese apresentada ao concurso de Professor Titular junto ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. 2004. Também da autora, *Mulheres forras – riqueza e estigma social*. Tempo, 9 (2000): 65-92. Vide ainda, *Sinhás Pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (sécs.XVIII-XIX)*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João. (Org.). *Ensaio sobre História e Educação*. 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. Mauad/Faperj, 2001, v. 1, p. 289-329.

³ Na introdução de recente obra coletiva, Hendrik Kraay, Vitor Izecksohn e Celso Castro apontam para a difícil trajetória que “temas militares” tem encontrado no Brasil. Segundo os autores, um dos principais motivos estaria no envolvimento militar na política, por conta da ditadura de 1964-85. Os chamados “temas militares” passaram por um longo período de silenciamento. A meu ver, muito desta argumentação pode ser rediscutida para pensarmos as milícias de cor no século XVIII e XIX. Afinal, o estudo de homens pretos que, voluntariamente, se integraram a organização militar do império português, parece ter sido visto pela historiografia como menos importante (naquele contexto específico), que o estudo das grandes rebeliões, da formação de quilombos, da resistência coletiva, etc. O estudo das milícias de cor, composta por homens livres e libertos que não se rebelaram (ao contrário, se integraram a “estrutura militar”) seria pouco apropriado neste contexto. Também os chamados “historiadores militares” dedicaram pouco espaço aos milicianos de cor. Seus motivos seriam outros. Filiados a uma escola interpretativa que, no Brasil, teve início nos anos 1890, tais historiadores dedicaram suas análises ao estudo das batalhas, táticas e principais figuras militares. Os milicianos de cor, ainda que tratados de maneira elogiosa, seriam preteridos em relação aos grandes líderes militares e suas batalhas. Somente em 1990, sob a influência da história social e da antropologia, teve início uma renovação da chamada história militar. Ganham força as temáticas de gênero, identidades, vínculos de sociabilidade, hierarquias, etc. Anterior aos anos de 1990, as análises militares não privilegiaram tais aspectos. CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

⁴ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2005, p. 129.

presença dos Henriques “nas cidades e nas áreas rurais é ainda pouco estudada”, sendo um valioso objeto de análise.⁵

Em seu livro *Os Donos do Poder*, publicado no ano de 1958, o historiador Raymundo Faoro, apontou caminhos a serem seguidos e identificou algumas questões de ordem política e social. Em sua leitura, ao alcançar os maiores postos do oficialato, “o mulato ganhava atestado de brancura.” E aqui o autor identificou o que seria um importante ponto de tensão: a concessão de patentes. Afinal, “as patentes afidalgam, levam o mulato e o negro livre a desprezar o trabalho para se elevar verticalmente, com o galão nobilitador”.⁶ Ainda que não aprofunde a análise (e trate brevemente do tema) é interessante notarmos a compreensão de Faoro sobre os terços de pretos. Para o autor, fazer parte destes corpos militares era um meio para a conquista de prestígio e *status* social.

Somente em 1982, através da análise do historiador anglo-saxão A. J. R. Russell-Wood, o terço de homens pretos forros seria tratado com maior consistência. Em *The Black Man in Slavery and Freedom in Colonial Brazil*,⁷ o autor aprofundou análises, desenvolveu novas estratégias de pesquisa e buscou compreender até que ponto os homens livres e libertos, africanos e seus descendentes, negociavam e tomavam decisões baseados em suas próprias prioridades. O clássico trabalho de Russell-Wood foi resultado de um contexto acadêmico que produziu inúmeros estudos sobre a história da escravidão e o escravismo na América inglesa e no Caribe.⁸ A importância de sua análise foi amplamente reconhecida e,

⁵ LARA, Sílvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.167.

⁶ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro*, 3ª ed., São Paulo: Editora Globo, 2001, p. 226.

⁷ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *The black man in slavery and freedom in colonial Brazil*, Nova York, St. Martin's Press, 1982.

⁸ O principal objetivo de Russell-Wood era “mudar o debate para além daquilo que vinha sendo feito há quase meio século, inicialmente por Gilberto Freyre em seu clássico *Casa grande e senzala*”, além de examinar “a questão da identidade entre pessoas de descendência africana, revelado no contexto corporativo das irmandades e nas companhias de milícia”.

logo nos anos iniciais, o livro recebeu uma série de resenhas.⁹ Dentre elas, destaco a escrita pela historiadora Mary Karasch. Para a autora, o trabalho de Russell-Wood foi capaz de levantar questões importantes e de fornecer uma perspectiva que iluminou padrões mal percebidos sobre vários aspectos da sociedade escravista brasileira.¹⁰

Tardiamente traduzido para o português, com o título *Escravos e libertos no Brasil Colonial*, o livro foi publicado no ano de 2005. Os pontos fundamentais de sua análise foram mantidos. No entanto, a diferença de vinte e três anos entre a publicação em inglês e a tradução, fez com que o autor pensasse como as novas interpretações acadêmicas, surgidas entre as duas publicações, levariam-no a modificar abordagens, revisar hipóteses e mudar conclusões. Para tanto, um epílogo intitulado *Considerações retrospectivas, atuais e prospectivas*, foi acrescido ao conjunto do trabalho. Além de acrescentar uma importante revisão historiográfica, a inclusão deste epílogo teve o mérito de revelar as motivações que, na década de oitenta, envolveram o processo de sua escrita. Segundo Russell-Wood:

Meu propósito ao escrever este livro foi oferecer uma alternativa à preocupação acadêmica então preponderante com a instituição da escravatura, voltando-me para um setor da sociedade do Brasil colonial que ainda não tinha recebido o tratamento especializado que eu supunha merecer: a população livre e liberta de indivíduos de ascendência africana. O fato de esta população não ser monolítica devia ter sido afirmado com mais clareza.¹¹

Para o autor, portanto, a população livre e liberta, longe de fazer parte de um todo monolítico, era bastante diferenciada. De modo mais amplo, Russell-Wood tentava compreender a “natureza nuançada e gradativa” da sociedade brasileira. Em suas palavras:

⁹ GLASGOW, Roy Arthur. *The American Historical Review*, Vol. 88, No. 4 (1983), pp. 1117-1118. PALMER, Colin A. *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 64, No. 2 (1984), pp. 383-384. ANDREWS, George Reid. *Luso-Brazilian Review*, Vol. 21, No. 1 (1984), pp. 119-121. LYNCH, John. *The English Historical Review*, Vol. 100, No. 394 (1985), pp. 189-190. KUZNESOF, Elizabeth. *Journal of Social History*, Vol. 20, No. 2 (1986), pp. 405-407

¹⁰ KARASCH, Mary. *The Americas*, Vol. 40, No. 2 (1983), pp. 279-281.

¹¹ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial.*, p. 294.

A história brasileira costuma desafiar a compartimentalização e a categorização. Adotar uma abordagem binária e enfatizar a dicotomia – negro/branco, escravo/livre, resistência/acomodação – é forçar o que é fluido e poroso a caber num recipiente rígido e desconfortável.¹²

O abandono de certas dicotomias, o refinamento interpretativo e a complexificação da análise do mundo dos homens livres e libertos deram forma e consistência ao trabalho do autor. Seu esforço era compreender até que ponto os africanos e seus descendentes, livres e libertos, negociavam e tomavam decisões baseados em suas próprias prioridades. Assim sendo, a decisão de participar de entidades corporativas, como uma milícia ou uma irmandade, seria o momento em que estes segmentos da população manifestavam algum grau de autonomia em seus pensamentos e ações.¹³

As milícias seriam, portanto, “porta-vozes das aspirações e reivindicações dos negros e mulatos livres”.¹⁴ Três de suas principais reivindicações seriam: soldo, privilégios e ascensão aos postos o oficialato. Russell-Wood valorizou as tensões que a concessão de patentes provocava e indicou que, ao longo do século XVIII, “houve queixas à Coroa de oficiais de cor da milícia, que alegavam que seu posto não era reconhecido pelos oficiais brancos e que os soldados das tropas regulares se recusavam a saudá-los.”¹⁵ No ano de 1796, em Salvador, tais tensões ficariam ainda mais evidentes. O governador apresentou ao príncipe regente uma proposta de reforma da estrutura de comando dos Henriques. A proposta defendia a abolição dos postos superiores que eram ocupados por homens pretos

¹² RUSSELL-WOOD, A. J. R., *Escravos e libertos no Brasil colonial*, p. 295

¹³ A forte presença de indivíduos de ascendência africana, para Russell-Wood, teriam como expressão mais reconhecida as irmandades católicas leigas e as milícias de cor, espaços que serviriam para uma vivência de sociabilidade que, em outras esferas da sociedade, dificilmente escravos e forros encontrariam. RUSSELL-WOOD, A. J. R., *Escravos e libertos no Brasil colonial*, pp. 129-142.

¹⁴ RUSSELL-WOOD, A. J. R., *Escravos e libertos no Brasil colonial*, pp. 140-142.

¹⁵ RUSSELL-WOOD, A. J. R., *Escravos e libertos no Brasil colonial*, p. 138.

forros e a substituição deles por um sargento-mor branco. Tal reforma foi implementada, o que gerou, obviamente, uma série de insatisfações. A oficialidade de cor protestou junto a coroa e, em 23 de julho de 1802, o príncipe regente revogou a reforma retomando, assim, à organização prévia de comando.¹⁶

Depois do trabalho de Russell-Wood alguns estudos bastante recentes dedicaram suas análises aos Henriques. Em 2002, tratando das vilas canavieiras de Pernambuco, nos séculos XVII e XVIII, Kalina Vanderlei Silva debateu a possibilidade de ascensão social de escravos e forros através da organização militar portuguesa. Para a autora, “longe de serem compostas com os marginais e excluídos, como o exército regular, esses terços representam um espaço de assimilação e ascensão”.¹⁷ Em sua análise, o terço de pretos era uma “instituição ambígua”, pois cooptava os negros para o serviço militar e, ao mesmo tempo, concedia prestígio e status social.

Em 2007, Francis Albert Cotta estudou o terço de homens pretos em Minas Gerais. De acordo com o autor, “por ser uma capitania de centro, isso é, não ter litoral ou fazer fronteira com as possessões da Espanha, os seus corpos militares, e conseqüentemente as milícias negras ali formadas, se especializaram na manutenção da ordem”.¹⁸ O autor buscou identificar as estratégias adotadas pelos homens pardos e negros libertos. Para tanto, sistematizou dados e elaborou um quadro dos oficiais pardos e negros libertos relacionados no Rol de Confessados de São José Del Rei, comarca do Rio das Mortes, em Minas Gerais, no ano de 1795. Fazendo a análise do quadro, identificou que “as estratégias utilizadas pelos homens pardos e negros libertos variavam desde a inserção em redes de

¹⁶ RUSSELL-WOOD, A. J. R., *Escravos e libertos no Brasil colonial*, pp. 140-142.

¹⁷ SILVA, Kalina Vanderlei. “Os Henriques nas vilas açucareiras do Estado do Brasil: tropas de homens negros em Pernambuco, séculos XVII e XVIII”. *Estudos de História*. Vol. 9, nº 2, 2002, p.18.

¹⁸ COTTA, Francis Albert. *Milícias negras na América Portuguesa*. Klepsitra. Revista Virtual de História, v.27, 2007, p.3.

apadrinhamento e clientela até adoção dos valores tidos como ideais pela sociedade católica portuguesa”.¹⁹ Ao apresentar suas conclusões, Cotta entendia que os militares negros, ao conquistarem relativa mobilidade social através dos cargos que exerciam, estavam se inserindo na sociedade escravista. No entanto, informava que “não se pode desprezar o fato de que alguns negros ao se alistarem nos corpos militares estariam desenvolvendo estratégias de resistência”.²⁰

Para o século XIX, temos o trabalho de Hendrik Kraay. Em artigo publicado em 2002, o autor informou que durante a guerra de independência brasileira na Bahia, em 1822-1823, foram mobilizados contingentes de escravos e libertos de cor.²¹ Temos também o trabalho de Luiz Geraldo Silva, publicado em 2003, que destacou o importante papel dos milicianos de cor no ano de 1817 e nos acontecimentos de 1824.²² No entanto, para o Rio de Janeiro, principalmente no século XVIII, não existiam trabalhos sobre o assunto.

A inexistência de vestígios sobre o terço de homens pretos na cidade do Rio de Janeiro sempre pareceu-nos um fato intrigante e controverso. Teriam perdido-se com o tempo? Haveria falta de regularidade na produção de documentos em sua “burocracia” interna? Haveria entre os Henriques, do mesmo modo que acontecia com os corpos compostos por homens brancos, uma organização que encarregava-se de determinar a formação de companhias, engajar a população de forros e libertos no serviço das armas e, principalmente, estabelecer uma hierarquia interna? Para muitas destas perguntas a resposta

¹⁹ COTTA, Francis Albert., *Milícias negras na América Portuguesa*, p. 11.

²⁰ COTTA, Francis Albert., *Milícias negras na América Portuguesa*, p. 21.

²¹ KRAAY, Hendrik. “*Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos: o “recrutamento” de escravos na guerra da independência do Brasil (1822-1823)*”. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 22, n. 43, 2002, pp. 109-126.

²² SILVA, Luiz Geraldo. “Negros patriotas: raça e identidade social na formação do Estado-nação (Pernambuco, 1770-1830)”. In: István Jancsó (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo/Injuí: Hucitec/Unijui, 2003. Ver do mesmo autor. *Sociabilidades políticas na América portuguesa: Henriques e Pardos sob o governo barroco e a era das Luzes (1750-1831)*. Projeto de pesquisa, Universidade Federal do Paraná, 2005, p. 4.

seria encaminhada para a “inexistência de fontes” e, portanto, para a impossibilidade de discussão do tema.

Era intrigante perceber a falta de estudos e, ao mesmo tempo, através das biografias individuais, encontrar homens forros, na cidade do Rio de Janeiro, ostentando patentes do oficialato. Ao retomar a leitura bibliográfica, percebemos que alguns destes homens estavam presentes no conjunto de trabalhos de Mariza de Carvalho Soares. Ainda que não fosse seu objetivo principal, a autora foi responsável por lançar luz sobre os oficiais dos Henriques residentes na cidade do Rio de Janeiro. Ao estudar a irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, a autora identificou, entre seus mais importantes membros, homens com patentes militares. Eram eles: Inácio Gonçalves do Monte, Gonçalo Cordeiro e João Luís de Figueiredo. Portanto, os personagens existiam, declaravam-se e eram reconhecidos como capitães, alferes, sargentos, entre outros títulos honrosos.

Partimos então em busca de documentos que pudessem revelar mais detalhes sobre os terços de homens pretos forros. Em longos meses de consulta no Arquivo Nacional, nos códices da Secretaria de Estado do Brasil, do vice-reinado e especialmente nas correspondências de capitães-mores e comandantes de regimentos de vilas do Rio de Janeiro, a busca pelas fontes foi dando resultados. Nas caixas da Secretaria de Estado do Brasil foram consultados os ofícios ao comandante dos Henriques, cartas patentes, portarias ao tesoureiro geral das tropas, o índice cronológico das provisões do Conselho Ultramarino, entre outros. Nas caixas referentes ao vice-reinado consultei a nomeação dos oficiais Henriques, o mapa geral das milícias estacionadas no Rio de Janeiro e a relação das praças que se achavam incapazes de exercer o real ofício.

Assim, ao longo da vigência do projeto de pesquisa iniciado em 2007 e com auxílio da documentação coletada preparei minha monografia de bacharelado, defendida no ano de

2009, tratando bastante inicialmente sobre os terços de homens pretos forros. Também com essa documentação escrevi o capítulo *As milícias de cor na cidade do Rio de Janeiro, sécs. XVIII e XIX*.²³ Inicialmente, estudei o terço de pretos como verdadeiros receptáculos dos chamados “pretos minas”. Tal percepção não estava incorreta. De fato, muitos forros de “nação mina” ocuparam postos do oficialato. No entanto, com o amadurecimento da pesquisa, percebemos que a composição social do oficialato era ainda mais complexa do que parecia. Minha leitura inicial, ao focar os “pretos minas” possuidores de patentes, acabou por compartimentar uma realidade complexa e multifacetada. Mais do que um receptáculo de um único grupo de procedência, os terços de homens pretos foram verdadeiros catalisadores das aspirações de africanos e crioulos que buscavam distinguir-se e afastar-se o máximo possível do conjunto da escravaria e da condição de ex-escravos.

Tendo esta compreensão dei início ao curso de mestrado. Tinha como base a documentação militar encontrada no Arquivo Nacional e o conjunto de biografias produzidas no contexto da bolsa de iniciação científica em 2007. Buscando ampliar o conjunto de fontes já reunidas, acessamos à documentação digitalizada pelo *Projeto Resgate*, disponibilizada on-line pelo Centro de Memória Digital da Universidade de Brasília.²⁴

A documentação militar, representada pelas patentes do oficialato, forneceu uma série de nomes dos oficiais do terço de pretos. Alguns estavam presentes no banco de dados construído durante a vigência da bolsa de iniciação científica, o que possibilitou a coleta de informações sobre suas trajetórias. No entanto, somente com o cruzamento da

²³ MARTA, Michel Mendes. “As milícias de cor na cidade do Rio de Janeiro, sécs. XVIII e XIX”. In: SOARES, Mariza de Carvalho e BEZERRA, Nielson Rosa (orgs.) *Escravidão Africana no recôncavo da guanabara (séculos XVII-XIX)*, editado pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFF, 2011.

²⁴ O Centro de Memória Digital (CMD) foi criado no ano de 2003 e digitalizou o conteúdo do Projeto Resgate, tendo aproximadamente o número de 1,5 milhão de imagens on-line, de acesso livre e gratuito. Consultado em www.cmd.unb.br/resgate_busca.php

documentação eclesiástica, fomos capazes de identificar a procedência de alguns componentes do oficialato do terço de pretos e, assim, vislumbrar uma série de conflitos internos que envolveram o provimento dos postos.

Os capítulos que seguem encontram-se perpassados, de modo mais ou menos explícito, por duas grandes análises. A primeira, forjada por A. J. R. Russell-Wood, trata da “atitude ambivalente” da Coroa portuguesa em relação aos terços de pretos.²⁵ De um lado, seu valor militar era reconhecido. Por outro, havia o receio de que corpos formados exclusivamente por homens alforriados, africanos e seus descendentes, representassem uma ameaça à população. Tal ambigüidade permeou todo o período em que o terço dos Henriques esteve em atividade. Esta idéia de “atitude ambivalente” encontra-se presente no conjunto de capítulos da dissertação. Em alguns momentos, foi referenciada de forma explícita. Em outros, serviu como pano de fundo dos capítulos. Sempre que necessário evidenciamos este aspecto de análise e retomamos o ensinamento de Russell-Wood. Em suas palavras existiam

Percepções e atitudes estereotipadas e negativas (...) em relação aos negros e sobretudo em relação aos mulatos (...) de quem desconfiavam intrinsecamente e sobre a qual não tinham pleno controle, mas de quem dependiam e a quem deram um certo grau de legitimidade ao reconhecerem a sua relevância funcional para (...) a defesa da colônia contra os inimigos externos e a preservação da ‘boa ordem da República’.²⁶

Portanto, a relação dos agentes do poder com os indivíduos forros e libertos, africanos e seus descendentes, pendia entre a necessidade e o receio. O fato de estarem

²⁵ RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Autoridades ambivalentes: o Estado do Brasil e a contribuição africana para a boa ordem na República”. In: NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999

²⁶ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Autoridades ambivalentes...*, p. 117

entre essas duas posições, gerou uma “atitude ambivalente”. Tal atitude foi a base de muitas interpretações sobre a importância e os perigos que advinham do terço de homens pretos e, conseqüentemente, de seus componentes.

A segunda perspectiva que perpassa a construção dos capítulos diz respeito a compreensão teórica sobre as relações de dominação explicitada por Angela de Castro Gomes. Muito além de “alinhamentos automáticos” entre dominados contra dominantes, a análise do oficialato de pretos atenta para uma dinâmica de alianças e oposições que perpassaram as relações cotidianas desses homens e, absolutamente importante para a análise, leva em conta que o poder, nessa perspectiva teórica, não era um monopólio do dominante. No espaço dos dominados também existia poder e hierarquias. Os oficiais do terço de pretos foram, então, objetos preciosos para efetuarmos esta observação.²⁷

No capítulo 1, analisamos o caráter “simbólico” representado pela inserção em um terço auxiliar de homens pretos forros. Os homens que neles se inseriam estavam em busca de privilégios e distinções que os mais altos postos do oficialato propiciavam. Estavam plenamente “impregnados” por certos códigos hierárquicos tão característicos de uma sociedade de Antigo Regime. Segundo Schwartz, tratava-se de uma sociedade que viabilizava “legalmente na prática as hierarquias de graduação, privilégio e honra”.²⁸ O terço de pretos representava, portanto, um importante espaço de conquista de privilégios e distinções que os distanciavam dos demais, mesmo permanecendo dentro da hierarquia que os classificava como abaixo dos homens brancos livres. O pertencimento a uma terço

²⁷ GOMES, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

²⁸ Stuart. B. Schwartz. *Segredos Internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835). São Paulo, Companhia das Letras. 1998. p .210.

estava associado, portanto, as estratégias de afastamento das fronteiras que separavam liberdade e escravidão.

No capítulo 2, traçamos a trajetória de alguns componentes do oficialato do terço de homens pretos. O capítulo encontra-se dividido em dois grandes blocos. No primeiro, buscamos reconstruir a trajetória do capitão-mandante Miguel de Sousa de Andrade, valorizando suas escolhas e as redes construídas em busca de prestígio e ascensão. Partindo da documentação miliciana, iniciamos nossa investigação. Para tanto, o trabalho com as fontes eclesiásticas desempenhou papel fundamental. Através de registros de batismo, das habilitações matrimoniais, dos assentos de casamento e óbito, foi possível fazermos um apanhado de informações sobre a trajetória de nosso personagem. Iniciamos, então, um verdadeiro trabalho de *procurar agulha no palheiro*. Os livros de batismo e casamento foram o primeiro conjunto de fontes pesquisadas.²⁹ Cada registro encontrado, mesmo que revelasse dados indiretos, era transcrito, separado e dividido por anos.

A pesquisa durou alguns meses até que pudéssemos reunir um número razoável de fragmentos. Nesta documentação, encontramos nosso personagem sendo testemunha de casamento de escravos e libertos, batizando e levando seus escravos para serem batizados. Partimos, então, para a segunda fase da pesquisa. Começamos a vasculhar todos os nomes de senhores, escravos, forros, africanos, crioulos e pardos que apareciam nos registros em que Souza de Andrade estava presente. O método seguido foi o mesmo: tendo por base os nomes, iniciamos uma procura minuciosa na documentação eclesiástica. De modo geral, conseguimos localizar todos os agentes sociais que de algum modo apareceram junto de nosso personagem. Partimos então para a terceira fase. Cruzamos todas as informações

²⁹ ACMRJ – Livro de casamentos de Livres e Escravos de N.S. Candelária – AP 0795; Candelária – Matrimônios 1725, Nov-1737, Mar – Folha 141; Candelária – Matrimônios 1737, Mar-1751, Jun – Folha 33 (verso); Livro de casamentos de Livres e Escravos de N.S. Candelária – AP 0795 – Folha 80; Livro de batismo da Candelária – Batismos 1745, Maio-1776, Dez – folha 8

encontradas de modo que pudéssemos visualizar as relações construídas por Miguel, tornando assim sua existência um pouco menos turva.³⁰

No segundo bloco, passamos para as trajetórias dos capitães Thomé Galvão e Ignácio Gonçalves do Monte. A pesquisa de dados sobre nossos personagens ocorreu de forma semelhante ao que foi feito com Miguel de Souza de Andrade. No entanto, optamos por entrelaçar suas trajetórias, acompanhando os momentos de importância de suas vidas. Procuramos colocar nossos personagens lado a lado, de modo que suas trajetórias fossem observadas simultaneamente e, assim, pudéssemos compreender e visualizar, através de suas diferenças e similaridades, o cenário multifacetado que compunha a sociedade escravista de Antigo Regime e, como em momentos diversos, a trajetória de nossos personagens foi sendo conduzida até chegarem a instituição miliciana.

Finalizamos discutindo, no capítulo 3, o projeto de reorganização do terço de homens pretos nos primeiros anos do século XIX, analisando como a proposta de redução dos terços foi efetivamente posta em prática. Por fim, utilizamos a documentação em que o Conselho Ultramarino nega que essa redução seja feita por considerar que os Henriques não estavam preparados para o serviço de artilharia. O capítulo segue até o ano de 1808, que representou um marco para os Henriques da cidade do Rio de Janeiro. Desde meados do XVIII, eram proibidos de ocupar os maiores postos do oficialato. Com a chegada da família

³⁰ Para que o leitor possa visualizar melhor o modo como este cruzamento de dados foi feito, exponho um rápido exemplo. Investigando o livro de batismos da candelária, localizamos, no ano de 1746, o batismo de Ana, escrava de Miguel de Souza de Andrade, cujo padrinho foi Custódio Rodrigues Bandeira. Tal fato não seria mera casualidade. Partimos então para a investigação do padrinho de batismo. Consultando, ano a ano, os registros do livro de casamentos da freguesia da Candelária, encontramos, em 1747, Custódio Rodrigues Bandeira como testemunha de casamento do pardo Pascoal Ferreira Gomes e da preta forra Suzana de Moura. Tais nomes não eram estranhos, o que nos fez retornar as transcrições iniciais em que Souza de Andrade aparecia. Nestas transcrições encontramos Pascoal Ferreira Gomes ao lado de Miguel, em 1749, como testemunha de casamento. Já Suzana de Moura aparecia no ano seguinte, em 1750, apadrinhando o filho dos escravos de Souza de Andrade. Todos estes personagens, portanto, se relacionaram. A consequência dessas relações e os interesses envolvidos serão discutidos, no capítulo 2, no tópico referente a trajetória de Souza de Andrade.

Real e a tentativa de regulamentar as tropas, os homens pretos forros passaram a receber as maiores patentes do oficialato.

CAPÍTULO 1

O terço auxiliar de homens pretos forros na cidade do Rio de Janeiro

1. Considerações iniciais

O império ultramarino português³¹ foi mantido e estruturado, ao longo dos séculos, com base na articulação de um conjunto de relações estabelecidas entre os poderes central, intermediário e local.³² Tal fato gerou a necessidade de que dinâmicas de negociação, baseadas na relativa autonomia entre os poderes, fossem constantemente estabelecidas, aplacando assim possíveis tensões.³³

Por conta da vastidão de seus territórios, distribuídos entre sociedades diversas, compostas por complexas redes econômicas, sociais e políticas, o império teve de construir elementos capazes de garantir certa unidade entre o reino e suas conquistas. O historiador britânico Charles R. Boxer, em seu célebre livro *O império marítimo português*, publicado originalmente em 1969, afirmava que a câmara e a misericórdia, espalhadas do Maranhão até Macau, foram as principais responsáveis por proporcionar a “continuidade” necessária para a sustentação e a consolidação do império.³⁴ Ao contrário de Caio Prado Júnior, em *Formação do Brasil contemporâneo*,³⁵ Boxer entendia que, nas conquistas, a reprodução de

³¹ A noção de “império” suscita uma série de debates. Muitos expoentes da historiografia portuguesa, como Vitorino Magalhães Godinho, adotaram a idéia de “expansão”. Tal opção encontra-se presente em trabalhos atuais da historiografia portuguesa, vide BETHENCOURT, Francisco e CHADHOURI, Kirti (dir.), *História da expansão portuguesa*, vols. 1, 2, 3 e 4. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. Esta obra, no entanto, apresenta clara aproximação com a idéia de “império” ao tratar das conquistas portuguesas. O historiador C. R. Boxer, mesmo assimilando uma série de informações apresentadas por Godinho, também privilegia a noção de “império” ao tratar das instituições de poder, da Igreja, das sociedades e das ideologias. Para um panorama historiográfico, ver TAVARES, Célia. “De Ceuta a Goa: O esboço do Império Português”. In: *Jesuitas e Inquisidores em Goa*, Lisboa: Roma Ed., 2004; VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, pp. 299-301

³² FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

³³ GOUVÊA, Maria de Fátima. “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)”. In FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.), *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 285-315

³⁴ Em estudo amplamente citado pela historiografia, Charles R. Boxer afirmava que “a Câmara e a Misericórdia podem ser descritas, com algum exagero, como os pilares gêmeos da sociedade colonial portuguesa do Maranhão até Macau. Elas garantiam uma continuidade que os governadores, os bispos e os magistrados transitórios não podiam assegurar.” Ver BOXER, Charles R. *O império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 286

³⁵ PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

instituições presentes no reino foram o cimento necessário para assegurar, durante um longo período, a existência do império português.

Além da constituição de uma importante malha governativa, o serviço das armas *D'el Rey* desempenhou papel preponderante na manutenção da unidade imperial. Afinal, era preciso garantir a segurança dos preciosos territórios da América, da África e da Ásia. No entanto, dada a falta de recursos da fazenda real, grande parte da defesa militar ficou a cargo dos habitantes locais que, através das armas, assumiram a responsabilidade pela manutenção e segurança do império.³⁶ De acordo com A. J. R. Russell-Wood, a consolidação e sobrevivência do império português estava intimamente relacionada com a “dependência em relação aos não-europeus”.³⁷ Em sua leitura, “os portugueses atuaram *com* e não isoladamente *contra* os povos com os quais entraram em contato”.³⁸

A heterogeneidade dos povos das conquistas estava claramente refletida na composição das tropas. Assim, a utilização de não-brancos no serviço das armas foi uma realidade bastante comum. Ao longo dos séculos, tropas indianas, de “escravos negros da Guiné”, de índios americanos e de “mestiços” foram arregimentadas por diversos pontos do império. De acordo com os relatos de época, entre os não-brancos reunido nas tropas, os escravos africanos destacavam-se por sua ferocidade e por sua grande capacidade bélica. Para Boxer, “os portugueses, mais do que qualquer outra nação colonizadora europeia, confiavam muito mais nas qualidades belicosas de seus escravos africanos”.³⁹

³⁶ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 305

³⁷ RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Autoridades ambivalentes: o Estado do Brasil e a contribuição africana para a boa ordem na República”. In: NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 105

³⁸ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Tradução: Vanda Anastácio. Coleção: Memória e Sociedade. Algés: Difel, 1998, p. 16

³⁹ BOXER, Charles R. *O império marítimo português...*, p. 314

Em 1539, João de Barros já exaltava o potencial militar dos “escravos negros da Guiné” afirmando serem superiores ao dos mercenários suíços.⁴⁰ No ano de 1622, escrevendo observações táticas em seu diário, Edward Monnox, representante da companhia das índias orientais inglesas, elogiava os feitos militares dos soldados negros durante o cerco ao Castelo de Ormuz:

Quase tudo do que foi feito deve-se aos negros, que os portugueses mandaram à frente para atirar potes de pólvora, com a qual muitos persas ficaram horrivelmente escaldados e queimados. (*apud* Boxer, 2002, p. 315)

A argumentação básica presente nos relatos de época exaltava a “bravura” e a maior capacidade bélica dos escravos africanos. No entanto, para além da retórica da exaltação, podemos identificar que o processo de formação de corpos militares compostos por escravos africanos e, posteriormente, por homens forros e libertos, estava plenamente inserido na cultura militar do império português. De acordo com Francis Albert Cotta, “a cultura militar lusitana resultaria no diálogo entre universos geograficamente afastados, em hibridismos e em impermeabilidades, em (re) apropriações, em adaptações e em sobreposição de representações e de práticas bélicas”.⁴¹

Na América portuguesa, a arregimentação de tropas formadas por “homens pretos” ocorreu no contexto das guerras luso-holandesas, no século XVII.⁴² A ação e o ataque

⁴⁰ BOXER, Charles R. *O império marítimo português...*, pp. 314-315

⁴¹ COTTA, Francis Albert. *Quando os filhos de marte partem da Lusitânia: o processo de mundialização da cultura militar portuguesa*. Caminhos da história (UNIMONTES), v.1, 2005, p.189

⁴² Os motivos que levaram ao conflito retomam o tempo da união das coroas de Portugal e Espanha. Com a morte do rei dom Sebastião no campo de Alcácer Quibir, em 1578, a Coroa portuguesa passou ao poder de dom Henrique, último monarca da Casa de Avis. Com o seu falecimento, Filipe II de Espanha, filho de uma princesa portuguesa, articulou junto ao duque de Alba sua ascensão ao trono, unindo assim as duas coroas. Segundo Boxer, ao assumir a Coroa portuguesa, Filipe II de Espanha e I de Portugal encontrou apenas uma resistência simbólica. A exceção que confirmaria a regra, seria a ilha Terceira, nos Açores, onde os espanhóis tiveram que preparar uma grande invasão. A união das coroas receberia apoio da maioria da nobreza lusa e do alto clero. Haveria apenas uma oposição tácita por parte do povo e de muitos membros do baixo clero. No entanto, por conta da derrota de Alcácer Quibir, tais setores estavam desorganizados e sem um líder. Em

holandês ocorreu em dois momentos. O primeiro, em maio de 1624, durante a ocupação holandesa da Bahia. Os momentos iniciais da invasão foram relatados pelos manuscritos do padre Antônio Vieira. Em suas palavras,

Era já nesse tempo alta noite quando, de improviso, se ouviu por toda a cidade (sem se saber donde teve princípio) uma voz: *já entraram os inimigos, já entram, os inimigos já entram*; e, como no meio deste sobressalto viessem outros dizendo que já vinham por tal e tal porta, e acaso pela mesma se recolhesse neste tempo uma bandeira nossa com mechas caladas, como o medo é mui crédulo, verificou-se esta temeridade; e assim, pelejando a noite, pela parte contrária, ninguém se conhecia, fugiam uns dos outros, e quantos cada um via tantos holandeses se lhe representavam [...] estavam já do medo e das trevas da noite tão cegos que, não vendo quanto se infamavam a si e a todo Portugal, desampararam totalmente a cidade, fugindo cada um por onde pôde.⁴³

Apesar da surpresa e do pânico inicial, logo no ano seguinte, os invasores holandeses foram expulsos. No segundo momento das invasões, em 1630, teve início uma

1581, um ano depois de assumir a Coroa, Filipe II foi prudente em suas ações e, durante a reunião das cortes que sancionou legalmente sua tomada da Coroa, garantiu “que os dois impérios coloniais deviam permanecer entidades separadamente administradas [...] O rei Filipe II de Espanha e I de Portugal jurou preservar as leis e a língua portuguesas; a consultar conselheiros portugueses em todos os assuntos concernentes a Portugal e suas possessões ultramarinas, e a nomear apenas funcionários portugueses para elas. Os espanhóis estavam expressamente proibidos de comerciar ou de se fixar no império português, e os portugueses, no espanhol”. O ostensivo ataque holandês ao império luso estava inserido no contexto de união das coroas. Travando uma guerra de independência contra a Espanha, as forças holandesas voltaram-se contra Portugal. De acordo com Boxer, os portugueses “queixaram-se, posteriormente, de que a união de sua Coroa com a de Castela era a única razão pela qual seus domínios ultramarinos foram atacados pelos holandeses e, em menor escala, pelos ingleses, no século XVI, os ingleses contestaram a pretensão portuguesa ao monopólio do comércio da Guiné, e não há dúvida de que as duas nações marítimas protestantes teriam, de qualquer maneira, entrado em conflito com Portugal por causa da ambição deste de ser o único senhor dos mares a leste do cabo da Boa esperança. Entretanto os esforços empreendidos por Filipe II para sufocar a revolta dos Países Baixos e os embargos esporádicos ao comércio holandês com a península e o império ibérico é que contribuíram para envolver os portugueses em hostilidades com as potências marítimas do Norte mais cedo do que, em outras circunstâncias, poderia ter acontecido”. À medida que as lutas se ampliaram, os holandeses investiram contra as possessões portuguesas na Ásia, na África e na América. Fazendo uma análise sobre as pretensões holandesas, Boxer entende que “a longa guerra colonial tomou a forma de uma luta pela comercialização das especiarias asiáticas, pelo tráfico de escravos da África Ocidental e pela importação e revenda do açúcar brasileiro”. BOXER, Charles R. *O império marítimo português...*, pp. 122-124

⁴³ VIEIRA, Antônio. *Cartas do Padre Antônio Vieira*. Universidade de Coimbra, 1925. Disponível on-line em: www.brasiliana.usp.br. Acesso em: 20 jan. 2013.

ocupação mais consistente do território que, quinze anos mais tarde, resultaria no controle holandês dos distritos nordestinos produtores de açúcar.⁴⁴

Foi neste contexto de guerras que os serviços bélicos de escravos negros e índios foram amplamente utilizados. Tratando da arregimentação de indígenas, Boxer afirmava que portugueses e holandeses “utilizaram auxiliares índios na luta, como já acontecera um século antes com os franceses, e a maioria das tribos tapuias aderiu aos holandeses, enquanto a maioria dos tupis permanecera fiel aos portugueses”.⁴⁵ O uso de indígenas na batalha e a apropriação, por parte dos portugueses, de sua “arte militar” foi essencial para a chamada “guerra brasílica”.⁴⁶ Segundo Evaldo Cabral de Mello, tal guerra consistia “fundamentalmente numa mistura ou combinação da arte militar europeia e das técnicas de guerrilha”.⁴⁷ Neste mesmo sentido, Pedro Puntoni informa-nos que “a presença do indígena era constante e acabava, pela sua adequação ao meio e às técnicas necessárias, conferindo o caráter das atividades militares”.⁴⁸

Além das forças indígenas, extremamente importantes no campo de batalha, foram formadas tropas de homens pretos, compostas por escravos e forros. De acordo com o historiador José Antônio Gonsalves de Mello, o *Terço de Homens Pretos e Mulatos* foi formado em 1633. No entanto, tal informação entra em conflito com os relatos do próprio Henrique Dias, fundador do terço, que informava estar atuando nas “guerras do Brasil”

⁴⁴ BOXER, Charles R. *O império marítimo português...*, p. 126

⁴⁵ BOXER, Charles R. *O império marítimo português...*, p. 126

⁴⁶ O uso das guerrilhas, segundo Evaldo Cabral de Mello, “não se origina em considerações de ordem tecnicamente militar, pois está associado nestes inícios de guerra ao fato de que a guerrilha oferecia a única maneira de utilização militar da camada mais ínfima e economicamente marginalizada da população local”. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Forense Universitária / Edusp, 1975, p.176

⁴⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada...*, p.217

⁴⁸ PUNTONI, Pedro. *A arte da Guerra no Brasil*. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.49

desde 1630.⁴⁹ Apesar da incerteza das datas, o dado concreto é que Dias se apresentou a Matias de Albuquerque, ao lado de um grupo de escravos, oferecendo seus préstimos militares contra as forças holandesas.⁵⁰

A origem de Henrique Dias é uma questão controversa. A historiografia registrou duas versões. Não existe consenso em torno de nenhuma delas. A primeira, defendida por Gonsalves de Mello, acreditava que Dias era “natural de Pernambuco”.⁵¹ A segunda, sustentada por Adriano Vasconcelos, informava que sua “pátria de origem” era Angola.⁵² Tal questão talvez nunca seja efetivamente respondida. No entanto, fosse crioulo ou africano, a trajetória de Henrique Dias foi marcada por sua importante participação nas guerras luso-holandesas.

Em maio de 1638, foi responsável por comandar uma tropa que participou ativamente da defesa da cidade de Salvador. Em setembro 1639, por carta patente do Conde da Torre, recebeu o título de “governador dos crioulos, negros e mulatos”.⁵³ Tamanho reconhecimento ajudou que, ao longo da batalha, muitos senhores de engenho doassem seus escravos para atuar nas tropas de Henrique Dias. Vale ressaltar, no entanto, que a aceitação de cativos no conjunto das tropas estava condicionada ao contexto das guerras luso-holandesas, no século XVII. Como veremos no decorrer do capítulo, no século XVIII, o terço de homens pretos era composto exclusivamente por homens forros.

⁴⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Henrique Dias governador dos crioulos, negros e mulatos do Brasil*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988. p. 12

⁵⁰ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Henrique Dias governador dos crioulos...*, p. 10

⁵¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Henrique Dias governador dos crioulos...*, p. 10

⁵² VASCONCELOS, Adriano. Henrique Dias nunca foi escravo. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Vol. 29, números 135-142, 1930, p. 78

⁵³ Documento transcrito na íntegra em MELLO, Antônio Joaquim de. *Biografias de Alguns Poetas e Homens Ilustres da Província de Pernambuco* Tomo II, Recife: Typographia Universal. [Transcrições de documentos de época relativos a Henrique Dias e a seu terço de homens pretos, pp. 230 a 257], 1858, p. 230

Portanto, no contexto específico das guerras luso-holandesas do século XVII, a arrematação de escravos estava intimamente relacionada com a promessa de liberdade. Nas palavras de João Fernandes Vieira, líder da restauração pernambucana, os cativos que fizessem “sua obrigação em defesa da liberdade divina” seriam “livres e pagos”.⁵⁴ Confirmando as palavras de Fernandes Vieira, Frei Manuel Calado, autor do célebre *O Valoroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade na Restauração de Pernambuco*, publicado em 1648, informava que

O capitão Antônio Mina com seus negros, os mais dos quais haviam sido escravos de João Fernandes Vieira, e lhe havia dado alforria, porque o ajudaram com muito esforço, e ânimo a ganhar a vitória das Tabocas.”⁵⁵

No entanto, como atenta Evaldo Cabral de Mello, a coroa só alforriou os escravos da tropa de Henrique Dias após indenizar seus donos, assegurando assim a propriedade escrava e a própria ordem escravista.⁵⁶ Hebe Mattos segue o mesmo caminho e informa que “no contexto das guerras do Atlântico Sul dos seiscentos, não havia qualquer correlação entre a incorporação de libertos e cativos armados aos exércitos em luta e qualquer forma de deslegitimação da instituição da escravidão”.⁵⁷ Segundo Russell-Wood, ocorreu uma prática de recompensas: “Portugal recompensou com a liberdade os escravos que lutaram em seu nome, reconhecendo a relação entre guerra e as práticas de emancipação.”⁵⁸

⁵⁴ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais de Pernambuco*. Recife: FUNDARPE, 1983, vol. 3, p. 202

⁵⁵ CALADO, Frei Manoel. *O valoroso Lucideno...*, p. 380

⁵⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada...*, p. 194

⁵⁷ MATTOS, Hebe. “Henrique Dias: expansão e limites da justiça distributiva no Império Português”, in: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos; NEVES, Guilherme Pereira das (orgs.) – *Retratos do Império. Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. EdUFF, p. 34

⁵⁸ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*, p. 130

Outra importante chave de análise, diz respeito a composição das tropas. Em 1648, em carta escrita por Henrique Dias, encontramos um interessante relato sobre a diversidade de homens que compuseram as fileiras de suas tropas:

De quatro nações se compõe este regimento: Minas, Ardas, Angolas e Crioulos; estes são tão malcriados que não temem nem devem; os Minas, tão bravos, que aonde não podem chegar com o braço, chegam com o nome; os Ardas, tão fogosos, que tudo querem cortar de um só golpe; os Angolas, tão robustos, que nenhum trabalho os cansa.⁵⁹

Ardas, minas,⁶⁰ angolas e crioulos, cada qual com seus capitães, lutaram lado a lado. Tratava-se, portanto, de uma composição bastante diversificada, onde estavam presentes crioulos e as várias “nações” africanas.⁶¹ Este é um dado de extrema relevância, pois, como será demonstrado no decorrer do capítulo, no século XVIII, na cidade do Rio de Janeiro, a composição do terço de pretos passou por uma série de disputas que levaram, em momentos específicos, que grupos distintos (crioulos e minas) ocupassem os postos do oficialato.

⁵⁹ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais de Pernambuco*. (10 vols.). Recife: FUNDARPE, 1983.

⁶⁰ Sobre os minas presentes nas tropas de Henrique Dias, Frei Manuel Calado informa-nos que, em 1645, “fugiram do Recife treze negros Minas, e passando o Rio Capiberibe na baixa-mar a noite, chegaram com suas armas à estância de Henrique Dias, como mais próxima ao inimigo, e querendo os seus soldados pegar deles e matá-los, disseram que eles vinham fugindo dos Holandeses para servirem na guerra aos Cristãos, [...] o Governador João Fernandes Vieira fez Capitão ao mais alentado deles e os mandou entregar ao Governador dos pretos Henrique Dias, para que servissem no seu terço”. CALADO, Frei Manoel. *O valoroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade na Restauração de Pernambuco*. (volume II). São Paulo/Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp. 1987, p. 121

⁶¹ De acordo com Mariza de Carvalho Soares, “o termo nações africanas é cunhado fora da África para dar aos escravos transmigrados uma unidade que nunca lhes foi própria e que nem sempre existiu aqui tampouco. Ao longo de toda a vigência do tráfico atlântico nações corresponderam ao modo de classificar a procedência dos escravos traficados e distinguiam angolas de minas, moçambiques, caboverdes e outros.” A autora evidencia ainda a importância de “esclarecer que essas nações devem ser entendidas como categorias que agrupam a população escrava africana e que, nesse sentido, não correspondem a grupos étnicos”. SOARES, Mariza de Carvalho (org.) *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. Niterói, EdUFF, 2007, p. 23

Retomando a análise do século XVII, chegamos a controversa questão levantada por Evaldo Cabral de Mello sobre a real importância da presença de soldados libertos e cativos na guerra luso-holandesa. Ao considerar o conjunto da população escrava da região, tal presença seria inexpressiva. De acordo com seus cálculos, em 1630, “não passavam de 80”. Em 1648, o efetivo seria de 300 homens e em 1652 chegaria a 400.⁶² Boxer, ao contrário, valorizou a atuação dos soldados de cor. Em suas palavras, “o desgosto natural dos holandeses por terem perdido o “Brasil holandês” foi intensificado pelo fato de terem compreendido que haviam sido derrotados por um exército em grande parte de cor”.⁶³ Nossa análise segue o caminho trilhado por Boxer. No entanto, acreditamos que mais importante do que a tentativa de mensurar numericamente a relevância da participação do terço dos Henriques na guerra de resistência, está o fato dos terços de pretos terem mantido-se ativos, durante todo o século XVIII e início do XIX, em diferentes capitânicas da América portuguesa (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais).

Com o fim da guerra e a vitória contra os neerlandeses, Henrique Dias recebeu de D. João IV a comenda do Moinho de Soure, da Ordem de Cristo. Em 1656, viajou à Lisboa para apresentar suas demandas pelos serviços prestados na guerra de restauração. De modo geral, a rainha regente D. Luíza de Gusmão foi favorável às solicitações de Henrique Dias, que conquistou uma pensão e a transferência, para os genros, de suas comendas das Ordens Militares. Um terceiro requerimento, em que solicitava a manutenção do terço de pretos, suscitou uma série de debates, mas acabou sendo concedido. No entanto, de acordo com a

⁶² MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed.34, 2007, p. 193

⁶³ BOXER, Charles R. *O império marítimo português...*, p. 127

determinação régia, o terço deveria ser mantido apenas enquanto Henrique Dias estivesse vivo.⁶⁴

Tal ordem, no entanto, nunca foi posta em prática. Como foi referenciado, o terço de pretos se institucionalizou e atravessou os anos, chegando até o século XIX. A longevidade do terço certamente estava relacionada com o que Russell-Wood chamou de “atitude ambivalente” dos agentes do poder em relação aos indivíduos de origem africana. Apesar de possíveis desconfianças, havia o reconhecimento de sua importância, no campo de batalha, para a defesa da América portuguesa, o que acabava por conferir legitimidade e relevância a manutenção do corpo de pretos.

Neste capítulo, trataremos do terço de homens pretos forros na cidade do Rio de Janeiro, durante a segunda metade do século XVIII, buscando investigar sua formação ao longo do tempo, o modo como a hierarquia de comando estava estabelecida e, assim, entender as disputas que envolviam a formação de seu oficialato. Tais aspectos, vistos em conjunto, tornam possível a compreensão do modo como os homens forros, fossem africanos ou crioulos, buscavam honras, distinções e, fundamentalmente importante, a reafirmação de sua liberdade.

Nosso trajeto tem início ao visualizarmos como, desde sua formação, a cidade do Rio de Janeiro foi palco de intensas disputas e, neste contexto, como as preocupações militares e a necessidade de “homens de armas” desempenharam papel fundamental no dia a dia da cidade. Avançando os séculos, chegaremos ao momento de “profissionalização” do serviço das armas *D’el Rey* e, conseqüentemente, na formação e expansão do terço de homens pretos forros.

⁶⁴ MATTOS, Hebe. “Henrique Dias: expansão e limites da justiça distributiva no Império Português”. In: VAINFAS, Ronaldo, SANTOS, Georgina Silva dos, NEVES, Guilherme Pereira das. (orgs). *Retratos do Império*. Niterói, EdUFF, 2006, pp. 37-38

2. A expansão do terço de homens pretos forros na cidade do Rio de Janeiro

A questão da defesa territorial esteve presente desde os primórdios da ocupação lusa na Baía de Guanabara. Em 1555, com a ocupação francesa comandada por Villegagnon, as questões de defesa tornaram-se ainda mais evidentes. Os franceses, já nos momentos iniciais da invasão, construíram alianças com os tamoios. Assim, com o auxílio indígena, foi tomado o controle da Bahia de Guanabara. A ofensiva lusa teve início em 1560. As tropas enviadas pelo governador-geral Mem de Sá travaram uma violenta batalha contra os invasores franceses que, acudados, refugiaram-se no entorno da Baía de Guanabara. Em maio de 1563, comandado por Estácio de Sá, sobrinho do governador-geral, chegariam reforços para auxiliar na expulsão dos invasores. Junto de tropas vindas do reino, importantes para reforçar as linhas de ataque, a utilização de tropas locais desempenhou papel de destaque na batalha. Em 1565, tropas indígenas lideradas por Araribóia chegaram para auxiliar no conflito.⁶⁵ Foi neste contexto de disputas que, em 1565, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi fundada. A batalha chegaria ao fim, em 1567, com a definitiva expulsão dos franceses.

No mesmo ano, obedecendo a uma estratégia que visava aperfeiçoar o sistema defensivo, Mem de Sá transferiu a cidade para o alto do morro do Castelo.⁶⁶ A preocupação com a segurança, no entanto, causou uma situação que limitava o desenvolvimento da

⁶⁵ De acordo com Maria Regina Celestino de Almeida, novas abordagens historiográficas valorizam a atuação “dos índios nos processos de construção e desenvolvimento das sociedades coloniais, entendendo que, apesar de toda a violência da conquista e da colonização, os índios tiveram possibilidades de agir a partir de suas próprias motivações continuamente transformadas pela experiência do contato. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “De Araribóia a Martim Afonso: lideranças indígenas, mestiçagens étnico-culturais e hierarquias sociais na colônia”. In: VAINFAS, Ronaldo, SANTOS, Georgina Silva dos, NEVES, Guilherme Pereira das. (orgs). *Retratos do Império*. Niterói, EdUFF, 2006, p. 13

⁶⁶ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império...*, pp. 24-48

cidade. Afinal, no território do morro do Castelo – que reunia o Forte de São Sebastião, a catedral e o Colégio dos Jesuítas – havia escassez de fontes de água e poucas áreas que permitiam a implantação de edificações. Além disso, o confinamento da cidade no alto do morro prejudicava os interesses econômicos dos donos de engenho, produtores agrícolas e donos de mercados que buscavam expandir seus negócios.⁶⁷

Desde os primórdios da ocupação do território, a capitania do Rio de Janeiro tinha o açúcar como o principal produto dos seus engenhos. Nesta época o trabalho era basicamente indígena, sendo as primeiras décadas do século XVII o momento da provável chegada dos primeiros africanos. De acordo com Vivaldo Coaracy, a intensificação do comércio de escravos, entre o porto do Rio de Janeiro e Angola, ocorreu no ano de 1620, por conta da necessidade de braços para trabalhar nos engenhos que se multiplicavam pelo entorno da cidade.⁶⁸

Em 1637, o morro do Castelo já era considerado “cidade velha”. Neste mesmo ano, os vereadores tomariam a resolução de construir a casa da Câmara e a cadeia na parte baixa da cidade.⁶⁹ Já instalada, a Câmara comprou “uns chãos de terra” e transferiu o açougue do Morro do Castelo para a Várzea. Segundo Vivaldo Coaracy, esta aquisição “parece indicar que já na parte baixa da cidade se adensava a maioria da população.”⁷⁰ Na década de 1640, atendendo uma reivindicação dos moradores, a Câmara transformaria a lagoa que se comunicava com o mar, na Prainha, numa vala, proporcionando assim um sistema de drenagem mais eficaz.⁷¹ Desde então, a vala tornou-se referência da geografia da cidade.

⁶⁷ FRIDMAN, Fania. *Donos do rio em nome do Rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 1999.

⁶⁸ COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século XVII*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1965.

⁶⁹ CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004, p. 29

⁷⁰ COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 36

⁷¹ De acordo com Coaracy, era a vala um fosso aberto e desde logo começou a população a dele se utilizar como canal de esgoto, mandando fazer no mesmo os despejos de imundícies. Frequentes vezes, em

O crescimento da cidade e suas transformações urbanísticas foram acompanhados, ao longo dos séculos, pelas antigas preocupações com a defesa. Monsenhor Pizarro, em suas *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, escrita nos últimos anos do século XVIII e publicada pela Imprensa Régia em 1820, fez um importante relato sobre o modo como as forças militares estavam organizadas na cidade do Rio de Janeiro. Em suas palavras, o povo da cidade estava “alistado muito antes de 1697 em três classes: Brancos, Pardos, e Pretos”.⁷² Vale lembrar que o modelo militar português estava dividido entre tropas regulares, auxiliares e de ordenanças. Infelizmente, Pizarro não esclareceu a que tropas cada uma das “classes” estava alistada. De acordo com Russell-Wood, os termos “ordenanças” e “auxiliares” eram utilizados com certa indefinição pela correspondência de época.⁷³ Portanto, é necessário que sejam detalhados os pontos específicos que cada força militar ocupava no império português.

Os corpos de ordenanças foram instituídos, em Portugal, ainda no século XVI, e regulamentados pelo *Regimento das Ordenanças e Capitães-mores*, de dezembro de 1570, e pela provisão de maio de 1574.⁷⁴ Esses regimentos previam o engajamento obrigatório de todos os moradores de um termo (jurisdição administrativa) com idade entre 18 e 60 anos.⁷⁵ As ordenanças possuíam um forte caráter local, seus componentes não recebiam soldo e permaneciam em seus serviços particulares, atuando somente em caso de grave perturbação

consequência dos detritos ali lançados, a Vala ficava obstruída e tornava-se preciso mandar limpá-la. Era um foco de “miasmas” e fonte de odores pestilências que, quando o vento soprava de determinados quadrantes, invadiam a cidade. COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p.109

⁷² ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas a jurisdição ...*, p. 134. Disponível on-line em: <books.google.com.br/books?id=8pErXA9QkZcC> Acessado em 20 de janeiro 2013.

⁷³ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*, p. 131

⁷⁴ SALGADO, Graça. *Fiscais e meirinhos – a administração no Brasil colonial*, Rio de Janeiro, INL/ Nova Fronteira, 1985, p. 97

⁷⁵ PUNTONI, Pedro. *A arte da Guerra no Brasil...*, p. 44

da ordem pública.⁷⁶ Eram organizadas em terços, formadas por dez companhias, sendo cada companhia composta por dez esquadras de 25 homens. O responsável pelo comando de todo o terço era o capitão-mor de ordenanças, homem nobre e “principal da terra”.⁷⁷

Os corpos regulares, criados em 1640 em Portugal, organizavam-se em terços e companhias, cujo comando pertencia a fidalgos de nomeação real. Eram compostos por oficiais pagos, vindos em sua maioria de Portugal e dedicavam-se exclusivamente às atividades militares. Já os corpos auxiliares foram criados em Portugal, em 1641, no contexto da Guerra de Restauração. Neste período de tensões, era premente a arregimentação de homens para defender as fronteiras luso-castelhanas. Os auxiliares eram tropas de serviço não remunerado e, assim como as ordenanças, organizavam-se em terços e companhias, que eram mobilizadas em caso de necessidade bélica. Prestavam serviço de apoio às tropas regulares, pagas pela fazenda real, e as substituíam quando eram chamadas para missões fora de seu território. Os homens que compunham as forças auxiliares deveriam ser aptos para o serviço militar, mas não ficavam ligados permanentemente à função militar, comparecendo a exercícios aos domingos e dias santos.⁷⁸

Graça Salgado informa-nos que os auxiliares, na América Portuguesa, “organizavam-se em terços, sendo seu contingente recrutado junto à população civil e alistado em categorias: brancos, pardos e pretos”.⁷⁹ Como podemos perceber pela citação

⁷⁶ COSTA, Ana Paula Pereira. *Organização militar, poder de mando e mobilização de escravos armados nas conquistas: a atuação dos Corpos de Ordenanças em Minas colonial*. Revista de História Regional 11(2): 2006, p.112

⁷⁷ Nuno Gonçalo Monteiro informa-nos que “supunha-se que os membros das famílias localmente mais prestigiadas e antigas dispunham de uma autoridade natural, ou seja, sedimentada pelo tempo, que mais facilmente seria acatada pelos de baixo. Pensava-se também que os mais nobres e ricos seriam igualmente os que davam maiores garantias de isenção (“desinteresse”) e independência no desempenho dos seus ofícios, no sentido de poderem viver para eles sem deles viverem. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Poderes Municipais e Elites Sociais Locais. (séculos XVII-XIX): Estado de uma questão”, in: *O município português*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998, p. 325

⁷⁸ COSTA, Ana Paula Pereira. *Organização militar...*, p.111.

⁷⁹ SALGADO, Graça. *Fiscais e meirinhos...*, p. 98.

anterior, a autora parece claramente inspirada nos relatos de Monsenhor Pizarro. No entanto, não podemos afirmar com precisão que Pizarro referia-se a tropas auxiliares. Até o momento não foram localizados documentos, na cidade do Rio de Janeiro, de meados do século XVII e início do XVIII, em que a existência de terços auxiliares de homens pretos fosse registrada. Ao contrário, temos apenas referências de companhias de ordenanças de pretos.⁸⁰ Vivaldo Coaracy informa-nos que, em 1698, Martim Correia Vasques, sob vigência de seu governo interino,⁸¹ instituiu no Rio de Janeiro “uma companhia de ordenanças de pretos forros”.⁸² O que podemos supor, pelos relatos de época e pela falta de

⁸⁰ A patente mais antiga que conseguimos localizar data de 1710. Nela o “preto forro” Cosme Vieira era provido no posto de capitão de infantaria da “companhia dos pretos forros”, cujo coronel era Crispim da Cunha Tenreiro. Cosme Vieira foi promovido pela sua “capacidade e honra”. Além disso, durante um ano, serviu em Pernambuco, como soldado de ordenança, sendo promovido ao posto de Alferes. Ao vir para a cidade do Rio de Janeiro, manteve-se no posto de Alferes, servindo durante quatro anos. Tais informações o capacitavam para exercer o posto de Capitão da companhia de ordenanças de pretos forros. Os homens pretos que compunham as Ordenanças tornavam-se no máximo capitães. Portanto, em 1710, Cosme Vieira alcançara o ápice de sua ascensão. ANRJ, Cód. 77, vol.21, fl 62 (verso). Secretaria de Estado do Brasil.

⁸¹ No início de outubro de 1697, seguindo ordens régias, Artur de Sá e Meneses transfere interinamente o exercício de seu cargo a Martim Correia Vasques. Escrita em Lisboa, em dezembro de 1696, a carta régia determina que: na ausência que haveis de fazer, em descobrimento das minas das Capitanias do Sul de que vos tenho encarregado, se entregue esse governo a pessoa de toda a suposição e em Martim Correia Vasques conto em todas aquelas partes necessárias de que se possa esperar de muito boa Conta de si no desempenho desta obrigação. Fui servido encarregá-lo do Governo desta Capitania enquanto durar a sua ausência sem mais soldo que o que até agora tenha com o posto de sargento-mor; de que me pareceu avisar-vos para que na forma costumada deis posse ao dito Martim Correia Vasques desse governo com a Cerimônia que em semelhantes atos se consumam tomando-lhe primeiro o preito, homenagem e juramento costumado segundo o costume destes Reinos. ANRJ, Cód. 952, vol. 8. Secretaria de Estado do Brasil. Carta régia de 27 de Dezembro de 1696.

⁸² Antes mesmo de se tornar governador interino, Correia Vasques já utilizava-se do serviço de escravos armado. Em 1691, o Reitor da Companhia de Jesus e o Ouvidor do Rio de Janeiro enviaram cartas a Lisboa denunciando as agressões que sofreram dos negros de Martim Correia Vasques, que “armados com flechas, dardos e armas de fogo” atacaram a Companhia. Como bem observa João Fragoso, Correia Vasques atacou seus desafetos “não com mercenários suíços e, sim, com seus escravos armados, ou seja, os que personificavam a exclusão social. Considerando que estes cativos não eram simples robôs programados para matar, mas pessoas, a relação senhorial adquire um novo significado. A possibilidade de portarem armas implicava, ao menos, em “acordos” com seus donos.” Denise Vieira Demétrio, em sua dissertação de mestrado sobre as relações familiares constituídas ao longo dos séculos XVII e XVIII pelos escravos da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga do Recôncavo da Guanabara, informa-nos que Martim Correia Vasques, apadrinhava seus escravos. Ao que parece, através do compadrio, estabeleciam relações com seus cativos, incluindo a proteção armada. O compadrio seria, então, um meio viável para o estabelecimento dos “acordos” citados por João Fragoso. Nesse contexto, possuir um poderoso séquito composto por escravos negros armados e prontos para a batalha era uma clara demonstração de poder. Se, num primeiro momento, Correia Vasques utilizava-se de escravos armados para garantir a defesa de seus interesses, com a formação de uma companhia de ordenanças de pretos forros, estabelecida não por acaso no momento de seu governo interino, estaria aberto um meio “formalmente” constituído para a formação de novas clientelas. Ou seja, não apenas com seus próprios escravos, mas com o conjunto de homens pretos forros que, visando os postos do

documentação no período, é que, em fins do século XVII e início do XVIII, na cidade do Rio de Janeiro, as tropas de homens pretos estavam fundamentalmente organizadas em companhias de ordenanças, cujo comando estava submetido aos desígnios de um homem branco, nobre e de “valor militar” reconhecido. Tal realidade só seria modificada em meados do século XVIII.

No ano de 1763, quando foi elevada oficialmente a sede do governo do Estado do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro assumiu importância fundamental dentro do império português.⁸³ Como consequência, nos anos seguintes, o aparato administrativo da cidade complexificou-se, uma importante camada comercial ganhou corpo e a atividade portuária aprofundou sua posição de destaque na comercialização de escravos africanos.⁸⁴ O Rio de Janeiro reforçou, então, seu papel como um dos mais importantes entrepostos comerciais do império português, evidenciando a importância dos comerciantes locais que se dedicaram a este trabalho.⁸⁵ Neste mesmo período, comandantes, engenheiros e tropas portuguesas foram enviadas para o Rio de Janeiro. Tal fato estava relacionado a um contexto mais amplo.

oficialato, inseriam-se nas ordenanças. COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século XVII...*, p.240
FRAGOSO, João. Afogando em nomes, temas e experiências em história econômica. *Topoi*. Rio de Janeiro, 2002, p. 49

⁸³ A centralidade da cidade do Rio de Janeiro se impôs, como informa Maria Fernanda Bicalho, “em todo o Império português, e ainda no quadro da geopolítica ultramarina e colonial das demais potências européias.” BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império...*, p. 81

⁸⁴ Sobre o comércio de escravos ver, VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos*. 30ª ed. São Paulo: Corrupio, 1987. FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. SOARES, Mariza de Carvalho (org.) *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. Niterói, EdUFF, 2007.

⁸⁵ Segundo João Fragoso, “trata-se sim, de perceber o aumento da complexidade que a economia do Rio de Janeiro assume com o decorrer do setecentos. Ela passa, lentamente, a ser ponto de encontro de diferentes rotas de comércio interno – leia-se dos diversos mercados regionais internos e das acumulações deles derivadas –, um ponto fundamental para o comércio externo e, em particular, um entreposto na redistribuição colonial de produtos vindos do reino e de outras partes do Império luso.” Ver FRAGOSO, João. “A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império Português: 1790-1820”. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda Batista Bicalho e GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 333

Por conta das tensões vividas na Europa, no contexto de disputas resultado do Pacto da Família, celebrado em agosto de 1761,⁸⁶ as forças portuguesas passaram por uma intensa reorganização militar. Em 1762, com o auxílio do conde de Schaumburg-Lippe, teve início uma série de melhorias das fortificações e a introdução de novas regras de recrutamento, fardamento e disciplina. Ao lado do Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal, e do Secretário da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, o conde de Lippe tomou para si a tutela do exército Português. O modelo prussiano foi, então, adotado com objetivo de promover maior disciplina, além de fardamento e armamento mais regulares. Tratava-se, em suma, da tentativa de profissionalização do exército português.⁸⁷ Tais reformas foram ampliadas para as tropas da América portuguesa.

Em 22 de março de 1766, no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, em Lisboa, o rei D. José I, escreveu uma carta ao vice-rei do Estado do Brasil, D. Antônio Álvares da Cunha, o Conde da Cunha, determinando a reorganização dos terços de auxiliares e de ordenanças, de cavalaria e de infantaria, de todas as comarcas e freguesias de seu Estado.⁸⁸ Suas pretensões eram grandiosas, a começar por seu objetivo central de constituir uma norma a ser seguida em todo território da América portuguesa. Para tanto, com um texto bastante semelhante, foi enviada a todas as capitanias.

⁸⁶ O pacto da família foi firmado pelos integrantes da família dos Bourbons, então reinantes na França, que se comprometiam a defender mutuamente seus estados. Nesse momento, França e Espanha eram aliadas contra a Inglaterra, na chamada Guerra dos Sete Anos (156-1763). Na ocasião, embora D. José de Portugal fosse casado com uma princesa Bourbon, não podia aderir ao pacto da família, pois era aliado da Inglaterra. Assim sendo, a Coroa Portuguesa foi forçada abandonar sua posição de neutralidade e a participar da fase final da guerra, ficando em lado oposto ao da família Bourbon. MELLO, Christiane F. Pagano de. “A guerra e o pacto: a política de intensa mobilização militar”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (Orgs). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p. 69

⁸⁷ COSTA, Fernando Dores; HESPAÑA, Antonio Manoel (coord.) *Nova História militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, pp. 331-350

⁸⁸ A carta régia de 1766 tem sido estudada e, seu impacto e importância, reconhecidos pela historiografia. Ver RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 133; COTTA, Francis Albert. *No rastro dos Dragões: universo militar luso-brasileiro e as políticas de ordem nas Minas setecentistas*. Tese de Doutorado. UFMG. Belo Horizonte, 2005, pp. 286-292

De início, informava que as tropas auxiliares estavam reduzidas à “irregularidade e falta de disciplina”. No entanto, caso fossem reguladas e disciplinadas constituiriam uma “das principais forças” para a defesa territorial. Aqui fica claro novamente a importância conferida ao recrutamento local. Assim, nas tropas de cavalaria e infantaria, o alistamento deveria ser feito entre todos os moradores capazes de servir,

sem exceção de Nobres, Plebeus, Brancos, Mestiços, Pretos, Ingênuos e Libertos e a proporção dos que tiver cada uma das referidas classes, formeis os Terços de Auxiliares e Ordenanças, assim de cavalaria como de Infantaria.⁸⁹

E aqui vale lembrarmos do édito Pombalino para os territórios asiáticos, que estabeleceu o princípio segundo o qual “Sua Majestade não distingue seus vassallos pela cor mas pelo mérito”.⁹⁰ Também na década de 1760, a Coroa enviou às irmandades a indicação de retirar de seus compromissos as diferenças de cor e procedência.⁹¹ Tais indicações seriam diferentes para os corpos militares? A resposta parece ser positiva. As preocupações que envolveram a construção da carta régia de 1766 seriam de outra natureza.

Segundo Cristiane Pagano de Mello o poder central buscava integrar ociosos e vadios através das ordenanças e auxiliares. Esta categoria de gente seria representada por homens pretos, mulatos, cabras, mestiços, índios e forros. Através do recrutamento, seriam organizados de forma hierárquica e subordinados ao soberano, o que auxiliaria na manutenção da ordem pública.⁹² Além deste aspecto, o contingente recrutado em categorias

⁸⁹ ANRJ – Secretaria de Estado do Brasil. Cód. 73, vol. 1.

⁹⁰ BOXER, Charles R. *O império marítimo português...*, apud p. 20

⁹¹ Agradeço a Larissa Viana que, durante o exame de qualificação, fez importantes considerações que fizeram com que eu atentasse sobre este fato.

⁹² MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. *Os corpos de ordenanças e auxiliares. Sobre as relações políticas e militares da América Portuguesa*. História: Questões & Debates. Editora UFPR, Curitiba, número 45, 2006, p. 38

reforçava os critérios classificatórios baseados fundamentalmente nas diferenças hierárquicas. Nesta perspectiva, cada um deveria ocupar o lugar que lhe coubesse.

Assim, a carta régia fazia distinções entre “nobres” e “plebeus”, além de reforçar distinções de cor e nascimento. Além disso, vale destacar que, enquanto a condição escrava sequer era citada, a condição de liberto aparecia bem marcada. Os escravos não eram aceitos nos terços auxiliares, portanto, afirmar a condição de liberdade era fundamental para evidenciar os indivíduos que poderiam se alistar. Poderiam ser pretos, mestiços ou ingênuos, mas a condição de libertos era o fator que os tornava aptos a fazer parte dos auxiliares. Portanto, a divisão proposta para os novos terços distinguia e hierarquizava.

Junto ao cumprimento das determinações reais, com a formação dos terços de auxiliares e de ordenanças, vinha a necessidade do provimento dos postos do oficialato. Para tanto, a carta régia estruturava a hierarquia interna das tropas. Os ocupantes “desde o posto de alferes até o de Mestre de Campo” seriam considerados oficiais. O sargento-mor deveria ser escolhido entre os oficiais das tropas pagas, regulares.⁹³ Este aspecto, no entanto, nunca foi efetivamente concretizado. De modo geral, na América portuguesa, a nomeação dos oficiais de ordenanças e auxiliares seguiam critérios que levavam em conta uma série de redes clientelares.

A carta régia determinava ainda que todos os oficiais e soldados eram obrigados a possuir “a sua custa espadas e armas de um mesmo adarme.”⁹⁴ Portanto, cabia aos homens que se inseriam no terço de auxiliares arcar com as despesas de seu armamento. Tal fato deixava claro que a busca por postos do oficialato dos auxiliares estava ligada à lógica de distinção social. Os homens que ingressavam nessas tropas não recebiam soldo e deveriam armar-se e fardar-se por seus próprios meios. O que buscavam não era o ganho de algum

⁹³ ANRJ – Secretaria de Estado, código 73, volume 1

⁹⁴ ANRJ – Secretaria de Estado, código 73, volume 1

cabedal, ao contrário, estavam em busca de distinções que advinham do fato de terem cabedal para ocupar um posto no terço de auxiliares.

A partir da carta régia de 1766, o número de terços de homens pretos aumentou significativamente em todo território da América portuguesa. No entanto, na cidade do Rio de Janeiro, a organização e consolidação dos terços de pretos não aconteceu de forma imediata. Para o vice-rei Conde da Cunha, o número de homens pretos “com capacidade para o exercício militar é tão diminuto, que se não poderá achar nesta Capitania, nem para se formarem duas companhias”.⁹⁵ Parece claro que o vice-rei não via com bons olhos a formação de terços de homens pretos, seus motivos para tal não foram expressos em palavras. No entanto, analisando sua linha de interpretação e comparando, posteriormente, com o número de homens forros que se alistaram no terço de pretos, fica claro que a argumentação que enfatizava o número ínfimo de pretos forros dispostos ao serviço das armas era, no mínimo, enganosa. Vale notar que não encontramos nenhuma patente nem requerimento de confirmação do oficialato de homens pretos no período do vice-reinado do Conde da Cunha. Talvez tenham perdido-se com o tempo ou, como acreditamos, nenhuma patente do oficialato de pretos tenha sido efetivamente expedida naquele período.

A primeira patente que conseguimos localizar, datada de 1769, correspondia ao período do vice-reinado de Dom Antônio Rolim de Moura, o Conde de Azambuja. Durante os anos iniciais, a carta régia de 22 de março de 1766 foi citada reiteradas vezes em todas as patentes enviadas ao Conselho Ultramarino, fosse pelos terços auxiliares de homens brancos, pretos ou pardos. O uso contínuo desta informação parece-nos bastante significativo no que diz respeito à força que a ordem obteve e, especificamente no caso dos

⁹⁵ Projeto Resgate UNB (AHU_ACL_CU_, CX.80, D.7180).

Henriques, demonstrava que apesar das oscilações iniciais do Conde da Cunha, o terço de pretos foi organizado e passou por um processo de formação mais consistente.

Na patente de 1769, Thomé Galvão foi provido no “posto de *Capitão da Companhia* dos homens pretos forros da Freguesia da Candelária”.⁹⁶ Tal fato, aparentemente irrelevante, revelou-nos indícios preciosos sobre o processo de formação e consolidação do terço de pretos na cidade do Rio de Janeiro. Nesta patente, não havia qualquer indicação da existência do *Terço Auxiliar de Homens Pretos Forros*, ao contrário, nela estava apenas referenciada a companhia na freguesia da Candelária.

Sob o comando do Conde de Azambuja, apenas duas companhias de pretos forros estavam formadas e em atividade: uma na freguesia da Candelária e outra na freguesia da Sé. Tal fato parece corroborar com a hipótese de que, nos primeiros anos de vigência da carta régia de 1766, referentes ao período de governo do Conde da Cunha e do Conde de Azambuja, o *Terço Auxiliar de Homens Pretos Forros* ainda não estava efetivamente organizado. Neste momento, apenas companhias de homens pretos estavam em atividade.

As ordens contidas na carta régia de 1766 só seriam plenamente cumpridas sob o comando do vice-rei Marquês do Lavradio. Desde que assumiu o vice-reinado, Lavradio estava firmemente empenhado na reestruturação militar de toda a América portuguesa. Para tanto, recomendou nomes de experientes militares para os governos da Bahia, de Pernambuco, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande e Minas Gerais. A importância dada ao saber e à experiência militar estava claramente relacionada com a tentativa de, através dos governadores, intensificar o processo de recrutamento militar nas capitânicas, garantindo assim mais eficiência no socorro das tropas envolvidas no conflito luso-castelhano nas fronteiras meridionais. Afinal, uma importante garantia para o sucesso da batalha estava na

⁹⁶ Projeto Resgate UNB (AHU – Rio de Janeiro, cx. 97, doc. 8382)

maior quantidade de braços que os governadores conseguiam recrutar em suas respectivas companhias.

De acordo com os relatos de Monsenhor Pizarro, por execução à carta régia de 1766, a “regularidade e disciplina militar” dos terços, “foi obra dos desvelos mui ativos do Vice Rei Marquês”.⁹⁷ Foi em seu período de governo que novas companhias foram criadas na cidade. Em 1771, por exemplo, Faustino de Almeida foi provido no posto de capitão “da nova companhia que se levantou dos homens pretos forros da cidade do Rio de Janeiro”.⁹⁸ Como podemos perceber, neste momento, o terço de auxiliares ainda não era citado, temos apenas a indicação que uma “nova companhia” havia sido criada. Passados seis anos, em 1777, um posto de capitão ficou vago. O alferes João da Serra foi indicado, então, para ocupar o “posto de Capitão de uma das Companhias do Terço de Auxiliares dos homens pretos forros”.⁹⁹ Temos aqui, portanto, o primeiro registro em que os homens pretos forros da cidade do Rio de Janeiro encontravam-se organizados num terço de auxiliares. Não podemos afirmar com precisão que o terço auxiliar de homens pretos forros tenha sido formado no ano de 1777, mas é possível sabermos que dentro de um período de seis anos, entre 1771 e 1777, o Marquês do Lavradio formou companhias em número suficiente para a constituição de um terço.

Assim sendo, seguindo os vestígios deixados pelas cartas patentes, foi possível reconstruirmos o longo processo de formação, consolidação e expansão do terço de pretos na cidade do Rio de Janeiro. Durante o vice-reinado do Conde da Cunha, nenhum movimento foi feito para a organização do terço. Com o Conde de Azambuja, os primeiros movimentos foram dados, resultando na formação de companhias de homens pretos. No

⁹⁷ ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas a jurisdição do vice-rei do estado do Brasil*, Volume 7, pp.134-135

⁹⁸ Projeto Resgate UNB (AHU – Rio de Janeiro, cx. 101, doc. 8705)

⁹⁹ Projeto Resgate UNB (AHU – Rio de Janeiro, cx. 104, doc. 8828)

entanto, somente durante o vice-reinado do Marquês do Lavradio, entre o período de 1771 e 1777, o terço auxiliar de homens pretos forros foi organizado com maior consistência.

A consolidação do terço de pretos representou a oportunidade necessária para que uma série de homens pretos forros, africanos e seus descendentes, conduzissem suas vidas em busca de uma patente do oficialato. Tratava-se, portanto, da tentativa de alcançar um instrumento fundamental – representado pela patente – para a conquista de honras e distinções. O que estava em jogo, com o pertencimento ao terço, era a oportunidade para construir uma importante estratégia de legitimação da liberdade.

3. Patentes, distinções e hierarquias de comando

A imensidão de não-brancos espalhados pelas ruas e praças da cidade do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XVIII, foi frequentemente constatada por viajantes estrangeiros e autoridades portuguesas encarregadas da administração.¹⁰⁰ O fortalecimento do comércio de escravos colaborou para a consolidação deste quadro demográfico. De acordo com as estimativas do *Slave Trade Database*, na segunda metade do século XVIII, foram desembarcados um total de 188.282 escravos africanos nos portos do Rio de Janeiro.¹⁰¹ Um levantamento populacional realizado em 1779 contabilizou 14.986 escravos e 4.585 pretos libertos na cidade.¹⁰² Para os homens que alcançavam a alforria, tal situação era bastante desfavorável.

¹⁰⁰ LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas, escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. Companhia das letras, São Paulo, 2007, pp. 126-172

¹⁰¹ Os dados foram consultados on-line, em 10 de dezembro de 2012, no site do *Trans-atlantic Slave Trade Database*: <www.slavevoyages.org>

¹⁰² “Resumo total da população que existia no ano de 1779 [...]”, RIHGB, 21, 1858, pp. 216-7.

Circular cotidianamente pelas ruas da cidade, em meio à multidão de escravos, podia trazer, para o recém-liberto, certos constrangimentos. Sua nova condição poderia não ser reconhecida, havia o risco de ser confundido com um escravo e, em casos extremos, até mesmo de ser reescravizado.¹⁰³ Assim, o estigma da escravidão tornou-se, para aqueles que alcançavam a liberdade, uma importante barreira a ser ultrapassada. Para tanto, buscavam inserção social, incorporando e recriando práticas de distinção e hierarquia tão caras à sociedade escravista de Antigo Regime. A inserção em um terço de auxiliares e, principalmente, a conquista de uma patente do oficialato revelou-se uma importante estratégia de ascensão social e reafirmação da liberdade.

De modo geral, as cartas patentes eram documentos escritos pelo secretário de governo do estado e assinadas pelo vice-rei. Iniciavam informando sobre o bom conceito do nomeado e, em seguida, concediam todas as “honras, privilégios, isenções e liberalidades” pertencentes ao posto ocupado. Os agraciados com os postos do oficialato deviam apresentar sua carta patente ao capitão-mandante¹⁰⁴ do terço e assinar um termo de posse. Em seguida, na presença de todos os oficiais, faziam um juramento militar. Nele, o novo oficial ficava obrigado a agir “em toda a ocasião como fiel vassalo”. Ao tornarem-se fies vassalos *D’el Rey*, os novos oficiais reforçavam os laços de sujeição e o sentimento de

¹⁰³ De acordo com Silvia Hunold Lara, muitos libertos tinham dificuldade para provar sua liberdade e eram presos sob suspeita de serem escravos. Dependendo da situação, poderiam ser jogados rapidamente no mundo da escravidão. A autora cita os casos de Dionísio Ferreira e Inácia, pretos forros que tiveram a liberdade posta em dúvida e, conseqüentemente, acabaram recorrendo a justiça na tentativa de provar que eram libertos. Para conferir a história completa ver LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas...*, pp. 144-145.

¹⁰⁴ O termo capitão-mandante, repetido em todas as patentes analisadas, revelou o cargo de maior importância do terço auxiliar de homens pretos da cidade do Rio de Janeiro, pelo menos até fins do século XVIII. É interessante notar que o dicionário de Bluteau, escrito no início do século XVIII, não registra o termo capitão-mandante, nem mesmo o termo comandante. Do mesmo modo, o dicionário de Moraes e Silva, de 1789, também não registra o termo capitão-mandante. No entanto, o verbete comandante está presente neste dicionário e tem a seguinte descrição: “oficial militar que manda alguma tropa de Infantaria, ou Artilharia, ou Cavalaria [...] o capitão que faz as vezes do Major, alias capitão-mandante”. Major é correspondente ao qualificativo “maior” ou, de maneira semelhante, ao termo “mor”. Ambos eram utilizados para designar os postos de mais alta graduação dentro da hierarquia militar, como por exemplo: capitão-mor, sargento-mor, etc. O verbete comandante foi consultado no dicionário de Moraes e Silva, em 15 de novembro de 2012, on-line no site: <www.brasiliana.usp.br/dicionario/2/comandante>

pertença ao império português. Desta forma, além de garantir um referencial simbólico de poder, o serviço das armas materializava a reprodução de atitudes e práticas baseadas numa concepção hierárquica de organização social.

Assim, após receber sua patente do oficialato e proferir o juramento, Thomé Galvão não era mais um crioulo entre tantos outros na cidade do Rio de Janeiro. Tornou-se capitão e “fiel vassalo”. O mesmo aconteceu com Ignácio Gonçalves do Monte, rei mahi. Já proeminente entre os seus, certamente, ao ter sua patente de capitão, tornou-se ainda mais influente e reconhecido no interior do seu grupo (os mina-mahi) e, de modo geral, adquiriu maior projeção social junto aos demais agentes sociais com quem interagiu pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro.¹⁰⁵

Thomé Galvão, Ignácio Gonçalves do Monte e tantos outros, ao tomarem em mãos suas patentes do oficialato e prestarem o juramento, diferenciavam-se definitivamente do conjunto da escravaria. Eram homens de armas, deveriam ser reconhecidos e suas ordens, “por escrito e de palavra”, deveriam ser obedecidas por seus “subalternos e soldados”. Além disso, a exposição pública da carta patente era uma realidade esperada e conferia poder ao seu possuidor. Através da expressão “faço saber a quem esta minha carta patente virem”, ficava legitimada as ordens nela contidas.

Nas sociedades de Antigo Regime, o sentido da visão tinha força e importância. Através dele era possível codificar o poder, o prestígio e, sem hesitação, identificar claramente as distinções sociais. Portanto, a exibição pública da carta patente reforçava distinções e, ainda mais importante, legitimava a liberdade. Além da exibição da carta patente, o vestuário era outro meio fundamental para a reafirmação da liberdade. O ato de

¹⁰⁵ SOARES, Mariza de Carvalho, “A biografia de Ignácio Monte, o escravo que virou rei”, In: VAINFAS, Ronaldo e outros (orgs.). *Retratos do Império. Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói. EdUFF. 2006. pp. 47-68.

mostrar-se era uma forma de marcar espaços, evidenciar distinções e reforçar hierarquias. O vestuário, entendido como signo de afirmação ou negação do poder, desempenhou uma importante função simbólica no interior desta sociedade.¹⁰⁶

Os componentes do oficialato foram representados por alguns trabalhos iconográficos. A prancha mais antiga que localizamos, de autoria de Carlos Julião,¹⁰⁷ está publicada em seu *Album de figurinhos dos uzos do Rio de Janeiro e Serro Frio*.¹⁰⁸



Prancha sem título, aquarela de Carlos Julião (1780), original pertence à BN-RJ

O segundo conjunto é composto pelas pranchas de José Correa Rangel, parte da coleção da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que retrata os figurinos militares de oficiais do Rio de Janeiro, intitulada “Guarnição do Rio de Janeiro: com seus uniformes e mapas do número de homens, tanto dos regimentos pagos como dos auxiliares”. Nos interessa, em particular, a aquarela que retrata o figurino do terço de homens pretos registrado como “Oficial do Terço dos Pretos forros.”

¹⁰⁶ LARA, Silvia Hunold. *Sedas, Panos e Balangandãs: O Traje das Senhoras e Escravas Nas Cidades do Rio de Janeiro e Salvador (Século XVIII)*. In: Maria Beatriz N. da Silva. (Org.). Brasil: Colonização e Escravidão. 1ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000

¹⁰⁷ Silvia Lara indica que “assim como muitos jovens europeus do período, Carlos Julião, nascido Carlo Juliani em Turim, em 1740, havia se alistado em busca de fortuna, iniciando sua carreira militar no exército português por volta dos 23 anos. Serviu em Mazagão, feitoria lusitana nas costa marroquina, esteve na Índia por seis anos, visitou a China, realizando um levantamento cartográfico da região de Macau por ordem do secretário de Estado português, e andou pelo Brasil por diversas vezes, fazendo levantamentos topográficos ou vistoria de fortificações.” LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas...*, pp. 241-246

¹⁰⁸ JULIÃO, Carlos. *Album de figurinhos dos uzos do Rio de Janeiro e Serro Frio*. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional. Cód. CI 18.



Prancha “Guarnição do Rio de Janeiro com seus uniformes e mapas do número de homens dos regimentos pagos e dos auxiliares”, 1786, aquarela de José Correa Rangel

Datada de 1786 deve ser posterior à de Julião, estimada para 1780. Assim como Julião, Rangel era militar e seu trabalho mostrava a tradição iconográfica dos cartógrafos das academias militares. As imagens eram estáticas, sem um cenário para contextualizá-las. O uniforme do oficial do terço dos pretos apresentava sapatos curtos; meias brancas; calças verdes; uma espécie de colete vermelho; casaca verde com forro vermelho; gola; chapéu, etc. Nele estava presente o espadim, símbolo da oficialidade. O oficial tinha ainda uma bengala, dando-lhe uma postura de nobreza e altivez.

No Arquivo Histórico do Exército, também mostrando os oficiais dos terços auxiliares do Rio de Janeiro (1786), existe uma aquarela de autoria de J. Wasth Rodrigues. Nela estão representados, lado a lado, vários oficiais, sendo que na fila inferior aparecem o oficial do terço auxiliar dos homens pardos e o oficial do terço auxiliar dos pretos forros.



Prancha: "Terços Auxiliares – 1786 - Rio de Janeiro", aquarela de J. Wash Rodrigues, original pertence ao Arquivo Histórico do Exército.

Nesta última prancha é interessante notar que o oficial negro aparece com a bengala e sem o espadim. Assim sendo, em Julião o oficial negro aparece com um espadim; em Rangel com espadim e bengala; e em Wash apenas com uma bengala. As três representações iconográficas são importantes pois fornecem a dimensão exata de como um oficial do terço de pretos distinguia-se em relação ao demais homens forros e escravos. Sua vestimenta era imponente, carregavam no corpo, além da pele escura, a farda do oficialato, a marca fundamental de distinção. Através do sentido da visão, demarcavam espaços (eram oficiais do terço de pretos) e legitimavam sua liberdade.

Portanto, conseguir uma patente do oficialato era o reconhecimento de um estatuto diferenciador, que proporcionava certa projeção social dentro do conjunto dos homens forros e, ainda mais importante, do conjunto da escravaria. Havia, então, uma diferente gradação social entre o homem preto alforriado (africano ou crioulo) que conquistava uma patente do oficialato miliciano e aquele que não a obtinha.

Tal fato, no entanto, acabou criando uma situação de duplicidade. Ao mesmo instante que recriavam e sustentavam a reprodução das relações sociais de Antigo Regime, esses homens pretos forros, mesmo involuntariamente, acabavam tencionando os limites dessa sociedade, principalmente os limites dos agentes do poder, que viam-se obrigados a lidar com homens pretos detentores de patentes do oficialato e que aspiravam, cada vez mais, ascender socialmente e distinguir-se.

Estamos diante de uma sociedade altamente complexa que permitia que os “desiguais” buscassem diferenciação entre si e, como consequência, tinha seus limites forçados pela ascensão desses homens. Em trabalho recente, Eduardo França Paiva trata com precisão sobre o tencionamento provocado pela ascensão social dos homens pretos forros. O autor inverte a motivação das atitudes contra os homens forros argumentando serem indesejáveis não pela burla da lei, mas por fazerem bom uso dela para se beneficiar e ascender socialmente. Em sua leitura,

É preciso separar, desde já, a interpretação dos administradores sobre esses agrupamentos sociais e a realidade que envolvia esses homens e mulheres não brancos. Muitas vezes, não foi o fato de burlarem a lei que os transformava em indivíduos indesejáveis, mas, ao contrário, era o fato de ascenderem economicamente e de conquistarem certo *status* social. E tudo isso sem infringir, pelo menos clara e abertamente, a legislação e os costumes vigentes.¹⁰⁹

Um exemplo claro desta realidade foi fornecido pelos camaristas de São João Del Rei que, em 1772, enviaram uma carta ao rei argumentando contra os terços de homens pretos e o seu oficialato. De acordo com a carta:

¹⁰⁹ PAIVA, Eduardo França. Libertos no Brasil: africanos e mestiços nas Minas Gerais do século XVIII, p.1.

A pobreza e a dependência para com os brancos é que contém alguns deles na paz necessária para a nossa conservação e do Estado; porém, como se formaram todos em companhias, dando-se-lhes oficiais das mesmas castas, justamente se deve que o livre uso das armas os fez atrevidos e poderosos.¹¹⁰

A carta dos camaristas permite-nos algumas interpretações. Primeiramente, a principal ameaça detectada era a possibilidade de ascensão social que afastaria os homens pretos forros da pobreza e, conseqüentemente, da “dependência para com os brancos”. O segundo ponto de destaque é que, ao receberem “oficiais das mesmas castas” e “tendo livre uso das armas”, se tornariam “atrevidos e poderosos”. Toda a argumentação dos camaristas estava repleta de preocupação com os limites dessa sociedade que estavam sendo forçados com a ascensão e conquista de postos do oficialato.

Para a cidade do Rio de Janeiro, não encontramos nenhuma declaração tão explícita de repúdio aos ofícios dos homens pretos. No entanto, ao analisarmos o provimento dos cargos do oficialato, identificamos certas restrições à ascensão aos postos mais graduados. De modo geral, as tropas auxiliares possuíam um estado maior composto por tenente-coronel, sargento-mor, ajudante e quartel mestre. O oficialato seria composto por capitães, tenentes e alferes. Somente estes oficiais eram providos através de carta patente. Os postos de sargento, furriel, porta bandeira, cabo, tambor e soldado, não faziam parte do conjunto da oficialidade e não recebiam carta patente.

Em relação aos oficiais do terço dos pretos nenhuma carta patente consultada apresentou o posto de sargento-mor. O posto máximo encontrado, na cidade do Rio de Janeiro, foi o de capitão-mandante. Pelo menos até fins do século XVIII, era o mais graduado dentro da hierarquia interna dos Henriques. Os critérios definidores para o

¹¹⁰ Projeto Resgate UNB (AHU – Minas Gerais, cx. 107, doc. 27.)

provimento do posto eram bastante irregulares. O que podemos afirmar com precisão, com base no cruzamento de patentes, é que a escolha do capitão-mandante era feita entre um dos capitães das companhias. Este homem acumulava, então, duas funções: capitão de uma companhia específica e, de modo geral, o posto de capitão-mandante do terço, ou seja, do conjunto das companhias de homens pretos da cidade.

Certamente o fato de ser capitão-mandante permitia a aquisição de signos de *status* e poder. Os homens que ocupavam o cargo eram mais que simples capitães – posto que já conferia distinção –, eram capitães-mandantes e tinham sob suas ordens o conjunto das companhias do terço de homens pretos espalhadas pelas diferentes freguesias da cidade. Tal controle – real ou simbólico – conferia ainda mais distinções aos ocupantes do cargo.

Na cidade do Rio de Janeiro, por conta de uma deliberação do Marquês do Lavradio, o posto de sargento-mor do terço de homens pretos forros não era provido. Chegamos a tal informação através de uma carta do governador de Pernambuco, José César de Menezes, enviada ao Marquês de Angeja. Nesta carta, Menezes informava suas pretensões de suprimir a oficialidade dos Henriques. Para tanto, lembrava o exemplo do Marquês do Lavradio que “louvavelmente ordenou no Rio de Janeiro” que os oficiais maiores dos terços de pretos “fossem homens brancos e de cuja honra se podem fiar”.¹¹¹ Como podemos perceber, a determinação de Lavradio, plenamente implementada na cidade do Rio de Janeiro, ganhou força inclusive com o governador de Pernambuco, que pretendia seguir seu exemplo.

Juntando o conjunto de informações coletadas até aqui, podemos ter uma visão geral do modo como o vice-rei Marquês do Lavradio lidou com as tropas de homens pretos.

¹¹¹ A.I.H.G.B. DL 864.2, Livro 4º, fls. 75v-76v., Recife, 13 de abril de 1782. *Apud* Luiz Geraldo Silva. *Sociabilidades políticas na América portuguesa: Henriques e Pardos sob o governo barroco e na era das Luzes (1750-1831)*. Projeto de doutorado. Curitiba, 2005.

Primeiramente, formou companhias em número suficiente para que fossem constituídas como um terço auxiliar. No entanto, ainda que tenha formado e consolidado o terço de homens pretos na cidade do Rio de Janeiro, foi responsável por ordenar que os postos dos oficiais maiores (ou seja, coronel, tenente-coronel e sargento-mor) não fossem providos. Estes postos deveriam ficar, como ordenou a carta régia de 1766, sob o controle de oficiais das tropas de linha, pagos pela fazenda real. Em síntese, Lavradio fez cumprir as determinações da carta régia.

E aqui, novamente, a idéia de “atitude ambivalente” forjada por Russell-Wood entra em cena. Embora a constituição do terço possuísse legitimidade, afinal eram forças que serviam para a defesa interna, a formação de um oficialato superior era embargada, por conta das percepções “estereotipadas e negativas” em relação aos homens pretos.¹¹² Por tanto, a ascensão aos postos do oficialato eram permitidas até o cargo de capitão. Os postos superiores deveriam ser resguardados para “homens brancos” e “honrados”.

O fato dos maiores postos do oficialato serem embargados demonstrava uma tentativa de impor certos limites às pretensões dos homens forros. Tal fato, no entanto, não impediu o desejo de ascensão ao posto de sargento-mor. Vicente Ferreira Correia Lima, “homem preto natural do Rio de Janeiro”, enviou uma petição ao Rei, informando que, em 1780, partiu numa expedição que visava “descobrir e examinar os imensos sertões dos Goiazes”. Sob as ordens do Comandante Francisco Soares Bulhões, serviu de cabo de esquadra e de capitão voluntário. Em determinado momento, a expedição deparou-se com um “alojamento de gentio bravo”. Em razão de seu cargo, Correia Lima partiu para “examinar os postos das sentinelas avançadas”, quando foi surpreendido e atacado por um “fortíssimo Gentio, com quem pelejou com todo o valor”. Ao fim da batalha, com muito

¹¹² RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Autoridades ambivalentes...*, p.119.

esforço, aprisionou o “fortíssimo gentio” e sua mulher. No entanto, ficou ferido no peito “com setas e armas de arremesso”, fato que poderia ser comprovado por suas “muitas cicatrizes”. Correia Lima destacava os ferimentos sofridos evidenciando, assim, seu valor.¹¹³ Informava também ter participado do aprisionamento de “203 pessoas de ambos os sexos” e, “no Alojamento do Rio Pasmado”, do aprisionamento de “900 pessoas”, todos entregues ao então governador de Goiás, José de Almeida. Em outra expedição, comandada por José Pinto, capitão agregado de cavalaria, saiu em missão de “descobrimientos”, onde “se achou um Alojamento de Gentio em uma grande Ilha do Rio Bananá”. Nesta ocasião todos “foram rendidos e sujeitos a dominação”. Tais fatos demonstravam “o valor e a destreza do suplicante”.¹¹⁴

Além de destacar os serviços que prestou na expedição dirigida aos “sertões dos Goiazes”, Correia Lima fazia questão de evidenciar seu “valor”, confirmando assim o seu mérito. Além disso, afirmava ter participado das expedições, tendo sofrido “imminente perigo de vida” e derramando seu sangue “pela glória do Estado”. Correia Lima informava que suas “valorosas ações” poderiam ser atestadas como legítimas pois trazia consigo papéis que confirmariam suas palavras. Para seu azar, na cidade do Rio de Janeiro, tais papéis foram roubados “com uma mala em que os trazia e seus trastes”, restando assim somente uma testemunha que havia presenciado suas ações, além das feridas que conservara em seu corpo. Mesmo assim, “animado do mesmo ardente desejo de derramar-lhe a ultima gota de sangue no serviço de Vossa Majestade”, Correia Lima suplicava a graça de ser provido no posto de sargento-mor dos Henriques da cidade do Rio de Janeiro.¹¹⁵

¹¹³ Projeto Resgate UNB (AHU – Rio de Janeiro, cx. 145, doc. 43).

¹¹⁴ Projeto Resgate UNB (AHU – Rio de Janeiro, cx. 145, doc. 43).

¹¹⁵ Projeto Resgate UNB (AHU – Rio de Janeiro, cx. 145, doc. 43).

Não localizamos a resposta da petição. No entanto, analisando o conjunto da documentação miliciana – cartas patentes, mapas dos terços, listas de provimento, etc. – podemos afirmar que Correia Lima não recebeu a graça solicitada. O fato de ter “perdido” todas as provas de suas ações talvez tenha dificultado a aprovação de seu pedido. Sem os relatos escritos, com as assinaturas dos oficiais que comprovariam seus atos, seria difícil convencer que o relato não passava de uma história engenhosamente inventada para alcançar o posto de sargento-mor.

A petição de Correia Lima é interessante por deixar claro que, para os homens forros, o provimento do posto de sargento-mor não era visto como uma realidade intangível. Havia, em última análise, a esperança de alcançá-lo. No entanto, até os primeiros anos do século XIX, na cidade do Rio de Janeiro, o provimento do posto de sargento-mor não ocorreu. Pelo menos até fins do século XVIII, o posto de capitão-mandante aparecia na documentação do terço de homens pretos como o mais importante hierarquicamente.

Miguel de Souza de Andrade, dito de “nação congo”, foi o primeiro capitão-mandante localizado, na patente de 1769. É provável que tenha sido um dos primeiros, senão o primeiro, a ocupar o cargo depois da ordem régia de 1766. Seu sucessor foi o crioulo Thomé Galvão, que comandou o terço de 1777 até aproximadamente 1790. Seu período de comando foi um dos mais ricos para a compreensão de possíveis conflitos que envolviam o provimento dos postos do oficialato. Sob suas ordens, estabeleceu-se uma verdadeira proeminência crioula na hierarquia de comando do terço de pretos.

4. Crioulos, minas e a disputa entre grupos

De modo geral, as fontes de época enfatizavam as diferenças entre os escravos africanos e aqueles nascidos na América portuguesa, chamados *crioulos*. De acordo com Luís dos Santos Vilhena, havia um antagonismo latente entre crioulos e africanos.¹¹⁶ O jesuíta italiano André João Antonil, em obra impressa em Lisboa no ano de 1711, destacava a preferência senhorial pelos escravos “que nasceram no Brasil” por serem melhores e mais confiáveis do que os vindos da África.¹¹⁷ Tomando por base algumas destas referências de época, a historiografia registrou as tensões vividas entre escravos crioulos e africanos.

Em seu clássico estudo, Gilberto Freyre já evidenciava que os crioulos eram escolhidos como escravos domésticos, o que proporcionava um contato diário e mais intenso com seus respectivos senhores. Tal fato poderia resultar no estabelecimento de relações que reforçariam os laços com o mundo dos homens livres, influenciando inclusive na conquista da alforria. Para a historiadora Silvia Hunold Lara, “a prática da alforria operava de forma seletiva, libertando em geral mais crioulos que africanos”.¹¹⁸ De acordo com os dados pesquisados por Sheila de Castro Faria, no século XVIII, na cidade do Rio de Janeiro, os crioulos (homens e mulheres) receberam majoritariamente alforria gratuita. A proporção aumentaria significativamente no século XIX, atingindo um número de 72%.¹¹⁹ Manolo Florentino informa-nos que, na década de 1860, os alforriados crioulos sobrepujaram os libertos nascidos na África, alcançando uma proporção de 55%.¹²⁰

¹¹⁶ VILHENA, Luís dos Santos. *Recopilações de notícias soteropolitanas e brasílicas contidas em XX cartas*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1921, pp.135-6.

¹¹⁷ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* [1711]. (Introdução e notas de André Mansuy Diniz Silva). São Paulo, Edusp, 2007. Versão digitalizada disponível, na íntegra, no site: <http://www.brasiliana.usp.br/node/400>, consultado em 18/09/2012.

¹¹⁸ LARA, Silvia Hunold, *Fragmentos Setecentistas...* p.128

¹¹⁹ FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Tese para concurso de titularidade. Niterói, UFF, 2004.

¹²⁰ FLORENTINO, Manolo. “Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa”. Topoi. Revista de história, Rio de Janeiro, 2002, n°. 5, p. 24

Para João José Reis, o fato de serem africanos ou crioulos, estava intimamente relacionado com as relações que os escravos estabeleciam, ao longo de suas vidas, com seus senhores. Haveria, inclusive, uma divisão nas posições ocupadas na estrutura de trabalho. Os crioulos teriam mais vantagens e, na visão do autor, fariam parte de uma “classe” privilegiada, uma verdadeira “aristocracia escrava”.¹²¹

Reis informa ainda que a participação de crioulos em revoltas era inexpressiva. De modo geral, ficavam ao lado de seus senhores. Em 1828, por exemplo, uma revolta de africanos eclodiu no engenho do Tanque, no Recôncavo Baiano. Os escravos crioulos ficaram ao lado dos senhores e voltaram-se contra os rebeldes africanos. Do mesmo modo, em 1835, durante o levante dos malês,¹²² Reis constatou a quase ausência de crioulos entre os participantes da rebelião. O autor utiliza-se largamente dos processos criminais para demonstrar que os planos dos revoltosos previam que, depois da vitória, brancos, mulatos e crioulos seriam eliminados, “os rebeldes pretendiam romper com a dominação branca e viam mulatos e crioulos como cúmplices dos brancos, não vítimas como eles”.¹²³ Tratava-se

¹²¹ O conjunto de trabalhos do autor foi fortemente influenciado pelos aportes teóricos do historiador marxista E. P. Thompson, que tinha como uma de suas preocupações examinar a cultura e a sociedade do ponto de vista das classes populares, oprimidas. A análise deveria estar centrada no embate de forças, nas dimensões de luta e na possibilidade de negociação existente nas relações sociais (de poder e dominação). Tratava-se de uma perspectiva pioneira da chamada *História Vista de Baixo*. A obra de Reis foi construída, fundamentalmente, a partir deste viés. Ao entender que os escravos não eram tão somente vítimas, mas negociavam e elaboravam estratégias e ardis, o autor evidenciou as formas de resistência contra o poder que os submetia. Nesse sentido, além das estratégias cotidianas que envolviam negociações, a rebelião aberta apresentava-se como importante instrumento de resistência. Os pontos fundamentais do entendimento teórico do autor ficam bem expressos no seu clássico *Rebelião escrava no Brasil*, editado pela primeira vez no ano de 1986.

¹²² A história do levante dos Malês teve início em 1835, quando a Bahia encontrava-se dividida por disputas e divergências políticas do Período Regencial. A hegemonia senhorial estava em crise. Era, portanto, o instante perfeito para a eclosão de uma revolta escrava. Para Reis, a rebelião de 1835 possuía dimensões religiosas, étnicas e classistas. Esta última, seria a chave de entendimento da rebelião, afinal, tratava-se de um movimento em que, os escravos – enquanto classe – se rebelariam contra o poder senhorial. Nas palavras do autor, “a rebelião teria tido também uma orientação de classe por ter sido feita e dirigida majoritariamente por escravos e porque a linguagem anti-senhorial dos presos revela sua face antiescravista. Foi também assim considerada pelo Estado escravocrata, que definiu, reprimiu e castigou os rebeldes acionando uma linguagem e uma legislação especificamente antiescrava. Ver REIS, João José. *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. Editora Brasiliense em co-edição com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1988, p. 136

¹²³ REIS, João José. *Escravidão e invenção da liberdade...*, p. 68

de uma luta dos africanos contra os homens nascido na terra. Nesse confronto, crioulos e mulatos seriam claramente identificados como aliados dos brancos.

O conflito entre africanos e crioulos também aparecia bem expresso no interior das irmandades. Na cidade do Rio de Janeiro, no século XVIII, a entrada de crioulos era vetada na Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia. Já na Irmandade do Rosário, todos os “pretos” eram aceitos. No entanto, os cargos da mesa diretora eram controlados por angolas e crioulos.¹²⁴ De acordo com Mariza de Carvalho Soares, “esta dimensão contrastiva da identidade não elimina a existência, com maior ou menor tensão, de esferas de convivência entre os três principais gentios da cidade, principalmente entre os minas e os angolas.”¹²⁵ É provável que o mesmo possa ser dito sobre os crioulos. Certamente estabeleciam uma série de relações com africanos de diversas procedências. No entanto, as tensões permaneciam presentes.

Ao contrário das irmandades, a documentação produzida pelos terços de homens pretos não organizava-se com base na procedência da população africana. Nem mesmo as clássicas “nações”, entendidas como um emblema da identidade de procedência,¹²⁶ apareciam como critério classificatório. Africanos e crioulos sequer eram diferenciados. Todos estavam, impreterivelmente, encobertos por uma classificação mais ampla, própria da hierarquia interna dos corpos militares. As hierarquias militares apareciam, então, como força estruturante para manter o controle interno dos terços.

¹²⁴ Para João José Reis, nas irmandades negras, a aliança entre angolas e crioulos era comum. Em sua análise, “crioulos e angolas uniram-se, sem abolir suas diferenças, para exercer o poder sobre irmãos de outras origens étnicas”. REIS, João José. *Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão*. *Tempo*. Vol. 2, nº 3, 1997, p. 13

¹²⁵ SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor...*, p. 189

¹²⁶ SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor...*, pp.188-189

Era preciso eclipsar diferenças étnicas, de procedência e tantas outras, para manter o bom funcionamento do corpo de pretos. Os critérios de diferenciação estavam relacionados à maior ou menor qualificação das patentes conquistadas. Um sargento crioulo deveria, sem discussão, acatar as ordens de seu capitão africano. Do mesmo modo, um oficial inferior africano deveria submeter-se ao comando de outro africano, com patente do oficialato superior, mesmo que suas identidades étnicas fossem distintas e, por algum motivo, conflitantes.

Isso não quer dizer, no entanto, que no interior dos terços essas categorias não fossem acionadas. Não podemos esquecer que, no século XVII, o próprio Henrique Dias distinguia seus homens entre “minas”, “ardas”, etc. A documentação produzida pelos corpos militares não privilegiavam tais categorizações, no entanto, em seu interior essas categorias apareciam de modo informal, diferentemente do que ocorria nas irmandades, onde as diferenças apareciam na própria formalidade das regras de constituição dessas organizações.

Ao destacarem a hierarquia dos postos de comando, encobrando outras formas de identificação do oficialato, a documentação do terço de pretos poderia parecer um território de difícil acesso e destituído de maiores possibilidades de análise. No entanto, com o auxílio das fontes eclesiásticas (através da consulta de registros paroquiais de batismo, óbito e das habilitações matrimoniais) uma avaliação pormenorizada sobre os principais componentes do oficialato revelaram-nos algumas tendências que, ao longo dos anos, definiram o provimento dos postos, evidenciando ainda possíveis tensões e conflitos internos. Tomando por base as patentes enviadas ao Conselho Ultramarino, digitalizadas pelo *Projeto Resgate*, foi possível traçarmos um histórico do oficialato do terço de homens

pretos na cidade do Rio de Janeiro, em meados do século XVIII e início do XIX, e da ocupação dos principais postos de comando na hierarquia miliciana.

Primeiramente, é importante esclarecermos que a análise tem como foco principal o posto de capitão. Infelizmente, são poucas as fontes que oferecem alguma informação sobre tenentes e alferes, também componentes do oficialato. Portanto, a configuração hierárquica aqui desenhada refere-se, fundamentalmente, aos capitães do terço de homens pretos forros. Tal fato não compromete a análise, pois, estes homens eram os personagens que efetivamente detinham o poder de mando nas companhias. Assim, através do estudo do conjunto de capitães podemos desvendar o modo como era estabelecida a organização de comando no interior do terço de pretos.

Logo após a carta régia de 1766, duas companhias de pretos forros estavam em atividade na cidade do Rio de Janeiro. Como foi discutido anteriormente, ainda não compunham efetivamente um terço, pois não estavam formadas em número suficiente para tal. A primeira companhia estava sob as ordens do capitão-mandante Miguel de Souza de Andrade, preto forro de nação congo. A segunda era controlada por Salvador Correia da Rosa, crioulo forro. Naquele momento, Julião Fogaça, preto forro de nação mina, ocupava o posto de ajudante.¹²⁷ Como podemos perceber, os postos do oficialato estavam ocupados de forma diversificada, com a presença de crioulos e africanos de diferentes procedências. Como demonstraremos no capítulo 2, em sua trajetória pessoal, Souza de Andrade estabeleceu uma série de relações com crioulos e africanos de diversas procedências. Aparentemente, questões étnicas e de identidade de procedência não perpassaram suas relações cotidianas, no trato pessoal, nem suas escolhas para o provimento dos postos.

¹²⁷ De modo geral, o *Ajudante* tinha como função auxiliar o sargento-mor do terço. No entanto, como foi demonstrado anteriormente, o posto de sargento-mor não era provido no terço de homens pretos da cidade do Rio de Janeiro. O *Ajudante* tinha, então, a função de auxiliar o capitão-mandante.

Esta diversificação inicial, no entanto, deixou de ser realidade sob o comando de Thomé Galvão. No ano de 1777, assumiu o posto de capitão-mandante dos Henriques, tendo permanecido no cargo até aproximadamente 1790. Em seu período de comando, com o terço efetivamente consolidado, houve uma grande proeminência de crioulos nos postos de capitães. Através da análise das tabelas podemos acompanhar o modo como a hierarquia do terço de homens pretos esteve dividida, ao longo dos anos, no período que corresponde ao comando de Thomé Galvão.

Companhias do Terço Auxiliar dos homens pretos forros, 1777 a 1779.

| Companhias | Oficiais de companhia |
|------------------------|------------------------------|
| | Capitão |
| 1º Galvão | 1 |
| 2º Rodrigues | 1 |
| 3º Mendes | 1 |
| 4º Carvalho | 1 |
| 5º Andrade | 1 |
| 6º Serra | 1 |
| Estado completo | 6 |

Inicialmente, devemos destacar o fato das companhias serem identificadas pelo sobrenome de seus capitães. Tal identificação reforçava os laços de subordinação dos oficiais inferiores e soldados aos seus oficiais. Havia, assim, um atrelamento da figura do capitão com a companhia que comandava. Estes homens tornavam-se verdadeiros “donos” das companhias que carregavam seus sobrenomes. A questão hierárquica estava claramente posta. Certamente eram reconhecidos, respeitados e temidos por seus subordinados. Estavam ocupando uma posição de poder e mando.

A primeira companhia estava sob as ordens do capitão comandante Thomé Galvão. A segunda e terceira companhias, respectivamente, estavam sob o comando de Francisco das Chagas Rodrigues e Manoel Mendes. Os dados referentes ao capitão da quarta companhia não foram localizados. Por fim, Valentim de Andrade e João da Serra ocupavam, respectivamente, os postos de capitão da quinta e sexta companhias. Os cinco capitães que conseguimos localizar eram “crioulos forros”.

Este é um dado bastante significativo. Afinal, ainda que “Carvalho”, cuja identidade não foi localizada, fosse africano, os demais capitães, naquele momento, eram crioulos. Além disso, é importante lembrar que Thomé Galvão acumulava as funções de capitão e comandante. Portanto, os mais altos postos estavam sob o controle de crioulos. Apenas um africano, Ignácio Gonçalves do Monte, foi capaz de alcançar o posto de capitão. Em 1779, recebeu a patente de capitão e assumiu o comando da segunda companhia.

Neste momento, Monte já era rei dos mahis da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia e, sem dúvidas, uma figura conhecida e respeitada. Num terço “dominado” por crioulos, é provável que tenha alcançado o posto de capitão por conta da proeminência e do reconhecimento social que adquiriu ao longo da vida. No período de comando de Thomé Galvão, de 1777 até 1790, Monte parece ter sido o único africano a chegar ao posto de capitão. Não podemos afirmar com absoluta certeza, pois, como foi dito, infelizmente não localizamos as informações sobre “Carvalho”, o capitão da quarta companhia. De todo modo, mesmo que Carvalho fosse africano, seria bastante sintomático que, num período de quatorze anos, apenas dois africanos tivessem ascendido ao posto de capitão.

Tendo em vista a conformação hierárquica apresentada, podemos levantar algumas questões. A predominância de crioulos ocupando postos de capitão seria uma ação deliberada do comandante Thomé Galvão, também crioulo? Conflitos entre crioulos e

africanos, tão ressaltados pela historiografia, estariam refletidos na estrutura de comando? A participação de africanos nos mais altos postos da oficialidade seria uma exceção? Vale lembrar que, em primeira instância, a indicação para os postos do oficialato de homens pretos era feita pelo comandante. De modo geral, tais indicações eram corroboradas pelo vice-rei e, por fim, confirmadas pelo próprio soberano. Portanto, parece-nos que as indicações de Thomé Galvão privilegiavam, de forma deliberada, o provimento de crioulos nos postos de capitães.

O conflito entre grupos e a proeminência de crioulos nos postos do oficialato não se restringia à cidade do Rio de Janeiro. Em 1740, os oficiais do terço dos Henriques da cidade da Bahia enviaram uma petição ao vice-rei, Conde de Galveas, exigindo uma rigorosa punição para quem nomeasse pretos minas para os postos do oficialato. Para tanto, estigmatizavam os minas como revoltosos, “faltos de fé”, maus soldados, inimigos de brancos, crioulos e pretos de nação angola. Em 1756, ainda na Bahia, uma petição enviada ao Conselho Ultramarino informava que um princípio vigente entre todos os terços de homens pretos não estava sendo cumprido. De acordo com a petição, apenas crioulos deveriam ascender aos postos do oficialato superior. Este seria um princípio norteador de todos os terços de pretos espalhados pela América portuguesa. No entanto, conforme denunciavam os oficiais crioulos da Bahia, os pretos de nação mina ainda eram providos nos postos do oficialato.¹²⁸

Ao que parece, o comandante Thomé Galvão estava bem instruído do princípio de nomear apenas crioulos para os postos do oficialato e assim o fez durante seu período de comando. Apenas Ignácio Gonçalves do Monte, preto mina, teria conseguido burlar tal

¹²⁸ SILVA, Luiz Geraldo. “Sobre a ‘etnia crioula’ o Terço dos Henriques e seus critérios de exclusão na América portuguesa do século XVIII.” In: *Renato Pinto Venâncio; Andréa Lisly Gonçalves; Cláudia Maria das Graças Chaves. (Org.). Administrando impérios. Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX.. 1ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, v. 1, p. 71-96.*

instrução. Monte era reconhecido entre os seus, os mina-mahi do Rio de Janeiro, e também entre os demais grupos. Vale ressaltar que era membro destacado da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, a mesma irmandade que, como foi citado, proibia a entrada de crioulos e angolas entre seus membros. Podemos imaginar as tensões provocadas pela nomeação de Monte entre os demais capitães crioulos. Trata-se, no entanto, de uma hipótese a ser comprovada.

O que podemos afirmar, através da análise das patentes, é que no período de comando de Thomé Galvão a norma que, em 1754, os oficiais do terço da Bahia estavam reivindicando, que apenas crioulos fossem providos nos postos do oficialato, parecia estar implementada no terço de homens pretos da cidade do Rio de Janeiro. A única exceção à norma, como já foi devidamente referenciado, foi Ignácio Gonçalves do Monte. O capitão Carvalho, cuja identidade não identificamos, também fica no campo das hipóteses.

Em 1790, Thomé Galvão já não aparecia ocupando o posto de comandante. Neste ano, o terço de homens pretos estava sob controle de Aleixo Teixeira. Seu período de comando, apesar de ser bastante curto, já que em 1793 saiu do cargo, apresentou as maiores dificuldades para uma avaliação mais sistemática sobre o provimento dos postos. No entanto, mesmo com tantas lacunas, podemos tirar algumas conclusões.

Companhias do Terço Auxiliar dos homens pretos forros, 1790 a 1793.

| Companhias | Oficiais de companhia |
|--------------------------|------------------------------|
| | Capitão |
| 1º Teixeira | 1 |
| 2º Teixeira | 1 |
| 3º Figueiredo | 1 |
| 4º Não localizado | 1 |
| 5º Moura | 1 |
| 6º Moura | 1 |
| 7º Candelária | 1 |
| Estado completo | 6 |

Infelizmente não localizamos a origem de Aleixo Teixeira, capitão da primeira companhia e comandante do terço, nem dos capitães da quinta e sexta companhias. Seus nomes eram, respectivamente, Benedito Álvares de Moura e Emídio Álvares de Moura. Pelo sobrenome comum, podemos imaginar que tenham sido escravos do mesmo senhor ou, quem sabe, irmãos. O capitão da quarta companhia não teve sequer o sobrenome localizado. Os capitães da segunda e terceira companhia eram, respectivamente, José dos Santos Teixeira e João Luís de Figueiredo, pretos minas. O capitão da sétima companhia era José Lopes Candelária, crioulo forro.

A análise de dados tão esparsos não revelaram, como foi possível fazer para o período de Thomé Galvão, a origem dos homens que ocupavam os postos de capitão. Vale notar que pelos menos dois africanos minas conseguiram chegar ao posto. Se os demais eram africanos ou crioulos, infelizmente, não saberemos.

Aleixo Teixeira comandou os Henriques por aproximadamente três anos e, já em 1793, foi substituído por José dos Santos Teixeira, preto mina, capitão da segunda companhia. Sobre o período de Santos Teixeira dispomos de uma série de informações. Ao ser promovido a comandante, seu posto de capitão da segunda companhia ficou vago. Em seu lugar, indicou Joaquim José Rodrigues Rocha, preto mina forro. Com o falecimento de Emídio Álvares de Moura, o posto de capitão da sexta companhia também ficou vago. Francisco Duarte Bellas, preto mina, assumiu seu lugar.

Como podemos perceber, as indicações de José dos Santos Teixeira tenderam a privilegiar pretos minas, ou seja, homens de sua mesma “nação”. Ao que parece, do mesmo modo que Thomé Galvão se movimentou no sentido de prover um oficialato quase

inteiramente composto por crioulos, Santos Teixeira articulava a indicação de “pretos minas” para os postos.

As ações de Santos Teixeira ganhariam ainda mais força, no início do século XIX, quando José Narciso de Magalhães de Menezes, o novo tenente-general das tropas, chegou ao Rio de Janeiro. Com sua chegada o corpo de homens pretos passou por uma importante reestruturação e três companhias foram extintas. Apenas quatro companhias mantiveram-se em atividade: a primeira, do capitão comandante José dos Santos Teixeira (mina), e as companhias de João Luís de Figueiredo (mina), Joaquim José Rodrigues Rocha (mina) e Francisco Duarte Bellas (mina). No início do século XIX, portanto, todos os capitães dos Henriques eram “pretos minas”. Tratava-se, portanto, de uma nova conformação hierárquica. O poder e o controle do terço de homens pretos não estava mais concentrado nas mãos de crioulos. Havia chegado o momento da proeminência mina.

Discutiremos esta nova conformação hierárquica no capítulo 3. Por hora interessamos esta visão panorâmica, de 1769 até os primeiros anos do século XIX, para compreendermos certas dimensões que, um olhar desatento sobre a documentação miliciana, poderia deixar passar. Ao juntar o conjunto da documentação do terço (patentes, mapas, cartas) e cruzar com a documentação eclesiástica, conseguimos entender como, ao longo dos anos, se deu o jogo de poder no corpo de pretos. A simples análise dos documentos milicianos nada acrescentariam, afinal, como já foi dito, esta documentação encobria todo tipo de classificação de seus oficiais. A dimensão que revelava possíveis disputas entre grupos e, como consequência, certas tensões, só pôde ser alcançada com o cruzamento das fontes. Portanto, embora na organização formal das tropas de homens pretos a classificação entre africanos e crioulos não aparecesse, ela foi importante e se

mostrava através dos conflitos informais que levaram que crioulos e minas controlassem os cargos em diferentes momentos.

Finalizada esta etapa, podemos entender que a hierarquia de comando do terço de homens pretos, representada pelo provimento dos postos de capitão, tinha relação direta com os homens que ocupavam os cargos de capitão-mandante – comandante. No período de Miguel de Souza de Andrade, preto de nação congo, havia certa diversidade no conjunto do oficialato. Este era o momento inicial de estabelecimento dos terços auxiliares de homens pretos na cidade do Rio de Janeiro, pouco depois da carta régia de 1766. Sob o comando de Souza de Andrade os terços sequer estavam efetivamente formados, correspondendo a um momento de estruturação, quando africanos e crioulos ocuparam postos do oficialato.

Num segundo momento, com o terço estruturado, dividido em companhias e em plena atividade, o crioulo forro Thomé Galvão assumiu o comando e foi o período da proeminência crioula. Aproximadamente quatorze anos de controle crioulo sobre os postos de capitão, abalado apenas pela presença do capitão Ignácio Gonçalves do Monte. Monte foi o primeiro mina a abrir caminhos para que outros homens de sua “nação” pudessem alcançar o posto de capitão. Se o fez de forma intencional ou não, nunca saberemos.

O terceiro período, de 1790 a 1793, permanece envolto em questões. Sabemos que pelo menos dois africanos, de nação mina, ocupavam postos de capitão. Lá também estava um crioulo, capitão da sétima companhia. Os outros componentes, no entanto, incluindo o comandante, permanecem à sombra, obscurecidos pela dificuldade na pesquisa de documentos capazes de revelar suas identidades. O período final, de fins do século XVIII e início do XIX, comandado por José dos Santos Teixeira, preto mina, deu início à supremacia mina no oficialato.

CAPÍTULO 2

Dominação, hierarquia e trajetórias individuais: o oficialato de homens pretos forros na cidade do Rio de Janeiro

Nas últimas décadas, a historiografia brasileira produziu uma importante inflexão nas análises sobre as relações de dominação. Construiu-se um olhar mais sofisticado sobre os modelos que estudavam as relações entre *dominantes* e *dominados*.¹²⁹ A historiografia da escravidão desempenhou papel de destaque neste redimensionamento de abordagens. Ao focar ambigüidades, valores e ações dos escravos, conferiu-lhes o estatuto de sujeitos de sua história. A partir da década de 1980, os estudos da escravidão no Brasil passaram por uma série de modificações.¹³⁰ Como indica Silvia Hunold Lara:

Questionando amarras estruturais de paradigmas explicativos fixados na década de 1960, vários pesquisadores enfatizaram a necessidade de procurar outras perspectivas de análise. Ao criticar o enfoque estritamente macroeconômico e a ênfase no caráter violento e inexorável da escravidão, observaram que o resultado da

¹²⁹ GOMES, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

¹³⁰ Para um estudo detalhado da historiografia da escravidão ver RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2005. pp. 17-50, 293-360. Ver também, Stuart B. Schwartz. “A historiografia recente da escravidão brasileira”. In SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, Edusc. 2001. pp. 21-82; LARA, Silvia Hunold. “Escravidão no Brasil: balanço historiográfico, LPH”. *Revista de História*, 3, nº 1. 1992.

maior parte da produção sobre o tema era uma história que, mesmo sem o desejar, apoiava-se numa ótica senhorial que era, inevitavelmente, excludente. Recuperando movimentos e ambigüidades que antes poderiam parecer surpreendentes, valorizaram a experiência escrava, que passou a ser analisada a partir de outros parâmetros.¹³¹

Temáticas como a família escrava, as irmandades católicas leigas, acomodações e solidariedades, entre outras, foram responsáveis por uma nova compreensão da escravidão na historiografia brasileira.¹³² Do mesmo modo, a historiografia sobre a cultura política de Antigo Regime, ao contestar os estudos clássicos sobre as relações estabelecidas entre *metrópole-colônia*, abriu novos caminhos de análise. Como destaca Angela de Castro Gomes, trata-se de uma revisão historiográfica que busca modificar sentidos de uma série de comportamentos individuais e politizar ações que anteriormente não possuíam uma dimensão política. Em suas palavras,

Alinhamentos automáticos entre dominados contra dominantes e vice-versa são relativizados, e uma dinâmica política de alianças e

¹³¹ LARA, Sílvia Hunold. “Conectando Historiografias: a escravidão africana e o antigo regime na América portuguesa.” In: BICALHO, Maria Fernanda (org.). *Modos de governar. Idéias e práticas políticas no império português (sécs. XVI-XIX)*. São Paulo: Editora Almadá, 2007.

¹³² ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente. Escravidão urbana no Rio de Janeiro*. São Paulo: Vozes, 1988; AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. CHIAVENTO, Júlio José. *O negro no Brasil: da senzala à guerra do Paraguai*. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1980; CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros. Os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985; FRAGOSO, João Luís; FLORENTINO, Manolo G. “Marcelino, filho de Inocência crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do sul (1835-1872)”. *Estudos Econômicos*, v. 17, n.2, p.151-74, 1987. KARASCH, Mary. *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. New Jersey: Princeton University Press, 1987; LARA, Sílvia Hunold. *Campos de violência. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Vide também, “Escravidão”. *Revista Brasileira de História*, 16. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1988; MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil* (1ª edição 1982) 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988; MOTT, Luiz R. B. “Uma santa africana no Brasil colonial”. *D. O. Leitura*. São Paulo, v. 6, n. 62, 1987. Vide também, *Escravidão, homossexualidade e demonologia*. São Paulo: ícone, 1988; REIS, João José. “Poderemos brincar, folgar e cantar...: O protesto escravo nas Américas”. *Afro-Ásia*, v. 14, p. 107-20, 1983. Do mesmo autor, *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos Malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986. REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989; REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (org.) *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989. Entre outros.

oposições muito mais complexa e sofisticada emerge para a análise historiográfica. Ou seja, a análise das relações de dominação, sem excluir o conflito aberto (sob várias formas), passa a atentar para um conjunto de ações que tem marcas mais sutis, envolvendo "negociações" e produzindo alinhamentos aparentemente inusitados. Tal abordagem, contudo, não deve ser entendida (como às vezes o é) como uma tentativa de eliminar ou minimizar as tensões e oposições sempre existentes nas relações de dominação: mascarando o conflito. Ao contrário, essa é uma tentativa de sofisticar o tratamento das relações de dominação, ampliando seu escopo, até para evidenciar que, em certas circunstâncias, pode haver convergências de interesses entre dominantes e dominados, pode haver pacto político, pode haver negociação. O poder, nessa perspectiva teórica, não é um monopólio do dominante, existindo também no espaço dos dominados, o que não elimina a situação de desigualdade (muitas vezes radical) entre eles.¹³³

Partindo deste viés interpretativo, é possível estudarmos as trajetórias dos componentes do oficialato do terço de homens pretos. Para tanto, como nos ensina Castro Gomes, é preciso ter em mente a perspectiva teórica de que o poder não pode ser compreendido como monopólio do dominante, que existe convergências de interesses entre dominantes e dominados. Trata-se de encontrar ações que produziriam “alinhamentos aparentemente inusitados”. Os terços de pretos, se analisados sob o signo das relações de poder, podem ser compreendidos como o caminho que, muitas vezes, promoveu a “convergência de interesses entre dominantes e dominados”.

No entanto, como foi demonstrado no capítulo anterior, o fato de ascenderem socialmente e conquistarem patentes do oficialato era um elemento de tencionamento. Os libertos que se inseriam nos terços de auxiliares não eram tão somente “aliados do poder”. Representavam também homens que, ao estarem em processo de ascensão, causavam uma série de incômodos aos *dominantes* com quem supostamente estariam “irmanados”. Trata-se, portanto, de atentar para “marcas mais sutis” na análise. Afinal, estamos lidando com

¹³³ GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil..., p. 26

homens e mulheres que foram desterrados da África, feitos cativos e, ainda assim, impuseram-se como atores históricos. Atores que interagiam entre si e com diferentes agentes sociais, que possuíam *orientações valorativas* próprias e que, através de escolhas e estratégias particulares, definiam suas ações. Mariza de Carvalho Soares entende que, no interior dessa sociedade hierárquica e escravista, a população escrava e forra aprendia a se movimentar de forma a estabelecer alternativas concretas de vida e ascensão social.¹³⁴

Através da coleta de uma série de fragmentos, espalhados em diferentes arquivos, foi possível reconstruir trajetórias que possivelmente ficariam esquecidas. Nossos personagens apareciam, sem maiores informações, nos burocráticos documentos milicianos, sendo diferenciados apenas pela maior ou menor graduação de suas patentes. Nomes que, por si só, não revelariam nada. Os sujeitos escondidos por trás destas honrarias foram os objetos perseguidos, rastreados e, por fim, revelados em toda sua complexidade. Alguns personagens, mantiveram-se esquivos, relutaram em informar suas trajetórias. No entanto, deixaram registros, fragmentos e pistas que, pacientemente seguidas, revelaram suas escolhas e estratégias particulares. Começamos, pois, a desvendar essas histórias.

1. O capitão-mandante Miguel de Souza de Andrade

Auto-identificado como “de nação Congo”, Miguel de Souza de Andrade percorreu um longo caminho para reconstruir sua vida após o desterro. Lançando mão de uma série de estratégias, convivendo e estabelecendo relações cotidianas com africanos, escravos e forros, de diferentes procedências, chegou à velhice, com seus “oitenta anos, pouco mais ou

¹³⁴ SOARES, Mariza de Carvalho. “A biografia de Ignácio Monte, o escravo que virou rei”. In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos; NEVES, Guilherme Pereira das. (Org.). *Retratos do Império. Trajetórias Individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006, p.48.

menos”, tendo alcançado o honroso título de “capitão-mandante das companhias de homens pretos”.¹³⁵ Os africanos, no entanto, não foram os únicos agentes sociais com quem construiu suas relações. Ao longo dos anos, Souza de Andrade manteve-se próximo de negociantes e de homens agraciados com patentes militares. Como símbolo de ascensão e de negação da antiga condição social, tornou-se proprietário de escravos, sendo “senhor e possuidor” de crioulos, pardos e africanos de diversas procedências.

A trajetória de nosso personagem teve início na primeira metade do século XVIII. No ano de 1736, com aproximadamente trinta e dois anos, já era conhecido como preto forro e morador na cidade do Rio de Janeiro.¹³⁶ A quantificação sobre a entrada de escravos africanos, no porto carioca, nas três primeiras décadas do século XVIII é bastante limitada e imprecisa. Segundo estimativas fornecidas pelo *Slave Trade Database*, entre 1701 e 1710, teriam desembarcado no Rio de Janeiro um total de 2.350 cativos. De 1711 até 1720, haveria uma entrada de 7.654 homens. O número subiria expressivamente, entre 1721 e 1730, para a marca de 32.640 escravos desembarcados.

Nireu Cavalcanti estima que a entrada de escravos para esse período estava dividida entre Angola, Benguela e Costa da Mina.¹³⁷ Baseada na distribuição das procedências encontradas nos livros de batismos, Mariza de Carvalho Soares informa que, na primeira metade do século XVIII, entre os africanos procedentes da costa ocidental estavam os “cacheus”, os “minas” e o conjunto de escravos vindos de ilhas como São Tomé e Cabo Verde. Já os escravos procedentes da costa centro-ocidental viriam de Angola (massanganos, caçanjes, loandas, rebolos, cabundás, quissamãs, ambacas e, ao sul, os

¹³⁵ ACMRJ – Habilitação Matrimonial, caixa 3228, documento 79575.

¹³⁶ Candelária – Matrimônios 1725, Nov-1737, Mar – Folha 141

¹³⁷ CAVALCANTI, Nireu. “O comércio de escravos no Rio setecentista”. IN: FLORENTINO, Manolo (org.) *Tráfico, Cativo e Liberdade*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2005, pp. 64-65.

benguelas) e do Congo e arredores (os congos, também chamados muxicongos, loangos, cabindas e monjolos).¹³⁸

Miguel foi capturado, feito escravo e desterrado da região do antigo reino do Congo. No século XVI, quando ainda centralizado, o reino tinha como capital a cidade de Mbanza Kongo e estava dividido em seis províncias: Mpemba, Nsundi, Mpangu, Mbata, Mbamba e Sonyo.¹³⁹ Antes mesmo da chegada dos portugueses, a escravidão era uma instituição amplamente conhecida na região. O historiador britânico David Birmingham, apoiado em documentação do fim do século XVI, informa-nos que no Congo:

Nenhum homem livre trabalhava a terra ou admitia ser empregado de outro. Tais tarefas eram reservadas aos escravos. Os homens mais poderosos eram os que possuíam maior número de escravos, que tinham comprado ou capturado na guerra. Estes escravos eram amiúde encarregados de levar a cabo transações comerciais e de frequentar mercados por conta dos seus senhores.¹⁴⁰

Para o antropólogo e historiador belga Jan Vansina, no Reino do Congo coexistiram três camadas sociais bem definidas e que, de modo geral, diferenciavam-se por seu estatuto legal, suas atividades e seu estilo de vida. Eram elas: a nobreza, os aldeões e os escravos. Estudando as terminologias linguísticas identifica que “o mesmo vocábulo significava “escravo” e “cativo de guerra”, indicando assim a procedência dos escravos”.¹⁴¹

¹³⁸ SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.77

¹³⁹ De acordo com Jan Vansina, “a centralização era ainda reforçada pela existência de uma moeda cuja emissão o rei controlava. Tratava-se de conchas de *olivancilarianana*, chamadas de *nzimbu*, procedentes das pescarias de uma ilha que fazia parte do reino, a de Luanda. A centralização também era perceptível em nível militar. Cerca do fim do século XVI, a guarda real era composta por 16.000 a 20.000 escravos e constituía a única força armada permanente do reino.” VANSINA, Jan. O Reino do Congo e seus vizinhos. In: *História Geral da África – Vol. V – África do século XVI ao XVIII*, pp. 653-654

¹⁴⁰ BIRMINGHAM, David. *Alianças e conflitos: os primórdios da ocupação estrangeira em Angola (1483-1790)*. Luanda: Arquivo Histórico de Angola, ministério da cultura, 2004, p.21

¹⁴¹ VANSINA, Jan. *O Reino do Congo e seus vizinhos...*, p. 652

O primeiro contato entre portugueses e congoleses ocorreu por volta de 1483, quando da chegada de Diogo Cão em Mpinda. Inicialmente, os contatos ocorreram de forma amigável, com troca de presentes e gentilezas entre o *manicongo* e o Rei de Portugal.¹⁴² Destes contatos, resultaria a conversão do reino do Congo ao cristianismo. As concepções religiosas da realeza, originalmente, estavam assentadas em três cultos gerais: o dos antepassados, o dos espíritos territoriais e o dos sortilégios reais.¹⁴³ O episódio da conversão do reino do Congo originou uma série de discussões sobre a autenticidade da conversão dos congoleses. Suas antigas concepções haveriam sido sublimadas? Sigo a análise de Alberto da Costa e Silva. O autor entende que “alguns foram tocados pela fé cristã; outros a ela aderiram por conveniência; e a maioria da massa acomodou à nova crença e as suas convicções tradicionais.”¹⁴⁴ Durante o processo de conversão, no ano de 1491, o rei Nzinga a Nkuwu recebeu o batismo e o nome de D. João I. Com sua morte, teve início uma luta sucessória que levou Nzinga Mvemba ao trono, em 1506.

O novo rei, conhecido como D. Afonso I, fortaleceu as relações de cooperação e associação entre Portugal e o reino do Congo.¹⁴⁵ Durante seu reinado ocorreu uma importante reorganização política e econômica do reino, além da implantação definitiva de elementos do cristianismo, tornando o catolicismo religião de Estado.¹⁴⁶ A partir de 1514, o tráfico de escravos intensificou-se. A aliança estabelecida com os portugueses no comércio de escravos, no entanto, acabou gerando conflitos. D. Afonso I escreveu ao Rei de Portugal relatando que abusos estavam sendo cometidos e, não raro, nobres estavam sendo

¹⁴² BIRMINGHAM, David. *Alianças e conflitos...*, pp. 37-39

¹⁴³ VANSINA, Jan. *O Reino do Congo e seus vizinhos...*, p. 657

¹⁴⁴ SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 364

¹⁴⁵ BIRMINGHAM, David. *Alianças e conflitos...*, pp. 38-40

¹⁴⁶ VANSINA, Jan. *O Reino do Congo e seus vizinhos...*, p. 657. Henrique, filho de D. Afonso I, foi bispo consagrado em Roma, esteve a frente da Igreja do Congo de 1518 a 1536.

capturados por mercadores. Enquanto viveu, D. Afonso manteve controle sobre o volume do tráfico. Com sua morte, no entanto, o comércio de escravos no Congo tornou-se muito mais ativo. A massa de escravos retirada do Reino trouxe sérios problemas. Os comerciantes que atuavam em Mpinda, já no século XVI, começaram a solicitar novos abastecimentos.¹⁴⁷ Para Birmingham,

A carência de escravos no território do Kongo significava que os traficantes tinham de embrenhar-se cada vez mais no interior, com elevado dispêndio em tempo e mortalidade. Outra desvantagem do comércio do Kongo era que os impostos de exportação estabelecidos pelos monarcas lusos reduziam os lucros. Além disso, a procura de escravos no Brasil, onde Portugueses estabeleceram uma dúzia ou mais de capitanias durante a primeira metade do século XVI, excedia de longe os potenciais fornecidos pelo Kongo. Por todas essas razões, os traficantes necessitavam de uma fonte de escravos mais abundante. A área para que se viraram foi a costa de Angola.¹⁴⁸

Assim sendo, a partir da segunda metade do século XVI, e principalmente durante o século XVII, as relações entre congolezes e portugueses entraram em declínio. Ao lado do tencionamento das relações com Portugal, guerreiros provenientes do Leste (chamados jaga)¹⁴⁹ atacaram a região. A partir de 1612, os portugueses estabeleceram uma aliança com

¹⁴⁷ BIRMINGHAM, David. *Alianças e conflitos...*, p. 42

¹⁴⁸ BIRMINGHAM, David. *Alianças e conflitos...*, p. 42

¹⁴⁹ Existe um consenso sobre a história dos Mbangala ter começado décadas antes da formação de seu estado, o que corresponderia nas fontes ao aparecimento dos jaga. O primeiro registro destes jaga apareceu em finais do século XVI. Anos depois, no começo do século XVII, existem registros que os Jaga (vindos do sul) atravessaram o rio Cuvo, conquistando o “Reino de Benguele”. O inglês Andrew Battel, que viveu entre os jaga como refém, relatava que os jaga se designavam por “Imbangolas” (Imabangala). No entanto, uma importante observação deve ser feita: os relatos de Battel foram redigidos por Samuel Purchas, que incorporava no texto original informações provenientes de outras fontes. Beatrix Heintze indica que “já não é possível saber, sem margem para dúvidas, a quem se deve a afirmação de que estes jaga teriam vindo originalmente da *Serra de Lion*. Após uma série de tentativas de interpretação, a hipótese mais convincente é a de que essa afirmação deve finalmente ser atribuída aos portugueses e nomeadamente aos Jesuítas que estavam familiarizados com ambas as regiões, Angola e Serra Leoa”. Heintze acredita que a melhor suposição sobre a origem dos primeiros Jaga/Mbangala seja a oferecida por Vansina. Segundo o autor, suas origens seriam no Sul, numa região de criadores de gado, de onde teriam migrado para o Norte incorporando mais guerreiros. Ao longo do século XVII, “numerosos grupos de Jaga continuavam a deambular e a pilhar as regiões a Norte e a Sul do Kwanza, quer combatendo ao lado dos portugueses como mercenários ou aliados,

os jaga e ocuparam grande parte do Reino do Congo. A região conquistada foi destruída, o tráfico de escravos foi momentaneamente interrompido e a fome se alastrou. Em 1622 e 1623, um tratado de paz foi acordado com Nzinga Mbande, representante e irmã do rei. Com a morte do rei em 1624, Nzinga (batizada com o nome de Anna) tornou-se regente e, em 1626, rainha. Uma série de conflitos bastante específicos desenvolveram-se ao longo dos anos até que, em 1641, Garcia II tomou o poder. Neste mesmo ano os holandeses ocuparam Luanda. Garcia II não tardou a estabelecer uma aliança com os batavos. No entanto, com a restauração portuguesa do território, o Rei do Congo teve de achar meios para negociar. Foram missionários capuchinhos italianos que, a partir de 1645, ajudaram o rei nas negociações. Neste momento, a influência missionária no Congo acelerou o processo de cristianização de algumas regiões rurais do reino. Uma série de disputas pelo trono levou a uma cisão da casa real e, após 1665, uma guerra civil teve início. O conflito destruiu Mbanza Kongo, em 1666, fazendo com que fosse completamente abandonada em 1678. Os fundamentos e as visões de mundo daquela sociedade foram abalados a tal ponto que, em 1704, uma profetisa chamada Dona Beatriz Kimpa Vita surgiu pregando o chamado antonionismo, um cristianismo renovado que rejeitava os missionários e os brancos. Propunha ainda o abandono das lutas pelo trono, que um rei fosse restaurado e Mbanza Kongo fosse repovoado. Em 1706, Kimpa Vita foi capturada pelo pretendente ao trono Pedro II e queimada como herege.¹⁵⁰

quer lutando contra eles ou mantendo-se independentes, e sobretudo cultivando relações comerciais com eles”. Beatrix Heintze segue o mesmo caminho e entende que o nome “Jaga” foi aplicado a grupos de variadas origens, sem nenhum laço étnico em comum uns com os outros. Retomando assim o problema das fontes para a história de Angola, a autora aponta que “só estas tentativas de interpretação e formulação de hipóteses é que nos permitem avançar e todas elas assentam nas hipóteses dos nossos antecessores, seja por contradição, seja por inspiração”. HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*. Kilombelombe, 2007, pp. 36-61

¹⁵⁰ VANSINA, Jan. *O Reino do Congo e seus vizinhos...*, pp. 658-680

Em 1709, o Congo não era mais uma entidade centralizada, mas um território que encontrava-se desunido e desorganizado, dividido em numerosos e pequenos estados autônomos. Nesse mesmo ano, Miguel era uma criança de aproximadamente cinco anos de idade. Nosso personagem cresceu e foi desterrado de um Congo bastante diferente do que fora nos séculos XVI e XVII. O antigo reino centralizado de outrora, não passava de um “conjunto de principados muitas vezes ainda dilacerados por lutas internas”.¹⁵¹ Infelizmente, as informações sobre rotas e a quantificação de escravos que foram traficados da região do antigo reino do Congo para o Rio de Janeiro, nos primeiros anos do século XVIII, são incertas. Estimamos que Miguel tenha chegado entre os anos de 1720 e 1727, entre seus dezesseis e vinte e três anos.

Não se sabe ao certo de que forma Miguel alcançou sua liberdade. Provavelmente, teve de desenvolver uma série de estratégias para livrar-se do cativeiro. De modo geral, a conquista da alforria (onerosa ou gratuita) estava relacionada com a maior ou menor habilidade do escravo em negociar, com sua capacidade de acumular pecúlio e, não menos importante, com a construção de relações de afeto, gratidão e dissimulação. Quaisquer que tenham sido os mecanismos utilizados, em 1736, Miguel já havia tomado controle sobre sua vida e era identificado como “preto forro”. Nesse ano, na igreja matriz da Candelária, foi testemunha do casamento de Felipe, escravo de Manoel de Souza de Andrade.¹⁵²

No século XVIII, a adoção do sobrenome dos antigos senhores era usual entre os escravos alforriados. Não encontramos dados que pudessem comprovar que o dito Manuel fosse ex-senhor de nosso personagem, no entanto, pelo sobrenome comum, podemos supor que, em algum momento, Miguel tenha sido escravo de um dos membros da família Souza de Andrade ou, como acreditamos, do próprio Manuel. O que nos interessa perceber é a

¹⁵¹ VANSINA, Jan. *O Reino do Congo e seus vizinhos...*, p. 668

¹⁵² Candelária – Matrimônios 1725, Nov-1737, Mar – Folha 141

relação de proximidade que, mesmo alforriado, Miguel manteve com seu provável ex-senhor. Tal fato pode exemplificar a sutileza e complexidade das relações que envolviam senhores e escravos na cidade do Rio de Janeiro do setecentos.

Manoel de Souza de Andrade estava entre os homens que compuseram as primeiras famílias lusitanas no Rio de Janeiro. Nascido por volta de 1684, em São João de Monte Real, bispado de Leiria, era filho de Pedro Gonçalves de Andrade e de Luísa de Freitas.¹⁵³ Na capitania do Rio de Janeiro, em 19 de junho de 1731, foi nomeado pelo Governador como Tesoureiro das fragatas de guerra e Tesoureiro da guarda costa. No mesmo ano, na presença do Governador Luís Vahia Monteiro, do Desembargador Ouvidor Geral Manoel da Costa Mimoso,¹⁵⁴ dos oficiais da Fazenda e engenheiros, arrematou as obras de construção da nova cadeia da cidade.¹⁵⁵ Em julho de 1739, solicitou a confirmação de sua carta patente no posto de ajudante de cavalaria de ordenanças do Rio de Janeiro. A inserção nas ordenanças e o fato de ocupar o posto de ajudante, um dos mais importantes do oficialato, possivelmente estava relacionado, como demonstrarei no decorrer da argumentação, com algumas escolhas feitas por nosso personagem durante sua trajetória.

A presença de Miguel como testemunha de casamento de Felipe, escravo de seu provável ex-senhor, é um dado que torna possível vislumbrar, ainda que de modo bastante sutil, uma interessante estratégia de aproximação. Durante toda sua trajetória, nosso personagem utilizou-se desta estratégia com distintos agentes sociais. No ano de 1739, Souza de Andrade apareceu como testemunha da cerimônia de casamento de Francisco e Catarina, ambos do gentio da Guiné e escravos do sargento-mor Manoel da Costa

¹⁵³ Livro 5º da Candelária – Matrimônios – folha 132 verso.

¹⁵⁴ Manoel da Costa Mimoso era senhor de Pedro Costa, o primeiro rei da congregação mina, da Irmandade de Santa Efigênia.

¹⁵⁵ CARTA do [provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro], Bartolomeu de Sequeira Cordovil, ao rei [D. João V], sobre a arrematação das obras da Cadeia da cidade do Rio de Janeiro a Manoel de Sousa de Andrade.

Negreiros. Em 1736, o dito senhor foi inventariante do capitão Domingos Fernandes Tenilha, com quem mantinha sociedade. Manoel da Costa Negreiros, além de possuir uma patente militar, era homem de negócios da praça fluminense. A sociedade entre Domingos Fernandes Tenilha e Manoel da Costa Negreiros possivelmente teve relação com o abastecimento da capitania de Minas Gerais com negros ou, talvez, secos e molhados. A extração de ouro é apontada também como outro envolvimento possível dessa sociedade.¹⁵⁶

Ser testemunha de casamento dos escravos de um homem de negócios e sargento-mor certamente evocava proximidade com o poder. Nosso personagem começava, então, a estabelecer sua rede de relações. E aqui é importante ressaltar que não estamos lidando com escolhas aleatórias de testemunhas de casamento. Ao contrário, estamos diante de um conjunto de interesses que se interligavam. Aos nubentes escravos, interessava a construção de laços com homens forros bem posicionados no interior daquela sociedade. Do mesmo modo, interessava aos senhores que seus escravos que fossem se casar tivessem como testemunhas de sua união homens e mulheres já bem estabelecidos no interior da hierarquia social. Portanto, os interesses das testemunhas de casamento, dos nubentes escravos e seus respectivos senhores muitas vezes se complementavam.

Em 1742, na igreja da Candelária, realizou-se a união de Pedro Congo e Antônia Mina, ambos escravos de Miguel de Souza de Andrade. Este registro de casamento foi responsável por revelar-nos dados preciosos de sua trajetória. Através dele ficamos sabendo que Souza de Andrade era “preto forro, casado e morador nesta freguesia na Rua dos Pescadores.”¹⁵⁷ Já em 1742, nosso personagem era um homem casado, havia acumulado algum pecúlio e possuía, minimamente, dois escravos. Além disso, o fato de morar na Rua

¹⁵⁶ MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. O movimento do crédito: o papel dos escravos nas relações de crédito, Rio de Janeiro e Minas Gerais (c.1711 – c. 1756). In: Revista de História Regional 13 (2): 46-49, 2008.

¹⁵⁷ ACMRJ – Livro de casamentos de livres e escravos de N. S. Candelária – AP 0795 – folha 80

dos Pescadores fornece novos indícios de proximidade com seu provável ex-senhor. Em 1745, Manoel de Souza de Andrade e sua esposa Dona Britis Rangel de Macedo foram padrinhos de batismo da filha de uma de suas escravas. Neste registro, ficamos sabendo que Manoel morava “na Rua dos Pescadores”. Miguel e seu provável ex-senhor moravam na mesma rua, estavam fisicamente próximos, o que certamente proporcionava uma estreita vivência cotidiana. Tal fato, representa mais uma evidencia da complexidade das relações entre senhores e seus ex-escravos.

As relações escravistas na América portuguesa estavam baseadas, simultaneamente, no rigor e na construção de acordos e mobilidades. A violência, a tensão e o conflito foram dimensões que permearam o relacionamento entre senhores e escravos. Não podemos esquecer, tão pouco minimizar, que os senhores detinham certos direitos e prerrogativas sobre seus cativos. Em última análise, o escravo era uma “propriedade” que podia ser vendida, negociada e, quando conveniente, punida. Tal realidade, no entanto, não impediu que os agentes sociais tomassem decisões, interferissem em seus destinos e desenvolvessem, em maior ou menor intensidade, sentimentos e práticas que incluíam algum grau de afeto e cumplicidade. Portanto, estamos diante de uma relação complexa, marcada pela construção de laços de autêntica simpatia, profunda animosidade e, fundamentalmente importante, o estabelecimento de uma convivência cotidiana carregada de estratégias e interesses subterrâneos habilmente encobertos pela dissimulação.

No ano de 1746, foi registrado o batismo de Ana, adulta de nação Mina, outra escrava de Miguel de Souza de Andrade. De modo geral, podemos imaginar que visando facilitar a socialização de africanos adultos, o senhor escolhia o padrinho de batismo entre um dos seus escravos mais antigos. Como padrinho, o cativo mais antigo poderia ajudar seu afilhado na adaptação do cativo. Aqui a lógica parecia ser outra, afinal, o próprio senhor

já havia passado pelo cativo. Através de sua experiência pretérita, Souza de Andrade poderia ajudar na ambientação de seus escravos adultos. As questões que envolviam o batismo, no caso específico, eram de outra natureza.

O padrinho da escrava Ana foi Custódio Rodrigues Bandeira, homem de negócios, natural da Freguesia de Santa Maria Maior da Vila de Viana, Arcebispado de Braga. Era filho legítimo de Manoel Rodrigues e Mariana Ribeira. No ano de 1749, casou-se com Ana Maria de Jesus, filha legítima de Cosme Velho Pereira, importante negociante do Rio de Janeiro.¹⁵⁸ Em 1753, Custódio Rodrigues Bandeira reuniu-se com outros negociantes, importadores e exportadores, para a fundação da Mesa do Bem Comum do Comércio do Rio de Janeiro, sendo nomeado entre os oito deputados que comporiam a diretoria da mesa.¹⁵⁹ Souza de Andrade escolheu como padrinho de sua escrava um negociante da praça carioca, deixando ainda mais clara sua estratégia de aproximação com homens de *status* social superior. No caso específico, as questões de sociabilização da escrava adulta batizada tiveram pouca importância na escolha do padrinho. O que contou, de fato, foi a tentativa de construção de alianças e a ampliação do espaço social que Miguel poderia circular, em busca de benefícios e privilégios. Reforçando os laços de aproximação, em 1748, Custódio Rodrigues Bandeira reapareceu como padrinho de batismo de Maria, adulta de nação Mina, outra escrava de Miguel de Souza de Andrade.

Em 1750, Pedro Congo e Antônia Mina (os já citados escravos de nosso personagem) levaram o filho para ser batizado. A madrinha do pequeno Manoel foi Suzana

¹⁵⁸ Nossa Senhora da Candelária – Matrimônios 1737, Mar-1751, Jun – Folha 210 (verso) O historiador Antônio Carlos Jucá de Sampaio, informa que Cosme Velho Pereira “dá a Custódio Rodrigues Bandeira um dote no valor total de 4:240\$000, sendo 4:000\$000 em dinheiro, e o resto em três escravas. Além disso, dota a filha com um enxoval e várias jóias, não avaliadas”. SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. A produção política da economia: formas não-mercantis de acumulação e transmissão de riqueza numa sociedade colonial (Rio de Janeiro, 1650-1750). *TOPOI*, V. 4, n. 7, 2003, p. 292.

¹⁵⁹ CAVALCANTI, Nireu. O comércio de escravos novos no Rio setecentista, in: FLORENTINO, Manoel (org.). *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

de Moura, preta forra, mulher de Pascoal Ferreira Gomes. No ano anterior, junto do marido de Suzana, Miguel havia sido testemunha do casamento de Diogo Rodriguez, preto forro do gentio de Guiné, ex-escravo de Luís Vahia Monteiro, governador da Cidade do Rio de Janeiro. Pascoal era pardo forro. Quando, em 1747, Pascoal e Suzana se casaram, Custódio Rodrigues Bandeira, homem de negócios que, em 1746 e 1748, havia apadrinhado as escravas de Miguel de Souza de Andrade, foi testemunha da união do casal. Estamos diante de uma intrincada malha que conectava senhores, escravos, livres, forros, crioulos, pardos e africanos de diversas procedências.

Todos estes agentes sociais construía suas estratégias e estabeleciam relações entre si. Não quero dizer, no entanto, que estamos diante de uma sociedade sem conflitos. Certamente, como bem demonstra a historiografia, a tensão entre africanos, crioulos, pardos e brancos era uma realidade. Os conflitos entre africanos de diferentes procedências, por exemplo, ficava bem exposto no interior das irmandades. No entanto, na vida cotidiana dessas pessoas, havia espaço para que relações (sinceras ou teatralizadas) fossem construídas. Não é de estranhar, portanto, que encontremos diferentes agentes sociais interagindo. É verdade que, muitas vezes, tal interação se dava permeada por interesses particulares (a busca de ascensão, conquista de privilégios e proximidade com o poder), mas não podemos deixar de considerar que, outras tantas vezes, tais relações fossem permeadas de verdadeiros e sinceros sentimentos de camaradagem. A meu ver, havia uma amalgama dos elementos citados, formando assim uma gigantesca teia de relações cotidianas – repleta de hierarquias, conflitos, embates, acomodações e alianças – entre os agentes sociais que viviam (e conviviam) pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro.

Miguel de Souza de Andrade inseriu-se nas milícias de homens pretos na segunda metade do século XVIII, no contexto da carta régia de 1766. Visando consolidar sua bem

sucedida trajetória e buscando alcançar posições de prestígio e poder, na segunda metade do século XVIII, Souza de Andrade tornou-se oficial, com a patente de capitão, e, ainda mais importante, nomeado *capitão-mandante* dos terços de homens pretos da cidade do Rio de Janeiro. Em 1769 já estava em plena atividade de suas funções e, por conta do falecimento de Salvador Vieira da Rosa, capitão da companhia dos homens pretos forros da freguesia da Candelária, estava em meio ao processo de escolha de um novo oficial para ocupar o posto vago.

O falecido capitão era um crioulo forro, filho de Branca “preta escrava de Páscoa Vieira”, ambos moradores na freguesia da Candelária. Em 1755, casou com a escrava Rosa Maria de Jesus, preta de nação Mina.¹⁶⁰ Ficou viúvo e, em 1765, casou com a escrava Joana Maria do gentio da guiné.¹⁶¹ É provável que tenha entrado na milícia após 1765, já que até esse momento não havia sido identificado nos registros como capitão. Sua provável inserção no terço de homens pretos ocorreu exatamente no período em que se expandiram. Em 1769, Salvador faleceu. Cumprindo as atribuições do posto de *capitão-mandante*, Miguel indicou o tenente Thomé Galvão, crioulo forro, para ocupar o cargo deixado vago.

Este breve relato do provimento de postos do oficialato miliciano suscita algumas observações. As escolhas feitas por Souza de Andrade parecem independer de questões étnicas. Dois crioulos forros foram escolhidos para os cargos. Este fato não é de estranhar se levarmos em conta que, no decorrer de sua trajetória, nosso personagem manteve contatos cotidianos com escravos e forros de diversas procedências, incluindo crioulos e pardos. Ao que parece, do mesmo modo que conduziu sua trajetória relacionando-se com diferentes agentes sociais, suas escolhas para provimento dos cargos do oficialato miliciano

¹⁶⁰ Livro de casamentos de Livres e Escravos de N.S. Candelária (1751-1761) – AP 0796. Folha 36

¹⁶¹ Nossa Senhora da Candelária – Matrimônios 1764, Jan-1782, Maio. Folha 37

passaram pelo mesmo critério. Em suas experiências cotidianas não se privou de ser, inclusive, padrinho de batismo de um “crioulo inocente”.

Em fevereiro de 1772, o pequeno Francisco foi batizado. Era um “crioulo inocente, filho de Engrácia mina, escrava de Antônio Alvares de Aguiar”. Seu padrinho foi o “Capitão Miguel de Souza de Andrade, preto forro”.¹⁶² Pela primeira vez, fora da documentação miliciana, nosso personagem é identificado por sua qualidade social (capitão). Se levarmos em conta que Miguel, em 1769, já fazia parte do corpo miliciano, podemos imaginar que em anos anteriores, em registros diversos, tenha sido identificado por sua qualidade social. No entanto, até o presente momento, não localizamos outros registros. Possivelmente perderam-se com o tempo ou, por falha na pesquisa, não foram localizados. Adoto então, arbitrariamente, este registro como marco inicial da identificação da qualidade social de Souza de Andrade. Vale perceber que, até aqui, nosso personagem não era identificado como *capitão-mandante*, embora já ocupasse o cargo desde pelo menos 1769. A mudança na classificação de sua qualidade social (de capitão para *capitão-mandante*) ocorreria posteriormente, já nos anos finais de sua vida.

Em 1777, no requerimento do crioulo forro Valentim de Andrade Guimarães, temos o último registro de Miguel de Sousa de Andrade como *capitão mandante* do terço de auxiliares de homens pretos forros da cidade do Rio de Janeiro. Neste requerimento ficamos sabendo que o então *capitão-mandante* deixou seu posto vago e passou ao terço das ordenanças. E aqui vale lembrar uma observação feita no início do capítulo: Manoel de Souza de Andrade, possível ex-senhor de Miguel, ocupava o posto de ajudante das ordenanças. Do mesmo modo, José de Souza de Andrade, filho de Manoel de Souza de Andrade, era tenente das ordenanças. Não tenho documentos que possam provar uma

¹⁶² Livro de batismo da Candelária – Batismos 1745, Maio-1776, Dez – folha 296

possível relação de causa e efeito na opção de Miguel e o fato dos homens da família Souza de Andrade terem ocupado cargos no terço das ordenanças. Creio que uma relação possa ter existido, mas estamos apenas no campo das hipóteses.

O que podemos afirmar com precisão é que nosso personagem construiu uma história bem sucedida no interior das milícias e alcançou o posto máximo de *capitão-mandante*. Talvez, Miguel aspirasse postos mais altos. No entanto, nas ordenanças, os mais importantes postos do oficialato eram impreterivelmente ocupados por homens brancos e de “qualidade” reconhecida. A mudança de um corpo militar para o outro, portanto, pouco influenciaria na escalada de Miguel por novos postos do oficialato. Creio que por razões próprias, talvez por alguma estratégia particular que fuja a nossa compreensão, nosso personagem tenha entendido que o melhor caminho para sua trajetória, naquele momento específico, seria a entrada no terço das ordenanças. Deste episódio, podemos compreender apenas que a troca e a movimentação entre componentes dos terços de auxiliares e de ordenanças era possível. As razões subjetivas de Miguel podem, no máximo, permanecer no campo das hipóteses.

Em 1779, nosso personagem apareceu indiretamente no registro de casamento do pardo liberto Joaquim de Souza de Jesus. Joaquim era filho de Maria, preta de nação Mina, que em 1748, havia sido batizada e tinha Custódio Rodrigues Bandeira como padrinho. Mãe e filho foram identificados como ex-escravos do “Capitão Miguel de Souza de Andrade”.¹⁶³ No período em que este registro foi feito, Miguel já havia se transferido para o terço das ordenanças. É provável que tenha mantido o posto de capitão.

Em 1785, temos o último registro de nosso personagem. No processo de justificação de batismo do preto forro João da Costa Bandeira (de nação Mina), morador na Rua Nova

¹⁶³ Livro de casamentos de Livres e Escravos de N.S. Candelária – FOLHA 167

de São Bento, “que vive dos jornais que adquire de trabalhar na alfândega”, Miguel declarou ser forro, viúvo, de nação Congo e ter aproximadamente oitenta anos. Neste momento, nosso personagem era um senhor de idade avançada, com uma importante rede de contatos, e amplamente reconhecido como “Capitão-mandante das companhias de homens pretos”. Como já foi dito anteriormente, no ano de 1777, Souza de Andrade deixou o cargo de capitão-mandante, passando ao terço das ordenanças. Talvez, nas ordenanças, tenha conseguido ascender novamente ao posto. No entanto, não é possível afirmar com precisão se, ao se intitular (e ser intitulado) como “Capitão-mandante das companhias de homens pretos”, estaria referindo-se ao cargo ocupado anteriormente, no terço auxiliar de pretos, ou então ao cargo que ocupava nas ordenanças. O dado de maior relevância, está no fato de Souza de Andrade ser reconhecido por sua posição de destaque.

Estamos tratando de uma sociedade que naturalizava as hierarquias. Portanto, a qualidade social, expressa através da patente militar, era legitimada pelos diversos agentes sociais. Como exemplo, temos o preto forro José Antonio, homem casado, natural da Costa da Mina, morador na freguesia da Candelária, na Rua do Sabão, que vivia de “comprar e vender comestíveis”. Em depoimento dado na justificação de batismo anteriormente citada, José Antônio diz que presenciou Ana Maria de Jesus, “mulher de Miguel de Souza de Andrade, capitão-mandante das companhias dos homens pretos desta cidade” tratar João da Costa Bandeira como seu afilhado de batismo, afirmando ainda que Custódio Rodrigues Bandeira era o padrinho. E aqui temos novamente registrada a proximidade de nosso personagem com Rodrigues Bandeira. O antigo homem de negócios e, neste momento, guarda-mor da casa da moeda foi padrinho de batismo ao lado da esposa de Miguel de Souza de Andrade. A segunda testemunha, o preto forro também chamado José Antônio, solteiro, de nação Mina, morador no Beco dos Quartéis e que “vive dos jornais do seu

trabalho”, declarava ter presenciado “a mulher de Miguel de Souza de Andrade, Capitão-mandante das companhias dos homens pretos” tratar João da Costa Bandeira como seu afilhado. Como podemos perceber, não bastava Ana Maria de Jesus ser identificada como esposa de Miguel de Souza de Andrade, a qualidade social de seu marido (capitão-mandante) também era reforçada em cada depoimento.

Infelizmente, não foi possível localizarmos o óbito de Souza de Andrade. Os livros de registro de óbitos da freguesia da Candelária, entre 1785 e 1792, encontram-se disponíveis para consulta. Ao que parece foram muito danificados e se perderam com o tempo. Outros documentos que seriam fundamentais para aprofundar a trajetória de nosso personagem também não foram encontrados. Miguel foi esquivo, e informações preciosas contidas nos registros de batismo, casamento e óbito não foram encontradas. No entanto, indiretamente, remontamos seus passos e suas escolhas. Inicialmente desterrado da África, dito de “nação Congo”, foi capaz de reconstruir sua vida na nova sociedade que o abrigou, conseguiu demarcar importantes espaços sociais, se fez respeitado e reconhecido, chegando à velhice com uma trajetória marcada por prestígio e distinção.

2. Entrelaçando trajetórias

Thomé Galvão e Ignácio Gonçalves do Monte poderiam ser personagens perdidos na documentação pertencente aos arquivos militares e eclesiásticos. Além de serem homens forros, tinham em comum o fato de pertencerem ao oficialato do terço de homens pretos da cidade do Rio de Janeiro. Na tentativa de desvendar suas histórias, optamos por juntar os

fragmentos que compuseram suas vidas e, assim, montar um imenso retalho de trajetórias. Além de evidenciar suas escolhas e vislumbrar suas vontades, buscamos identificar a multiplicidade de histórias que compuseram o quadro desta sociedade escravista de Antigo Regime, deixando claro o quão complexa, multifaceta e rica era esta sociedade e os homens que nela viveram.

O capitão Ignácio Gonçalves do Monte talvez seja o componente do oficialato de homens pretos mais conhecido pela historiografia. Sua trajetória foi amplamente estudada e encontra-se presente no conjunto de trabalhos de Mariza de Carvalho Soares. Sua história teve início na primeira metade do século XVIII, quando explodiram as guerras do reino do Daomé contra os mahi. Tais guerras foram as principais fontes de escravos para o mercado atlântico. Segundo Mariza de Carvalho Soares, Ignácio provavelmente foi traficado entre os anos de 1730 e 1731, data da primeira grande guerra entre Daomé e mahis.¹⁶⁴ Enquanto o jovem mahi era capturado, feito escravo e caía nas malhas do mercado atlântico, na cidade do Rio de Janeiro uma outra trajetória tinha início. Em 1730, Catarina, do gentio da guiné, escrava do capitão Francisco Mendes Galvão, levava o pequeno Thomé para ser batizado.¹⁶⁵

Ignácio chegou a cidade do Rio de Janeiro em data desconhecida, sendo batizado em 1741, na Freguesia de Nossa Senhora da Candelária. Seu senhor era Domingos Gonçalves do Monte, natural da Freguesia de Alheira, arcebispado de Braga, na província do Minho, localizada no Norte de Portugal.¹⁶⁶ Ao chegar no novo mundo, Ignácio teve de

¹⁶⁴ SOARES, Mariza de Carvalho. Histórias cruzadas: os mahi setecentistas no Brasil e no Daomé. In: FLORENTINO, Manolo (org.) *Tráfico, cativo e liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005, pp. 131-132

¹⁶⁵ Santíssimo Sacramento – Batismos 1726, Abr-1733, Ago – Folha 92

¹⁶⁶ De acordo com o historiador Charles R. Boxer, a província do Minho estava entre as regiões que forneciam a maior quantidade de emigrantes e aventureiros para o ultramar. O minifúndio predominava na região. No entanto, as famílias eram extensas. Assim, o excesso populacional acabava provocando uma emigração constante. Na primeira metade do século XVIII, a economia da região, baseada na agricultura, estava em crise. Este conjunto de fatores fez com que jovens solteiros, partissem para a América Portuguesa. Este parece ter sido o caso de Domingos Gonçalves do Monte. Em seu testamento, revelava ser solteiro e possuidor de uma série de escravos minas. BOXER, Charles R. *O império marítimo português*.

se adaptar, aprender uma nova língua e construir, passo a passo, suas relações na nova sociedade que o recebeu. Thomé nasceu escravo, na casa de seu senhor, provavelmente teve menos dificuldades que Ignácio para reconstruir sua vida. Um, foi feito escravo. Outro, nasceu. O lugar de origem de Ignácio era a Costa da Mina, na terra dos mahi. O lugar de origem de Thomé era a cidade do Rio de Janeiro, na casa de seu senhor.

A vivência do cativo certamente teve significados diferentes para nossos personagens. A violência da escravização certamente era um dado mais forte para Ignácio. Afinal, foi desterrado e posto em novo ambiente. Thomé, ao contrário, nasceu e cresceu como escravo. Tal fato, por si só, já representaria uma violência sem precedentes, no entanto, naquele contexto específico, significava, em comparação a Ignácio, maiores oportunidades de reconstrução de vida.

O ano de 1757 teve um significado importante para Monte e Galvão. O primeiro, no dia doze de janeiro, recebeu sua carta de alforria. O oficial de barbeiro Antônio Gonçalves da Costa pagou a Domingos Gonçalves do Monte pela alforria de Ignácio, que recebeu o sobrenome de seu antigo senhor.¹⁶⁷ Já na época de sua alforria Ignácio era oficial de barbeiro e sangrador. De acordo com Russell-Wood, o ofício de barbeiro “era praticamente monopólio de negros e mulatos”¹⁶⁸, sendo ainda uma importante maneira de fazer contatos sociais e acumular pecúlio.

Em menos de um mês, no dia cinco de fevereiro, Thomé estava na capela de São José da Fortaleza da Ilha das Cobras, em meio a realização de seu casamento. Ainda escravo, com aproximadamente vinte e sete anos, nosso personagem morava na fortaleza junto de seu senhor. Francisco Mendes Galvão havia ascendido em sua trajetória e não mais ocupava o posto de capitão. Em 1757, era tenente-coronel e governador da fortaleza da Ilha

¹⁶⁷ ANRJ. 2º Ofício de Notas do Rio de Janeiro – Livro 76 (22/11/1756 a 15/07/1757) – Página 17 Verso.

¹⁶⁸ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial...*, p. 64.

das Cobras. Desde o momento de seu nascimento, nosso personagem conviveu cotidianamente com a cultura militar. Muitas de suas escolhas, no futuro, certamente estariam ligadas a esta vivência.

Em 1759, forro, Monte casou com Victória Correa, preta mina courana.¹⁶⁹ Neste momento, em sua habilitação de casamento, já era identificado como capitão do terço de pretos. Verificando a documentação miliciana não localizamos nenhuma referência a Ignácio. Como nos informa Russell-Wood, a semelhança entre deveres e funções entre os corpos auxiliares e das ordenanças era tamanha que a documentação de época usava os termos de modo indeterminado. Provavelmente, em 1759, Monte fazia parte do terço das ordenanças, o que poderia explicar a inexistência de seus registros, neste período, no terço de auxiliares. Vale ressaltar que o capitão de ordenanças Thomás Ferreira da Silva, homem branco, foi testemunha de seu casamento. Tal fato talvez possa ser considerado um indicativo da aproximação de Ignácio com o corpo das ordenanças. Trata-se no entanto de uma hipótese. O que temos de concreto é que Monte já era identificado como capitão em 1759. No entanto, não possuía qualquer registro no terço auxiliar de homens pretos forros, fazendo supor que talvez estivesse inserido num corpo de ordenanças.

Em 1762, nosso personagem tornou-se rei da folia dos mahi na Igreja de Santo Elesbão e Santa Efigênia. Enquanto rei dos mahi, certamente tornou-se um homem conhecido entre os seus. Além disso, Monte afirmava ser neto de *Eseú Agoa*, rei dos Mahi.¹⁷⁰ Tal fato, verdadeiro ou habilmente inventado, certamente foi responsável por conferir o prestígio e o reconhecimento de que dispunha. Para reafirmar sua posição e, quem sabe, angariar ainda mais apoio e reconhecimento, foi padrinho de uma série de

¹⁶⁹ ACMRJ. Livro de casamentos de Livres e Escravos de N.S. Candelária (1751-1761) – folha 77

¹⁷⁰ ACMRJ – Livro de Óbitos e Testamentos da Freguesia da Sé, nº 18 (1776 a 1784) – folha 442 (verso)

“pretos minas” que desembarcaram na cidade do Rio de Janeiro, além de ser testemunha de casamento de homens e mulheres de nação mina. Abaixo segue uma breve relação da rede que teceu:

| Ano | Escravos apadrinhados |
|------------|--|
| 1762 | Félix, adulto escravo de nação Mina |
| 1762 | Francisco, adulto escravo de nação Mina |
| 1769 | Ignácio, adulto escravo de nação Mina |
| 1769 | Paulo, adulto escravo de nação Mina |
| 1771 | Ana, adulta escrava de nação Mina |
| 1772 | Antônio, adulto escravo de nação Mina |
| | Casais de que foi testemunha de casamento |
| 1762 | João Pereira da Costa e Antonia Cuartyra, ambos forros de nação Mina |
| 1764 | Luiz da Costa e Teresa de Jesus, ambos forros de nação Mina |
| 1765 | João Gonçalves Braga e Luisa Soares, ambos forros de nação Mina |
| 1768 | José Alvares Nogueira e Josefa Pereira, ambos forros de nação Mina |
| 1776 | João Luís de Figueiredo e Luiza Ferreira de Carvalho, ambos minas forros |
| 1778 | Josefa Maria, forra de nação Mina e Antonio da Cunha, de nação Angola |
| 1779 | Teresa Maria, forra de nação Mina e Bento Rodrigues, crioulo forro |

Certamente esta lista foi ainda maior do que pudemos localizar. Os dados sistematizados dizem respeito a freguesia da candelária. Certamente Monte estendeu sua rede de influência entre os pretos minas de outras freguesias. Ao analisar o caso de Ignácio mina, Mariza de Carvalho Soares, vê uma estreita relação entre irmandades, o terço de pretos e o ofício de barbeiro, que desempenhou ao longo de sua vida. Relação que, nas palavras da autora, faz “surgir um tipo de poder tão próprio à sociedade colonial em que religião, hierarquia social, profissão e outros fatores concorrem para situar pessoas, famílias e grupos na hierarquia social”.¹⁷¹ O capitão guardava consigo a poupança dos irmãos da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia e também lhes emprestava dinheiro.¹⁷² Em

¹⁷¹ Ver a biografia completa e detalhada de Ignácio em SOARES, Mariza de Carvalho. “A biografia de Ignácio Monte, o escravo que virou rei.” in: VAINFAS, Ronaldo, SANTOS, Georgina Silva dos e NEVES, Guilherme Pereira das (orgs.) – *Retratos do Império. Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro. EdUFF, pp.48-52.

¹⁷² Como nos lembra Mariza de Carvalho Soares, a pessoa que ocupava um cargo de direção no interior de uma irmandade, desenvolvia uma série de redes financeiras (de circulação de dinheiro e serviços), de

1763 foi inventariante da preta forra Quitéria Fernandes da Silva, redigiu e foi testemunha no testamento de Luiz Francisco do Couto (mina forro).

Como vimos no capítulo 1, foi no contexto da carta régia de 1766 que o terço de homens pretos se ampliou e começou a ser formado na cidade do Rio de Janeiro. Em 1769, Galvão recebeu a patente de capitão da companhia da candelária. Neste momento, Miguel de Souza de Andrade era o capitão-mandante, o terço ainda não estava efetivamente formado e a oficialidade era composta de forma diversificada, entre crioulos e africanos de diferentes procedências. Galvão manteve-se no posto de capitão por aproximadamente oito anos. Em 1777, com o terço efetivamente consolidado, assumiu o posto de capitão-mandante.

Os motivos que levaram a sua ascensão não podem ser mensurados. O que podemos supor, levando em conta sua vivência cotidiana como escravo de um militar e, ainda mais importante, sua vivência durante alguns anos no ambiente da Fortaleza da Ilha das Cobras, é que Galvão fosse, entre os oficiais, o mais capacitado para ocupar o posto de comando dos Henriques. A cultura militar estava presente desde sua infância. Suas percepções de mundo certamente estavam balizadas por um olhar que valorizava as hierarquias e que, ao longo dos anos, forjou suas ações. Além disso, podemos supor que o fato de seu ex-senhor ter ocupado um importante cargo militar e ser governador da Fortaleza da Ilha das Cobras possa ter influenciado de alguma maneira em sua ascensão.

Em 1779, Ignácio Gonçalves do Monte ocupava o posto de alferes no terço auxiliar de homens pretos forros. Como podemos perceber, sua qualidade social havia sido

trabalhos (barbeiros, quitadeiras, etc.), sendo responsável ainda por um fluxo de redistribuição de recursos financeiros concentrado e controlado por alguns membros para atender necessidades de custeamento de alforrias, pequenos negócios, etc. Mariza de Carvalho Soares. A 'nação' que se tem e a 'terra' de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português, século XVIII. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, 2004, pp.314-315

modificada. Em 1759, era “capitão do terço de pretos”. Como já foi dito, certamente fazia parte das ordenanças. Ao que parece, em momento desconhecido, Monte abandonou as ordenanças e se inseriu no terço auxiliar de homens pretos forros. É interessante notarmos que não manteve seu posto de capitão, ao contrário, ocupou durante um tempo o posto de alferes. No entanto, não tardou a recuperar o posto anterior. Em 1779, foi promovido a capitão do terço de pretos. Como vimos no capítulo 1, foi o único africano que, no período de comando de Galvão, ascendeu ao posto de capitão.

Nossos personagens seriam inimigos? Provavelmente nunca poderemos responder tal pergunta. O fato concreto é que Monte, por conta de sua proeminência enquanto rei dos mahi, ou por outro motivo que não podemos mensurar, quebrou uma barreira que até então vinha impedindo que africanos ascendessem ao posto de capitão. Sua vida no interior do corpo de pretos talvez não tenha sido fácil. Ser um africano, entre tantos crioulos, talvez suscitasse desconfianças e conflitos.

Monte manteve-se no posto de capitão por aproximadamente cinco anos. Sua permanência no posto foi breve, pois, em 1783, acabou falecendo. Nosso personagem teve uma história de vida bastante representativa. Africano, traficada da baía do Benim para o Rio de Janeiro, tornou-se rei da congregação mahi, conquistou uma patente de capitão do terço auxiliar dos homens pretos forros, além de exercer o ofício de barbeiro e sangrador. Juntando as peças do quebra-cabeças de sua biografia, a imagem que podemos observar, ainda que contenha algumas imperfeições, é a de um africano adulto que, ao chegar na nova terra, provavelmente sem o conhecimento da língua, foi capaz de reconstruir seus vínculos sociais, integrar-se e alcançar proeminência no interior do grupo do qual fazia parte, ou seja, os mahi da cidade do Rio de Janeiro.

Com a morte de Ignácio Gonçalves do Monte o comando da segunda companhia ficou vago. Em pouco tempo, o posto foi ocupado pelo crioulo Manoel Martins da Fonseca, homem de confiança de Thomé Galvão. Anteriormente, Fonseca ocupava o posto de ajudante dos Henriques, estando ligado diretamente ao comandante. Além disso, manteve relações de proximidade com Galvão fora do convívio estabelecido pelo serviço das armas. Em 1777, foram testemunhas de casamento de Garcia da Silva, preto forro do gentio de Guiné e Luísa Francisca Xavier, preta forra de nação angola.¹⁷³ Novamente um crioulo havia sido nomeado para o cargo, confirmando novamente a estratégia que Galvão utilizou durante seu período de comando, ou seja, o provimento de crioulo nos postos de capitão.

A partir de 1790, Thomé Galvão deixou de ocupar o comando dos Henriques. A estrutura de poder havia mudado. A divisão dos postos não estava mais concentrada na mão de crioulos. Foi o momento de ascensão de José dos Santos Teixeira, mina, ao posto de comandante. O movimento que se iniciaria, naquele momento, seria contrário ao período de Galvão. Teixeira transformou a oficialidade do terço de pretos, trouxe africanos para os postos de comando, era o momento de ascensão mina na estrutura de comando do terço.

3. Algumas conclusões

Um olhar panorâmico sobre as trajetórias estudadas pode revelar a multiplicidade de estratégias utilizadas pelos homens forros que, de um modo ou outro, acabavam culminando na inserção no terço de homens pretos. Miguel de Souza de Andrade, de nação congo, foi um homem que transitou entre agentes sociais diversificados. Já Ignácio Gonçalves do Monte conduziu sua trajetória na tentativa de se afirmar como importante

¹⁷³ Nossa Senhora da Candelária – Matrimônios 1764, Jan-1782, Maio – Folha 148

liderança dos pretos de “nação mina”, mais especificamente os mahis da cidade do Rio de Janeiro. Suas relações foram primordialmente tecidas com outros homens minas, escravos e forros.

Enquanto a passagem de Souza de Andrade como capitão-mandante dos Henriques foi marcada pela diversificação no provimento dos cargos, Galvão concentrou sua nomeação em crioulos. Miguel abandonou o terço auxiliar de homens pretos para rumar em direção ao terço das ordenanças. Ignácio fez o caminho contrário, abandonou o posto de capitão nas ordenanças para inserir-se no terço de auxiliares. Os motivos que levaram a troca de um corpo militar para o outro talvez nunca sejam efetivamente esclarecidos. No entanto, vale observarmos os caminhos seguidos por estes homens para, então, vislumbrarmos a multiplicidade de estratégias utilizadas.

O que juntou todos estes homens no terço de pretos foi a busca por ascensão, conquista de privilégios e reafirmação da liberdade. Seus comportamentos cotidianos e suas estratégias, o modo como conduziram o comando do terço (no caso de Souza de Andrade e Galvão) foram absolutamente diversos. Estamos diante de homens que, a seu tempo, construíram estratégias, algumas vezes circularam e mantiveram relações com diferentes agentes sociais, outras mantiveram-se restritos ao seu grupo, na busca por uma existência mais digna do que a antiga condição de escravos lhes oferecia.

CAPÍTULO 3

Em busca de “constituição e regularidade”: o Batalhão de Milícias dos Henriques no início do século XIX

O alvorecer do século XIX trouxe consigo uma série de mudanças para a oficialidade dos homens pretos na cidade do Rio de Janeiro. Um plano de redução e reorganização das tropas foi posto em prática e, ao mesmo instante, abriu-se a possibilidade de ascensão ao posto de sargento-mor que, anteriormente, era embargado aos oficiais dos Henriques. O principal responsável por essa reestruturação foi o tenente-general José Narciso de Magalhães de Menezes. Natural da cidade de Braga, sua trajetória no serviço das armas de *D’el Rey* teve início em fevereiro de 1763, quando assentou praça de cadete. Foi promovido a alferes no mesmo mês e, em março, a tenente.¹⁷⁴ Durante sua trajetória ocupou o posto de marechal de campo, sendo promovido, em abril de 1799, a tenente-general e nomeado comandante das tropas da cidade do Rio de Janeiro.¹⁷⁵

¹⁷⁴ LAGO, Laurênio. *Brigadeiros e generais de d. João VI e d. Pedro I no Brasil*. Imprensa militar, 1938, p. 98.

¹⁷⁵ Projeto Resgate UNB (AHU – Rio de Janeiro, 12 de Abril de 1799, Cx. 170, Doc. N° 12638)

A nomeação de Magalhães de Menezes foi enviada ao vice-rei, Conde de Resende, ainda em 1799. Sob a assinatura da rainha D. Maria I, a carta régia trazia as principais instruções a serem cumpridas pelo tenente-general. De início, informava que as questões de disciplina e soldo, tanto das tropas pagas como das milícias, exigiam uma “pessoa hábil” e que estivesse dedicada unicamente “a este importantíssimo objeto”.¹⁷⁶ Tais questões não eram recentes, ao contrário, durante os séculos XVII e XVIII, a documentação produzida em diversas regiões da América portuguesa tratava da indisciplina das tropas, do pouco prestígio do serviço das armas (principalmente nas tropas pagas) e do atraso de pagamento dos soldos.

Em 1688, a chamada “revolta do Terço Velho” de Salvador foi motivada pelo atraso de nove meses de soldo. Em 1723, os soldados de Recife e Olinda se revoltaram pela mesma razão. Quatro anos depois, novamente em Recife e Olinda, os soldados das tropas pagas se revoltaram pelo atraso de dezoito meses de soldo. Naquele momento, o então governador de Pernambuco, Dom Manuel Rolim de Moura, informou ao rei que uma série de “levantamentos” haviam ocorrido na guarnição do Rio de Janeiro evidenciando, assim, que não se tratava de um problema específico de sua capitania. Viajantes estrangeiros como Thomaz Lindley e Henry Koster produziram relatos que refletiam com agudez sobre a importância que o serviço das armas desempenhava no meio social e, neste contexto, também relataram a irregularidade de pagamento dos soldos.¹⁷⁷ Portanto, como fica explícito na carta de nomeação de Magalhães de Menezes, em fins do século XVIII e início do XIX, indisciplina e soldo ainda apareciam como elementos perturbadores que deveriam

¹⁷⁶ Projeto Resgate UNB (AHU – Rio de Janeiro, 10 de Maio de 1799, Cx. 171, Doc. N° 12661)

¹⁷⁷ GOMES, José Eudes Arrais Barroso. *As milícias d'El Rey, tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2009, p.87

ser sanados por “pessoa hábil” e que estivesse dedicada exclusivamente a resolver tais questões.

No tocante à hierarquia de comando, a carta régia determinava que, para conter “qualquer conflito de jurisdição”, o tenente-general estava “inteiramente subordinado” ao vice-rei. Portanto, deveria regularmente informar todas as suas resoluções sobre “disciplina, economia, manobra e evoluções das tropas” para que, sendo julgada a relevância das ações, fossem postas em prática ou, ao contrário, suspensas. No entanto, de acordo com as “Reais Ordens”, o vice-rei estava expressamente proibido de “embaraçar” o tenente-general no exercício de suas funções, devendo apenas informar caso Magalhães de Menezes se descuidasse em cumprir a missão de que estava imbuído.¹⁷⁸

Uma observação inicial leva a crer que a hierarquia de comando das tropas estaria dividida. Afinal, ainda que estivesse “inteiramente subordinado” ao vice-rei, o tenente-general não poderia ser “embaraçado” no exercício de suas funções. No entanto, no decorrer da carta régia, ficava bastante evidente que a força de comando do Conde de Resende se sobrepunha a de Magalhães de Menezes, afinal, em diversas passagens do texto, era reforçado que, “em tempo de guerra ou de paz”, o tenente-general deveria executar prontamente todas as determinações do vice-rei e que, de modo algum, as “determinações militares” do tenente-general deveriam “contrariar as vistas políticas e administrativas” que o vice-rei desejasse implementar.¹⁷⁹ Tais determinações promoviam ainda uma certa hierarquização dos temas de interesse da Coroa. As questões políticas e administrativas ocupavam lugar de destaque, em detrimento, inclusive, das “determinações militares”.

Após tratar da hierarquia de comando, a carta régia discutia as incumbências do tenente-general. A primeira, e de suma importância, seria a conservação das tropas da

¹⁷⁸ Projeto Resgate UNB (AHU – Rio de Janeiro, 10 de Maio de 1799, Cx. 171, Doc. N° 12661)

¹⁷⁹ Projeto Resgate UNB (AHU – Rio de Janeiro, 10 de Maio de 1799, Cx. 171, Doc. N° 12661)

capitania do Rio de Janeiro “na mais exata e severa disciplina”. Para tanto, Magalhães de Menezes deveria receber as propostas de promoção dos postos vagos enviadas pelos “Coronéis e chefes dos corpos Militares pagos ou de milícias”. Tais propostas deveriam ser analisadas e aprovadas pelo tenente-general, remetidas ao vice-rei, aprovadas por ele e, finalmente, enviadas para a aprovação definitiva da rainha.¹⁸⁰

E aqui podemos perceber que alcançar postos do oficialato tornava-se uma tarefa ainda mais complexa. Em meados do século XVIII, o capitão-mandante do terço de homens pretos enviava ao vice-rei uma listagem de nomes a serem providos. Sendo aceitos, subiriam para a confirmação real. Tratava-se de três instâncias de aprovação: capitão-mandante, vice-rei e rei. A partir desta carta régia, nos primeiros anos do XIX, surgiu uma nova instância de aprovação representada pela figura de Magalhães de Menezes.

O tenente-general ainda tinha como incumbência promover um sistema de recrutamento que poupasse “os braços de que tanto dependem a cultura das terras”. Para tanto seria preciso fazer o “recrutamento dentro das cidades” e reservar as milícias para “o interior”.¹⁸¹ A carta régia estabelecia uma divisão de prioridades entre “cidade” e “interior”. As tropas regulares, pagas pela fazenda real, não deveriam recrutar braços no “interior”, pois, além do serviço das tropas, esses homens dedicavam-se ao trabalho da terra. Havia um evidente conflito de interesses. As milícias seriam, então, uma solução possível para esse problema. Afinal, as tropas milicianas executavam os serviços militares somente aos finais de semana e não tinham um caráter permanente. O recrutamento da tropa regular seria, então, destinado primordialmente para às cidades. Não significava dizer, no entanto, que as tropas milicianas das cidades deveriam ser extintas. Ao contrário, deveriam ser

¹⁸⁰ Projeto Resgate UNB (AHU – Rio de Janeiro, 10 de Maio de 1799, Cx. 171, Doc. N° 12661)

¹⁸¹ Projeto Resgate UNB (AHU – Rio de Janeiro, 10 de Maio de 1799, Cx. 171, Doc. N° 12661)

ordenadas e, no caso específico dos Henriques, receber “constituição e regularidade”, possibilitando que se tornassem um verdadeiro “arranjo militar”.

Assim sendo, uma das principais incumbências do tenente-general seria fazer com que os corpos militares tivessem “uniformidade”. Para tanto, tinha como “princípio” que cada companhia tivesse um número de até 160 soldados e que, preferencialmente, não passassem de “três oficiais de patente”, aumentando somente o número de oficiais inferiores (sargentos e cabos de esquadra) para que, em caso de alguma necessidade, servissem em lugar dos oficiais superiores.¹⁸² Estava aí, portanto, a gênese da redução que atingiria a oficialidade dos Henriques.

Infelizmente, extrapola os limites deste trabalho analisar se todas as tropas pagas e milicianas passaram por este processo de redução. Tal investigação seria enriquecedora para a análise, é verdade, mas demandaria um esforço que excederia o tempo de elaboração de uma dissertação de mestrado. O que posso afirmar com segurança, dentro do recorte de análise proposto, é que o Batalhão dos Henriques passou por um intenso processo de mudanças. Até que ponto estas mudanças também foram implementadas no conjunto das tropas, regulares e milicianas, é uma questão a ser respondida futuramente. Portanto, sem jamais perder de vista que tratava-se de uma mudança mais ampla, que não atingia somente os milicianos Henriques, o capítulo seguirá enfocando como a reestruturação e a busca por “regularidade” proposta pela carta régia foi, efetivamente, posta em prática nas tropas de homens pretos da cidade do Rio de Janeiro.

1. Um novo projeto: “A Brigada de Artilharia de Milícias dos Henriques”

¹⁸² Projeto Resgate UNB (AHU – Rio de Janeiro, 10 de Maio de 1799, Cx. 171, Doc. N° 12661)

Em novembro de 1799, o tenente-general José Narciso de Magalhães e Menezes desembarcou na cidade do Rio de Janeiro.¹⁸³ Nos primeiros meses de sua chegada não fez menção alguma aos Henriques. Somente em abril de 1800, já estabelecido e bem informado da situação do conjunto das tropas, fez suas primeiras considerações. Neste momento, já indicava que o corpo dos Henriques não possuía um “estabelecimento regular”, que estava separado em diferentes companhias, chegando ao número de 583 soldados, armados com apenas 184 armas.¹⁸⁴ Sempre que referia-se ao corpo de homens pretos, o tenente-general destacava sua irregularidade. Esta argumentação daria as bases para o plano de reestruturação proposto anteriormente.

Magalhães de Menezes só voltaria a tratar dos Henriques em 1801. Neste ano, encaminhou um ofício ao Príncipe Regente, D. João, passando informações acerca da conduta e préstimo dos comandantes dos corpos que se achavam sob seu comando. Neste momento, o comandante do Batalhão dos Henriques era José dos Santos Teixeira, homem preto de “nação mina”. Anteriormente, era Capitão da segunda companhia. Por conta do falecimento do antigo comandante, Aleixo Teixeira, ascendeu ao posto de capitão de granadeiros e de comandante do corpo de homens pretos.¹⁸⁵

¹⁸³ Logo em sua chegada, o tenente-general entregou uma cópia das instruções régias para o Conde de Resende e, em seguida, enviou uma carta ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Nesta correspondência, o tenente-general fazia um rápido relatório sobre o estado das tropas convocadas para recebê-lo. Eram elas: dois regimentos de infantaria, o regimento de artilharia e o esquadrão de cavalaria. De acordo com sua análise, resultante de “um ligeiro golpe de vista”, a cavalaria achava-se “muito bem postada, no maior asseio”. No entanto, os regimentos de infantaria e artilharia estavam muitíssimo reduzidos e possuíam um pequeno número de “praças efetivas”. Tal fato, segundo o tenente-general, poderia dificultar seu trabalho na nova organização que iria executar. E aqui fica outra vez evidente que a reestruturação das tropas não afetaria somente o corpo dos Henriques, ao contrário, os regimentos destacados para receber o tenente-general faziam parte da tropa de linha, paga pela fazenda real. Estes regimentos também passariam por uma reestruturação. ANRJ, Códice 88, vol. 01, Secretaria de Estado do Brasil.

¹⁸⁴ ANRJ, Códice 88, vol. 01, Secretaria de Estado do Brasil.

¹⁸⁵ Projeto Resgate UNB (AHU – Rio de Janeiro, Cx. 183, doc. 10)

De acordo com o tenente-general, Teixeira era um “preto que muitos brancos deveriam imitar”, um homem de “zelo incansável, inteligência e direitura no concurso de todas as cousas que pertencem ao seu dever”.¹⁸⁶ Além disso, via grandes méritos no comandante, pois, “pelo seu exemplo”, outros pretos forros poderiam buscar o trabalho das armas “com gosto”. José dos Santos Teixeira era um homem que, “debaixo daqueles couros pretos”, possuía “gravidade e decência” e que soube conquistar respeito por possuir um “espírito de honra, verdade, desinteresse, patriotismo e verdadeiro amor pelo serviço de Vossa Alteza Real”.¹⁸⁷

Tendo em vista tantas qualidades, o tenente-general suplicou para que Teixeira fosse honrado com uma patente de sargento-mor. Em suas palavras,

Esta graça que pode não ficar a cargo da Real Fazenda, condecora mais este Comandante, habilita o mesmo para ele fazer melhor tudo o de que é capaz a respeito deste corpo, que deste modo fica num princípio de constituição mais regular.¹⁸⁸

De modo geral, em consonância com a carta régia de 1766, os homens que ocupavam o posto de sargento-mor recebia soldo. Vale notar, no entanto, que Magalhães de Menezes exime a “Real Fazenda” do pagamento do soldo. Não era o ganho financeiro que estava em pauta, ao contrário, eram os bens simbólicos, que condecoram e habilitam. O que estava em jogo naquele momento era a regularidade do corpo de pretos. Havia uma

¹⁸⁶ Projeto Resgate UNB (ofício do tenente-general José Narciso de Magalhães de Menezes, ao príncipe regente, informando estarem preparados e prontos para servir os quatro regimentos de milícias da cidade. Folha 4 (verso)

¹⁸⁷ Projeto Resgate UNB (ofício do tenente-general José Narciso de Magalhães de Menezes, ao príncipe regente, informando estarem preparados e prontos para servir os quatro regimentos de milícias da cidade. Folha 4 (verso)

¹⁸⁸ Projeto Resgate UNB (ofício do tenente-general José Narciso de Magalhães de Menezes, ao príncipe regente, informando estarem preparados e prontos para servir os quatro regimentos de milícias da cidade. Folha 5

clara relação entre uma “constituição mais regular” com o fato de José dos Santos Teixeira receber a patente de sargento-mor.

Além de condecorar o comandante, reconhecendo suas qualidades no serviço das armas, a patente representaria, ainda que de forma bastante inicial, a constituição de um estado maior anteriormente inexistente. Portanto, para Magalhães de Menezes, um dos princípios fundamentais para alcançar “regularidade” no corpo de homens pretos, tornando-o um verdadeiro corpo militar, seria a organização de uma hierarquia interna de tal modo que os postos do oficialato superior fossem efetivamente providos.

O tenente-general seguiu caminho inverso ao do Marquês do Lavradio que, como demonstrado no capítulo 1, foi responsável por garantir que os postos do oficialato do terço de homens pretos forros não fosse provido. Vale destacar que Magalhães de Menezes foi um homem inteiramente dedicado ao serviço das armas. Sua trajetória pessoal foi de grande ascensão, iniciou a vida nas armas como cadete e, ao longo dos anos, alcançou o posto de tenente-general das tropas da cidade do Rio de Janeiro. Seu pensamento estava fundamentado na importância e consolidação das hierarquias militares. Somente com uma hierarquia interna bem estruturada, com possibilidade de ascensão, seria possível manter uma tropa em “regularidade”.

As idéias de Magalhães de Menezes ganhariam forma e consistência, em 1802, quando o tenente-general enviou ao então vice-rei, D. Fernando José de Portugal, uma carta contendo informações sobre os “Regimentos de Milícias da Cidade do Rio de Janeiro”.¹⁸⁹ Junto da carta, enviou um plano cujo principal objetivo era dar fim “a falta de constituição e regularidade” em que se encontrava o corpo dos Henriques, visando assim que “o dito

¹⁸⁹ Vale lembrar que após o ano de 1796, as companhias de infantaria auxiliar deixaram de ser organizadas em terços e passaram a ser reunidas em regimentos.

Corpo tomasse formatura que pudesse ser análoga as idéias comuns de um arrançamento militar e aos fins de sua destinação”.¹⁹⁰

De modo geral, quando o objetivo era alertar para a necessidade de se proceder à reestruturação dos corpos militares, a idéia de “falta de constituição e regularidade” era evocada na documentação. No entanto, no caso dos Henriques, muito além de uma simples expressão retórica, a idéia utilizada pelo tenente-general diagnosticava um problema que, desde meados do século XVIII, afligia o corpo dos homens pretos – ou seja, os Henriques não possuíam uma hierarquia interna bem definida, os postos do oficialato superior nem sequer eram providos, o que causava falta de regularidade.

Para confirmar sua percepção, Magalhães de Menezes iniciou um relato detalhado sobre a organização dos Henriques na cidade do Rio de Janeiro. Primeiramente, informava que estavam divididos em dezesseis companhias. Sete estabelecidas na cidade e outras nove espalhadas pelas diferentes “freguesias desta circunvizinhança”.¹⁹¹ Cada companhia era composta por seus três respectivos oficiais (capitão, tenente, alferes), dois sargentos, um porta bandeira e quatro cabos de esquadra. O estado maior seria composto de 1º e 2º ajudantes.¹⁹² Aqui encontrava-se o ponto central da percepção de que, no corpo de homens pretos, havia “falta de constituição e regularidade”. Afinal, seu estado maior era ínfimo e não haviam ofícios nos postos de sargento-mor. Portanto, a oficialidade de homens pretos não possuía regularidade em sua formação, determinados postos não eram providos, não possuíam, em suma, forma nem “idéias comuns de um arrançamento militar”.

¹⁹⁰ ANRJ, CX. 484, doc. 1. Vice-reinado. Correspondência de capitães-mores e comandantes de regimentos de vilas do Rio de Janeiro.

¹⁹¹ De acordo com a documentação, as “freguesias da circunvizinhança” seriam as “freguesias de fora da cidade”.

¹⁹² ANRJ, CX. 484, doc. 1. Vice-reinado. Correspondência de capitães-mores e comandantes de regimentos de vilas do Rio de Janeiro.

Além disso, segundo Magalhães Menezes, os Henriques não eram considerados “em nenhuma classe das outras Corporações Militares.” Aqui podemos retomar o clássico argumento de Russell-Wood sobre as tensões provocadas pelos milicianos negros. De acordo com autor, muitos oficiais de cor da milícia queixavam-se à Coroa alegando que “seu posto não era reconhecido pelos oficiais brancos e que os soldados das tropas regulares se recusavam a saudá-los”.¹⁹³ A oficialidade branca e os soldados pareciam pouco respeitar os Henriques, não por questões militares de constituição interna, como informou o tenente-general, mas pela marca da escravidão. Afinal, a oficialidade dos Henriques era fundamentalmente composta por homens alforriados, ex-escravos.

E aqui é interessante percebermos a multiplicidade de significados que o ato inserir-se num corpo de homens pretos poderia ter. Como já foi referenciado no capítulo 1, para os homens pretos que alcançavam a alforria, possuir uma patente do oficialato representava uma importante estratégia de diferenciação do conjunto da escravaria e, em última análise, do próprio conjunto de homens forros. Era a marca definitiva da pertença ao império português como “fiel vassalo” e, portanto, aos olhos dos homens forros, era um importante veículo para a conquista de ascensão e privilégios. Para a oficialidade de homens brancos (e até mesmo para os soldados) nada disso era levado em conta, ao contrário, os homens forros que se inseriam na milícia e conquistavam postos do oficialato permaneceriam como ex-escravos, gente alforriada e possuidora de patente, indignos de respeito e qualquer tratamento diferenciado.

Já algumas autoridades portuguesas representantes do poder real, não necessariamente ligada às armas, exaltavam a capacidade bélica dos homens pretos que, em diversos momentos, havia sido provada no campo de batalha. No entanto, a ascensão destes

¹⁹³ Russell-Wood, *Escravos e Libertos...*, p. 138

homens aos postos do oficialato deveria ser limitada. Afinal, de fato era importante para o bom andamento daquela sociedade que alguma ascensão fosse permitida. No entanto, certos limites deveriam ser obedecidos. Para o corpo de pretos na cidade do Rio de Janeiro, tais limites estavam bem marcados pelo não provimento do posto de sargento-mor. Magalhães de Menezes, no entanto, tinha uma lógica inversa, que valorizava as hierarquias militares. Para o tenente-general, só seria possível alcançar certa regularidade nos corpos de homens pretos se, dentro deles, fosse respeitado o princípio do provimento de postos do oficialato. Para tanto, como fica bem expresso em seus pedidos, dar a patente de sargento-mor a José dos Santos Teixeira seria o início para regular o corpo dos Henriques.

Através do relato do tenente-general, somos informados ainda que os Henriques estavam organizados em corpos de infantaria e deveriam cuidar da vigilância da cidade, fazendo rondas, vigiando escravos condenados e efetuando prisões. No entanto, na avaliação de Magalhães de Menezes, “pouco avultavam a respeito das prisões”, o que inviabilizava o seu serviço. A situação precária dos armamentos contribuiria para tal situação. Afinal, para que prisões fossem efetuadas, era preciso que, minimamente, o armamento estivesse em bom estado de uso.¹⁹⁴

De acordo com o tenente-general, em 1802, o corpo de homens pretos estava provido com 439 soldados. No entanto, o armamento que possuíam estava resumido a 184 “espingardas arruinadas”, sem varetas, sem bandoleiras e, portanto, incapazes para o serviço. Possuíam ainda 124 “patronas”¹⁹⁵ que haviam recebido da “Real Casa das Armas”, da Fortaleza da Conceição. De acordo com Magalhães de Menezes, além de estarem em estado pouco apropriado para uso, tais patronas eram inúteis, pois os soldados dos

¹⁹⁴ ANRJ, Cx. 484, doc. 1. Vice-reinado. Correspondência de capitães-mores e comandantes de regimentos de vilas do Rio de Janeiro

¹⁹⁵ Na definição presente no dicionário de Moraes e Silva, a patrona era uma cartucheira em que os soldados levavam pólvora e que ficava “presa num cinto diante da cintura ou a tiracolo”.

Henriques “nenhum uso delas sabiam fazer”, além de serem muito poucas para tanta gente.¹⁹⁶

No entanto, para o tenente-general, mesmo que o problema dos armamentos fosse resolvido e que a “Real Fazenda” fornecesse “as armas competentes”, os corpo de homens pretos não teria sucesso em seu serviço por conta do “reduzido” número praças. Nestas circunstâncias, o tenente-general optou por dar aos Henriques uma nova função. No entanto, antes de expor seu plano de reorganização e visando embasar tecnicamente sua proposta, procedeu a uma avaliação sobre os regimentos das tropas regulares cidade. Em sua avaliação, o regimento de artilharia era “extremamente diminuto” e os regimentos de infantaria, “igualmente fraquíssimos”, não tinham condição de destacar de seu contingente homens que pudessem executar o serviço das “peças”. De acordo com o dicionário de Moraes e Silva, as chamadas “peças de artilharia” eram canhões. Muitos deles estavam destacados pelas diferentes Fortalezas da cidade e sua utilização apresentava certa dificuldade, sendo necessário assim que o soldado artilheiro possuísse algum conhecimento técnico para executar o serviço.¹⁹⁷

Ao voltar sua argumentação para o regimento de artilharia, pontuando seu limitado número de componentes e a dificuldade de conseguir gente para o serviço das “peças”, Magalhães de Menezes estava construindo o caminho para executar seu plano com os Henriques. Antes, no entanto, lembrava que, para os quatro regimentos de linha da guarnição da cidade, havia um regimento de artilharia de linha. Desta forma, seria “muito útil haver um corpo também de Artilharia de Milícias” para os quatro Regimentos de

¹⁹⁶ ANRJ, Cx. 484, doc. 1. Vice-reinado. Correspondência de capitães-mores e comandantes de regimentos de vilas do Rio de Janeiro

¹⁹⁷ Antonio de Moraes e Silva. *Diccionario da lingua portugueza – volume 2*. Termo: peça. Consultando online em: <www.brasiliana.usp.com>

Milícias. Assim sendo, “sobre todas estas considerações”, o tenente-general mandou que os Henriques aprendessem e servissem no serviço das “peças de artilharia”.

Para tanto, os soldados seriam treinados na Escola de Artilharia, onde seriam “adestrados” e aprenderiam a lidar com os canhões. De acordo com Magalhães de Menezes, os Henriques possuíam “a melhor disposição” para o serviço de artilharia e, em pouco tempo, sob a inspeção de um oficial de artilheiro, que lhes servia de mestre, “oito peças comandadas pelos seus próprios Oficiais” marcharam até o “grande Campo do exercício”, “executaram os fogos” e uniram-se aos batalhões de infantaria de milícias. Os Henriques alcançaram “tanta perfeição como os soldados dos Regimentos de Artilharia” e executaram o serviço “com um capricho digno de consideração” que receberam o “aplausos público” e, ainda mais fundamental, “os louvores particulares” do tenente-general.¹⁹⁸

Tratando do fardamento dos Henriques, Magalhães Menezes informava que possuíam um uniforme geralmente “adaptado por toda a parte”, ou seja, “fardas verdes e guarnições encarnadas”. Tinham, contudo, poucos soldados fardados, “com pouca regularidade e com mal gosto”. E aqui, o tenente-general evidencia a competência e a capacidade de articulação do comandante José dos Santos Teixeira. Por conta de sua “zelosa eficácia”, em pouco tempo, grande parte dos soldados foi fardado, “principalmente aqueles que eram empregados no serviço das peças”. Teixeira estabeleceu ainda um padrão, que foi seguido com “exata uniformidade”: “uma farda curta à Caçadora, verde segundo a cor estabelecida, com banda gola canhão e forro encarnado; veste branca e pantalona de pala, barreteira de couro preto com penacho encarnado.”¹⁹⁹

¹⁹⁸ ANRJ, Cx. 484, doc. 1. Vice-reinado. Correspondência de capitães-mores e comandantes de regimentos de vilas do Rio de Janeiro

¹⁹⁹ ANRJ, Cx. 484, doc. 1. Vice-Reinado. *Correspondência de capitães-mores e comandantes de regimentos de vilas do Rio de Janeiro.*

Tendo feito este detalhado relatório sobre o corpo dos Henriques, Magalhães de Menezes encaminhou seu plano de reforma:

as sete Companhias, que até aqui se consideravam desta Cidade, serão reduzidas a quatro sem destinação e compostas de um Capitão, um Tenente e um Alferes, dois Sargentos, um Furriel, quatro Cabos de Esquadra, um Tambor, e cinqüenta Soldados.²⁰⁰

Se anteriormente, com sete companhias, os milicianos possuíam 21 oficiais (entre capitães, tenentes e alferes), com a reforma, passariam ao número de doze homens. Já os soldados, que anteriormente chegavam ao número de aproximadamente 430 (variando para mais ou para menos), seria reduzido ao total de duzentos homens. Para justificar tal redução, o tenente-general recorreu aos cálculos feitos pelo comandante José dos Santos Teixeira. Segundo Teixeira, o número de pretos forros existentes na cidade “hábeis e robustos” não poderia fornecer uma constituição de maior força. Parece um contra-senso já que em momentos anteriores os Henriques alcançaram um número elevado de praças. O próprio Magalhães Menezes informou que, em abril de 1800, o corpo dos Henriques chegava ao elevado número de 583 soldados.²⁰¹ Certamente o comandante dos Henriques condicionou seus cálculos aos interesses do tenente-general, de modo a dar consistência a argumentação construída.

As quatro companhias da cidade seriam empregadas, então, no serviço de artilharia. Já as nove companhias das “aldeias e Freguesias de fora da Cidade”, que também foram igualmente reduzidas a quatro, serviria como “gastadores”.²⁰² Magalhães de Menezes

²⁰⁰ ANRJ, Cx. 484, doc. 1. Vice-Reinado. Correspondência de capitães-mores e comandantes de regimentos de vilas do RJ.

²⁰¹ ANRJ, Códice 88, vol 01, Secretaria de Estado do Brasil.

²⁰² Os chamados gastadores eram soldados que, munidos de machados, picaretas e enxadas, tinham como função cortar matos, abrir picadas e aplanar estradas.

passou, então, a estabelecer o Estado Maior, que deveria ser composto de um sargento-mor comandante e dois ajudantes, dois quartéis mestres (um destinado para a artilharia, obrigado a receber e distribuir todas as munições, e outro para os gastadores, que do mesmo modo ficava encarregado de receber e distribuir todas as ferramentas necessárias), e um cabo de tambores para “formar e dirigir” as companhias de artilharia. Por fim, o tenente-general informava que o novo nome para o corpo de homens pretos seria “Brigada de Artilharia de Milícias dos Henriques do Rio de Janeiro”.²⁰³

Tendo estabelecido as principais diretrizes de sua reforma, Magalhães de Menezes não tardou em colocá-la em prática. No primeiro dia do mês de dezembro de 1802, sob as ordens do capitão comandante José dos Santos Teixeira, chegou ao vice-rei Luiz de Vasconcelos e Souza o mapa do “5º Batalhão de Milícias dos Henriques”. A análise do mapa permite-nos perceber que a reforma proposta, em abril de 1802, já estava sendo plenamente executada. Este dado é de extrema relevância, pois, antes mesmo da aprovação real, Magalhães de Menezes e o vice-rei colocaram o plano em andamento.

A comparação com os números presentes no mapa de abril de 1800, quando a reforma ainda não havia sido posta a efeito, deixa evidente o alcance e o impacto da redução das tropas e do oficialato de homens pretos.

| Abril de 1800 | | | Abril de 1802 | | |
|---------------|---------|---------|---------------|---------|---------|
| Capitão | Tenente | Alferes | Capitão | Tenente | Alferes |
| 7 | 7 | 7 | 4 | 4 | 4 |

Fonte: Arquivo Nacional – Vice-Reinado. Caixa 501, pacote 2

| Abril de 1800 | Abril de 1802 |
|---------------|---------------|
| Soldados | Soldados |
| 589 | 157 |

²⁰³ ANRJ, Cx. 484, doc. 1. Vice-reinado. Correspondência de capitães-mores e comandantes de regimentos de vilas do Rio de Janeiro

Fonte: Arquivo Nacional – Vice-Reinado. Caixa 501, pacote 2

Levando em conta o estado completo das tropas da cidade do Rio de Janeiro, em 1800, o número total considerado necessário para o preenchimento dos postos do oficialato, entre capitães, tenentes e alferes, era de 21 homens. Em 1802, o total de postos do oficialato a serem preenchidos chegavam apenas ao número de 12 homens. Além disso, no período de dois anos, de 432 soldados do contingente dos Henriques. Trata-se de um número bastante razoável de homens forros que, em última análise, foram embargados da possibilidade de ingressar na milícia.

A busca por “constituição e regularidade” passava, portanto, pela redução do número de oficiais e soldados das tropas. Talvez, com um número menor de homens, fosse possível organizar os Henriques de modo a transformá-los num “verdadeiro arranjo militar”. Após a reforma, apenas quatro companhias permaneceram em atividade na cidade do Rio de Janeiro e estavam divididas da seguinte forma:

| Companhias | Oficiais de companhia | | |
|------------------------|------------------------------|----------------|----------------|
| | Capitão | Tenente | Alferes |
| 1º Granadeiros | 1 | 1 | 1 |
| 2º Rocha | 1 | 1 | 1 |
| 3º Figueiredo | 1 | 1 | 1 |
| 4º Bellas | 1 | 1 | 1 |
| Estado completo | 4 | 4 | 4 |

Fonte: Arquivo Nacional – Vice-Reinado. Caixa 501, pacote 2

A análise da tabela permite-nos compreender a nova formação hierárquica dos Henriques e a divisão de poder no interior do batalhão. A primeira companhia, de granadeiros, estava sob as ordens do capitão comandante José dos Santos Teixeira. A segunda, tinha Joaquim José Rodrigues Rocha como capitão. Já a terceira e quarta

companhias, respectivamente, estavam sob o controle de João Luiz de Figueiredo e Francisco Duarte Bellas. Com exceção da companhia de granadeiros, cujo nome identificava a especificidade da função executada pelos homens que a compunham, todas as outras, assim como ocorria em meados do século XVIII, eram identificadas pelo sobrenome de seus capitães, evidenciando a posição de poder e mando que esses homens ocupavam.

E aqui vale lembrar que três companhias foram extintas. É provável que o processo de reforma tenha gerado tensões. Infelizmente não encontramos qualquer documentação capaz de esclarecer os critérios responsáveis por manter algumas companhias atividade. Talvez o jogo de interesses envolvido neste processo sequer tenha sido expresso através da documentação oficial. No entanto, a manutenção das companhias de José dos Santos Teixeira, Joaquim José Rodrigues Rocha, João Luiz de Figueiredo e Francisco Duarte Bellas não foi mero acaso. Certamente, entre o conjunto de oficiais, estes quatro capitães desenvolveram melhores relações com o poder, além de possuírem certa influência e prestígio pessoal. Seriam, portanto, mais respeitáveis que os demais capitães.

No caso específico do comandante José dos Santos Teixeira, como já foi demonstrado, a relação que estabeleceu com o tenente-general José Narciso de Magalhães e Menezes foi fundamental para sua promoção nos postos da milícia. Evidentemente havia uma concentração de poder nas mãos de José dos Santos Teixeira, afinal, além de ser comandante do batalhão, parecia gozar da total confiança do tenente-general. Naquele momento, caso os demais capitães se envolvessem em algum tipo de disputa com Teixeira, certamente estariam em situação bastante desfavorável.

Outro aspecto que merece ser ressaltado, é o fato de quatro africanos de “nação mina” terem saído vitoriosos no jogo de influências que culminou na extinção das três companhias e, conseqüentemente, na redução do oficialato. Tal fato, como já foi

evidenciado no capítulo 1, tinha relação direta com o oficial que ocupava o posto de comandante. Em meados do século XVIII, por aproximadamente quatorze anos, os crioulos ocuparam os postos de capitão. Naquele momento, o crioulo forro Thomé Galvão era o comandante dos Henriques. Suas escolhas privilegiaram claramente o provimento de crioulos. A mesma lógica parece ter sido seguida por José dos Santos Teixeira. Homem de “nação mina”, foi responsável pelo provimento de capitães da mesma nação.

Tal aspecto também pode ser percebido na escolha das companhias que mantiveram-se em atividade. Não podemos mensurar até que ponto José dos Santos Teixeira participou da escolha das companhias que seriam extintas. No entanto, sua relação de proximidade e confiança com o tenente-general, e o fato de ocupar o posto de comandante, talvez tenha conferido algum poder para indicar quais companhias deveriam permanecer em atividade. O ato de nomear para os postos, certamente, conferia algum poder de mando (simbólico ou real). Estar perto e ter a confiança de um dos responsáveis pela aprovação das nomeações seria uma importante estratégia para garantir que suas escolhas fossem aprovadas. Não por acaso, todas as companhias tinham como capitães homens de “nação mina”. Portanto, nos primeiros anos do século XIX, o poder de mando no batalhão dos Henriques estava dividido entre os chamados “pretos minas”.

Para Magalhães de Menezes, a busca por uma constituição mais regular passava pela diminuição do número de capitães de companhia e, ao mesmo instante, pelo provimento do posto de sargento-mor. O alvará do príncipe D. João, de dezembro de 1802, daria consistência as pretensões do tenente-general, ao determinar que

Sendo porém muito conveniente ao Meu Real Serviço, e inteiramente conforme aos princípios da Razão, e Direito natural,

que eu procure como pai comum de todos os meus vassallos desterrar de seus ânimos a odiosa preocupação, com que muitos ainda consideram a diferença das cores como um princípio, de que devem resultar diversos direitos entre aqueles, em que se não dá a uniformidade deste acidente; e querendo por outra parte dar a todos os meus vassallos Pretos, e Pardos uma prova irrefragável de que os considero habilitados para todas as Honras, e Empregos Militares, a que serão efetivamente elevados, segundo o seu pessoal merecimento: sou servido ordenar, que para os Postos de Coronéis, Tenentes Coronéis, Majores, e Ajudantes dos Regimentos Milicianos de homens pretos, denominados de Henriques, e igualmente para os de homens pardos, que atualmente existem, ou para o futuro existirem em qualquer Capitania do Brasil, sejam sempre atendidos de preferência os Oficiais de suas próprias cores, quando neles concorrerem as precisas circunstâncias para o desempenho dos mesmos Postos.²⁰⁴

Ao formalizar a preferência pelos oficiais pardos e pretos nos seus regimentos, o texto do alvará oferecia claramente garantias para que os mais altos postos do oficialato fossem providos. Magalhães de Menezes, antes mesmo do alvará de dezembro de 1802, buscou para o comandante José dos Santos Teixeira, a patente de sargento-mor. O alvará passou a garantir postos ainda maiores como o de coronel e tenente-coronel. Para Fernando Prestes de Souza, o alvará pode ser lido como “o ponto alto de um processo de estreitamento dos laços entre a Coroa e os milicianos de cor do Brasil”²⁰⁵

É interessante percebermos que o alvará de dezembro de 1802 entra em conflito com o que havia sido ordenando na carta régia de 1766. Na carta, os postos mais altos do oficialato dos corpos auxiliares deveria ser provido por homens das tropas regulares, pagas pela fazenda real. Não havia, portanto, a possibilidade de um capitão do terço de homens pretos alcançar um posto mais alto. O alvará de 1802 vem para sanar este problema e

²⁰⁴ Apud SOUZA, Fernando Prestes de. *Milicianos pardos em São Paulo. Cor identidade e política (1765-1831)*. Dissertação de mestrado. Curitiba. 2011, p.101

²⁰⁵ SOUZA, Fernando Prestes de. *Milicianos pardos em São Paulo...*, p.102

demonstrar que o príncipe D. João considerava os “vassalos Pretos e Pardos” completamente “habilitados para todas as Honras e Empregos Militares”.

Magalhães de Menezes foi enviado ao Rio de Janeiro em 1799, talvez tenha sido informado da preparação do alvará e, por isso, tenha se movimentado no sentido de regular o corpo de homens pretos com o provimento dos postos do oficialato. Outra hipótese possível, é que sequer soubesse do processo de construção deste alvará. Talvez, por suas convicções, tenha se antecipado aos fatos e proposto o provimento do posto de sargento-mor. O fato concreto é que, no entender do tenente-general, o corpo de homens pretos deveria ficar em tamanho reduzido e provido com os postos do oficialato superior. Este seria o quadro perfeito para que os homens pretos da cidade do Rio de Janeiro fossem empregados no serviço de artilharia e, finalmente, tivessem constituição e regularidade.

A reformulação proposta pelo tenente-general foi posta em prática antes mesmo de receber a aprovação régia. Ao que parece, Magalhães de Menezes e o próprio vice-rei tinham total confiança de que o plano fosse aceito. Incluiu o vice-rei na decisão de levar em frente a reforma dos Henriques, pois, não parece razoável que o tenente-general, por sua vontade soberana, tenha posto em prática um projeto de reformulação tão grandioso. A carta régia de 1799, citada no início do capítulo, deixava claro que o tenente-general estava “inteiramente subordinado” ao vice-rei. Além disso, não localizamos qualquer documentação que evidenciasse um conflito entre o vice-rei e o tenente-general no que diz respeito ao plano apresentado. Movidos pela precipitação ou, quem sabe, pela confiança de que o projeto seria prontamente aceito e aprovado pelo Conselho Ultramarino, os Henriques foram transformados numa “Brigada de Artilharia”. O que Magalhães de

Menezes certamente não imaginava é que, depois de posto em prática, seu plano seria recusado.

2. Um novo olhar sobre o projeto de reorganização

O plano de reorganização proposto por Magalhães de Menezes foi enviado ao Conselho Ultramarino e, em 1807, julgado pelo conselheiro Dom Diogo de Sousa. Em sua análise, era inadmissível que “o corpo miliciano de Henrique Dias da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro” fosse transformado em brigada de artilharia auxiliar. Para compreendermos as razões que levaram a recusa do plano, é necessário atentarmos para a trajetória do conselheiro. Através dela, poderemos vislumbrar algumas dimensões de seu pensamento construídas, ao longo dos anos, em sua vivência cotidiana como funcionário régio, ocupando cargos em diversos territórios do império português.

Natural da cidade de Braga, nascido em 1755, era filho de Dom João de Souza e dona Ana Joaquina Leite de Medeiros Cerveira Pestana. Seu avô, Francisco de Souza, foi o primeiro marquês das Minas Gerais e sétimo governador do Brasil. Em 1766, com aproximadamente onze anos de idade, recebeu o título de moço-fidalgo. Primeiramente, iniciou uma vida acadêmica e se doutorou em matemática pela Universidade de Coimbra. Em 1778, seguiu a carreira das armas. Em 1793, foi governador e capitão-general de Moçambique. Cinco anos mais tarde, foi nomeado governador do Maranhão. Por seus serviços prestados como governador, foi nomeado membro do Conselho Ultramarino.²⁰⁶

²⁰⁶ SARAIVA, José Hermano. *História de Portugal – Dicionário de Personalidades*, edição QuidNovi, 2004.

O plano proposto pelo tenente-general chegou até suas mãos, no Conselho Ultramarino, para que fosse analisado. Como foi dito, o plano foi recusado. Os motivos para tanto seriam expressos, ponto a ponto, no longo parecer do conselheiro. Como veremos a seguir, tratava-se de um novo olhar sobre o projeto do tenente-general.

Primeiramente, o conselheiro exaltava o “saber e a experiência” de Magalhães de Menezes. No entanto, considerava que, embora estivesse bem apoiado em fatos e acompanhado de importantes reflexões, o projeto apresentado estava assentado numa “concepção ideal” e que não tinha em vista os fundamentos que constituíam a “essência de um Corpo de Artilharia”, ou seja:

Conduzir peças de Campanha em ordem regular e simetria em evoluir e exercícios de parada, carregá-las com pólvora seca e dar-lhe fogo com presteza não é o que constitui um Corpo de Artilheiros peritos, nem nisto consiste a sua intensiva disciplina. A verdadeira perícia do Soldado Artilheiro não se mostra só no Campo e nas evoluções maquinais das peças de Artilharia, é necessário igualmente aqui nos arsenais, nos parques, nos armazéns, nos trens e nos Quartéis. Ela só pode adquirir em muito tempo e por meio de muitos e mui variados, mui dispendiosos e mui refletidos exercícios. [...] E finalmente necessita de saber conhecer os alcances das diversas Armas segundo os seus Calibres e as suas diferentes inclinações ao horizonte e estimar pelo golpe de vista a distância a que se acham os objetos sobre que deve fazer fogo, no que consiste toda a dificultozissima arte das Pontarias.²⁰⁷

Certamente Dom Diogo de Souza tinha conhecimento do alvará de dezembro de 1802, no entanto, sua decisão não ia de encontro as decisões em relação ao provimento dos postos do oficialato. Ao contrário, o conselheiro sequer se pronunciou em relação ao pedido para que José dos Santos Teixeira fosse provido como sargento-mor. Seu parecer fazia uma leitura técnica sobre a “profissão de artilheiro”.

²⁰⁷ Projeto Resgate UNB (AHU – Rio de Janeiro, cx. 240, doc. 4)

O conselheiro entendia ser necessário que os artilheiros possuíssem “conhecimento científico” para utilizar os canhões, deveriam ser homens inteiramente dedicados ao serviço de artilharia, além de se acharem “habituaados a praticá-lo em perfeição e destreza.” Tendo em vista esta argumentação, Dom Diogo de Souza considerava impossível que homens “dados a outras profissões” e que apenas temporariamente se reuniam para fazer “alguns manejos e evoluções de artilharia” fossem considerados “artilheiros peritos”. Os corpos de artilharia deveriam estar sempre prontos e completos para a ação. Aqui entra em conflito, portanto, a própria natureza das forças militares lusitanas. Os artilheiros só poderiam fazer parte das tropas regulares, pagas pela fazenda real e, portanto, estarem permanentemente em atividade. Não seria concebível que fizessem parte das tropas auxiliares, como propunha o tenente-general, pois estas tropas eram compostas por homens de profissões diversas, que não estavam dedicados exclusivamente ao serviço das armas e, portanto, não teriam tempo hábil para formarem como bons artilheiros, tendo em vista a dificuldade técnica que representava a utilização das “peças de artilharia”. Para reforçar sua argumentação, o conselheiro lembrava a natureza das forças militares lusas, informando que existiam duas qualidades de tropas:

Uma de exercício contínuo e permanente; e permanentemente sustentada pelo estado, a que chamamos Tropa Regular; e outra de exercício acidental e interpolado a que se deu o nome de Auxiliares, ou Milicianas, sendo composta de indivíduos que, por isso mesmo que não vencem soldo algum no tempo da Paz, carecem de ter livre dos exercícios militares o tempo necessário para os cuidados da sua própria subsistência e de suas famílias. Ora esta divisão exige necessariamente que esta Segunda Classe de Tropa seja somente daquela ou daquelas Armas em cujo o manejo e serviço se pode adquirir suficiente perícia sem exercício contínuo.²⁰⁸

²⁰⁸ Projeto Resgate UNB (AHU – Rio de Janeiro, cx. 240, doc. 4)

Feito este lembrete sobre a função de cada força militar, o conselheiro reforçava que a “instrução e conhecimentos necessários aos oficiais de artilharia”, seria uma “dificuldade insuperável” para os oficiais das quatro companhias propostas pelo tenente-general. E aqui, podemos levantar algumas questões: as dificuldades seriam tão “insuperáveis” caso a proposta apresentada, de constituição de uma força de artilharia auxiliar, estivesse voltada para as tropas auxiliares de homens brancos? O plano negado teria alguma relação com a proposta do tenente-general estar voltada para o corpo dos Henriques? Afinal, é de se considerar que juntar um contingente de homens pretos forros e armá-los com “peças de artilharia”, ou seja, com canhões, poderia representar perigo para a segurança da cidade.

Quem sabe, o conselheiro imaginasse a existência de possíveis solidariedades entre este contingente populacional que, armado de canhões, pudesse eclodir em algum tipo de tensão. Como demonstraremos adiante, muitas vezes, a existência de solidariedades entre os Henriques e o conjunto da escravaria foi imaginada por uma série de interpretações de agentes do poder, desde a época do Marquês do Lavradio até o período do Intendente de Polícia Paulo Fernandes Viana. No entanto, o relatório, efetivamente, baseou sua argumentação em questões técnicas sobre o serviço de artilharia. Questões que “por si bastariam para rejeitar semelhante projeto”.

A segunda parte do parecer escrita pelo Conselho Ultramarino buscava demonstrar a inutilidade das formação de quatro companhias de gastadores. Para tanto, recorrem aos argumentos do próprio tenente-general. Magalhães de Menezes afirmava que os pretos destinados para as quatro companhias de gastadores eram “assas peritos”, pois viviam “nas roças e matas” e estavam habituados ao serviço de cortar matos e abrir picadas.

Sendo assim, o conselheiro não via necessidade de dar mais “exercícios”, além dos que já possuíam em “seu modo habitual de vida”. Seria infrutífero para estes pretos forros serem “distraindo” dos seus serviços, o que poderia representar obstáculos a “sua subsistência” nos dias em que fossem convocados para o trabalho militar. Estes homens deveriam ser utilizados “nas ocasiões precisas” para trabalharem nas obras públicas, “mediante um jornal”, não havendo a necessidade de “afligi-los inutilmente” com exercícios militares desnecessários.²⁰⁹ Por fim, com base em toda argumentação exposta pelo conselheiro Dom Diogo de Souza, o Conselho Ultramarino entendeu que “o corpo miliciano de Henrique Dias, da cidade de São Salvador do Rio de Janeiro, no caso de ser conveniente a sua conservação”, deveria ser empregado apenas no serviço de infantaria. Ou seja, ser mantido na função que já estava executando anteriormente.²¹⁰

Não sabemos o modo como a recusa do plano proposto pelo tenente-general foi recebido. Desde 1802, os Henriques já estavam empregados no serviço de artilharia e três companhias haviam sido extintas. O plano efetivamente foi posto em prática. No entanto, em 1807, quando passou pela avaliação do Conselho Ultramarino, José Narciso de Magalhães de Menezes já havia sido provido “Governador e Capitão General do Estado do Pará” e não estava na cidade do Rio de Janeiro. É provável que o tempo tenha sido insuficiente para que o corpo dos Henriques fosse reorganizado e retornasse sua antiga configuração: uma tropa de infantaria. Afinal, no ano seguinte, em março de 1808, o Príncipe Regente Dom João e a família real adentravam a baía de Guanabara. Tal fato, mudaria profundamente a vida cotidiana da cidade.

3. Novos tempos...

²⁰⁹ Projeto Resgate UNB (AHU – Rio de Janeiro, cx. 240, doc. 4)

²¹⁰ Projeto Resgate UNB (AHU – Rio de Janeiro, cx. 240, doc. 4)

A chegada da família real causou um impacto profundo na vida da população da cidade do Rio de Janeiro. Inesperadamente, cerca de 15.000 pessoas foram incluídas no conjunto da cidade. A historiografia discutiu vastamente os aspectos sociais, políticos e econômicos da vinda da família real em 1808.²¹¹ Há um consenso entre os historiadores que entendem que, naquele contexto específico, o Rio de Janeiro deveria transformar-se na nova corte do império lusitano. Assim sendo, os poderes instituídos passariam por um processo de redefinição. De início, a figura do vice-rei desapareceu. Em seguida, teve início um processo de criação de instituições fundamentais para a transformação do Rio de Janeiro na nova corte. Assim, foram criadas a Casa de Suplicação, a Mesa de Desembargo do Paço, o Real Erário e o Conselho da Fazenda.

No decreto de 10 de maio de 1808, D. João criou o cargo de Intendente Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, que foi entregue a Paulo Fernandes Viana. O intendente tinha como função organizar a cidade do Rio de Janeiro, “cuidando das ruas, seu aseo, comodidade de suas calçadas, estradas, pontes e fontes”, e controlar a criminalidade nas ruas da cidade.²¹² Foi neste contexto de criação de novas instituições de poder e de proximidade física da corte que, em 13 de maio de 1808, três dias após a criação da Intendência Geral de Polícia, no Palácio do Rio de Janeiro, o Príncipe Regente assinou um decreto mandando organizar “o regimento de caçadores dos Henriques da Cidade do Rio de Janeiro”. Segundo o dicionário de Moraes Silva, os caçadores eram “na Milícia moderna

²¹¹ MALERBA, Jurandir. *A Corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência, 1808-1821*. São Paulo: companhia das letras, 2000; ALENCASTRO, Luís Felipe de. (org.) *Império: a corte e a modernidade*. São Paulo: companhias das letras, 1997. FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 4^a ed. São Paulo, Edusp, 1996.

²¹² *Coleção de Leis do Império Brasil (CLB)* Nº 15 em 22 de junho de 1808.

soldados à ligeira, que seguem os miqueletes para atacarem as patrulhas inimigas e darem rebate do inimigo ao corpo do exército”.²¹³

De acordo com o decreto, o “batalhão miliciano dos Henriques”, encontrava-se desorganizado e, portanto, buscando “conservar a doce memória da lealdade e fidelidade com que estes Corpos sempre serviram nos Estados do Brasil”, o Príncipe Regente ordenou que recebesse “uma nova forma”, tornando-se um regimento de caçadores. Para tanto, mandou “expedir as ordens necessárias para a pronta reorganização” do corpo de pretos.²¹⁴ O decreto estabeleceu ainda um plano para a composição do oficialato que ficaria estabelecido da seguinte forma:

Estado Maior

| | |
|-----------------------------------|---|
| Coronel..... | 1 |
| Tenente-coronel..... | 1 |
| Sargento-mor..... | 1 |
| Ajudantes..... | 2 |
| Quartel Mestre..... | 1 |
| Porta Bandeiras..... | 2 |
| Tambor-mor..... | 1 |
| Pífanos, tambores e cornetas..... | 4 |

Primeira Companhia

| | |
|-----------------|---|
| Capitão..... | 1 |
| Tenente..... | 1 |
| Alferes..... | 1 |
| 1ºSargento..... | 1 |
| 2ºSargento..... | 1 |

²¹³ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza – volume 2*. Termo: caçador. Consultado online em: <www.brasiliana.usp.br>

²¹⁴ *Coleção de Leis do Império do Brasil (CLB) – 1810, página 107, Vol 1 (publicação original)*

| | |
|------------------------|-----|
| Furriel..... | 1 |
| Cabos de esquadra..... | 6 |
| Anspeçadas..... | 6 |
| Soldados..... | 120 |

2º, 3º,4º,5º e 6º companhia como a primeira. Somando um total de 841 homens.

Somente com a chegada da corte ao Rio de Janeiro os Henrique ganhariam a “constituição e regularidade” tão buscada pelo antigo tenente-general. Ao que parece, as recomendações expressas no alvará de dezembro de 1802, só foram efetivamente postas em prática com a transferência da corte. O Príncipe Regente, visando colocar em prática o princípio expresso no alvará, segundo o qual considerava os homens pretos “habilitados para todas as Honras e Empregos Militares”, fez com que os mais altos postos do oficialato fossem providos.

O plano de Magalhães de Menezes, já negado pelo Conselho Ultramarino em 1807, foi posto de lado e o corpo de homens pretos recebeu uma nova constituição. Finalmente teriam um oficialato completo, provido com todos os postos superiores. Não só os postos de sargento-mor deveriam ser providos, mas, em conformidade com o alvará de dezembro de 1802, também os postos de coronel e tenente-coronel. Outro dado interessante é que mais duas companhias foram criadas, retornando ao numero de seis, como acontecia em meados do século XVIII.

Em 23 de maio de 1808, o capitão comandante José dos Santos Teixeira finalmente foi graduado no “posto de sargento-mor do batalhão dos Henriques”. Dois dias depois, em 25 de maio de 1808, foi a vez de Joaquim José Rodrigues Rocha ser graduado no posto de sargento-mor. João Luís de Figueiredo, em data desconhecida, também recebeu o posto de

sargento-mor. tal fato pode ser atestado pois, no ano de 1813, no registro de seu terceiro casamento foi identificado como “sargento-mor João Luís de Figueiredo, natural da Costa da Mina”.²¹⁵ Apenas Francisco Duarte Bellas não foi promovido ao cargo, pois já havia falecido em 1806, antes da chegada da família Real.²¹⁶ Portanto, todos os oficiais minas dos Henriques ascenderam aos posto de sargento-mor. Este seria apenas o início da formação e constituição regular do corpo de pretos.

No entanto, nem todos viam com bons olhos o corpo dos Henriques. No mesmo dia em que José dos Santos Teixeira recebeu a patente de sargento-mor, em 23 de maio de 1808, o Intendente Geral da Polícia da Corte, Paulo Fernandes Viana, enviava seu parecer a Dom Rodrigo de Souza Coutinho sobre o trabalho de vigilância dos presos desempenhado pelos Henriques. Em suas palavras, grande parte dos presos da cidade eram “negros e mulatos”. Deste modo, seria pouco seguro a utilização dos Henriques em sua vigilância pois, em sua análise, eram “pretos sem educação nem moral alguma”, além de serem “facilmente propensos a favorecer outros seus semelhantes”.²¹⁷ Fernandes Viana via a existência de solidariedades entre os homens pretos que poderiam levar os soldados Henriques a soltarem os prisioneiros, compostos em sua maioria por “negros e mulatos”.

O intendente recorria às suas lembranças do tempo de “menino”, no governo do Marquês do Lavradio, e informava que, naquele período, os Henriques também tinham como serviço a vigilância de prisioneiros. No entanto, o Marquês os havia retirado do serviço “por estas mesmas razões”, ou seja, por libertarem os prisioneiros “pretos e mulatos”. Para Fernandes Viana,

²¹⁵ Santíssimo Sacramento – Matrimônios 1812, Abr-1815, Nov – Folha 50 (verso)

²¹⁶ Nossa Senhora da Candelária – óbitos 1797, Nov-1838, Fev – Folha 194

²¹⁷ AN, Códice 318, folha 15 v

Negros neste país não devem guardar outros negros e até eu quisera que eles ignorassem o manejo das armas, e muito menos o das peças de artilharia em que com muita mágoa minha os vi adestrar de poucos anos a esta parte.²¹⁸

A posição do intendente era bastante radical quanto aos homens pretos engajados no serviço das armas. E aqui é interessante notarmos, que Fernandes Viana retoma o tempo do tenente-general José Narciso de Magalhães de Menezes e o momento em que os Henriques utilizavam as “peças de Artilharia”. Podemos concluir, portanto, que o plano do tenente-general de fato foi posto em prática e, certamente, deve ter desagradado muitos homens com o mesmo pensamento de Fernandes Viana.

O intendente segue sua argumentação contra os Henriques reforçando a idéia de possíveis solidariedades que poderiam, de modo extremo, resultar num motim.

Quem pode assegurar que estes guardas, ou peitados por outros seus semelhantes, ou mesmo de seu mau natural prometendo a fuga e a liberdade a estes outros negros que guardam, não suscitem motins nos diferentes bairros que vão trabalhar.²¹⁹

Fernandes Viana finaliza sua argumentação devastadora sobre os Henriques reforçando as solidariedades que, em sua leitura, os uniam ao conjunto da escravaria.

Os Henriques são homens forro, mas são mais amigos dos outros negros seus parceiros, e de quem descendem e dos mulatos com quem mais convivem do que os brancos. Tenhamos isso por verdades infalíveis.²²⁰

²¹⁸ AN, Códice 318, folha 15 v

²¹⁹ AN, Códice 318, folha 15 v

²²⁰ AN, Códice 318, folha 15 v

O intendente acreditava na existência de solidariedades que uniam “parceiros” negros e mulatos. Assim sendo, seria um risco manter a vigilância dos presos à cargo dos Henriques, deveria ser feita por “soldados brancos e dos de melhor nota”.

A avaliação sobre os Henriques, feita em diferentes épocas, por diferentes agentes do poder – ligados, de modo geral, ao serviço das armas – teve uma dupla dimensão. Alguns relatos enfatizavam e reconheciam sua valiosa ação militar. Outros, no entanto, diminuía sua importância e imaginavam o estabelecimento de perigosas solidariedades entre as tropas de homens pretos e a massa da escravaria.

Buscando recuperar as imagens que, de forma mais ou menos distorcida, foram construídas sobre os Henriques, podemos recorrer aos dois principais documentos utilizados neste capítulo. O primeiro, produzido em 1802, é o relatório do tenente-general José Narciso de Magalhães de Menezes, que já foi amplamente discutido. O segundo, o parecer do Intendente Geral da Polícia sobre a vigilância dos presos na cidade. O cruzamento dos documentos permite-nos vislumbrar as diferentes percepções que os agentes do poder construíram sobre os Henriques, enfatizando de forma particular as diferentes imagens sobre os componentes do oficialato e a massa dos soldados.

Primeiramente, é importante que algumas observações sejam feitas. Embora datem da primeira metade do século XIX, o contexto de produção dos documentos é bastante diverso. O relatório de Magalhães Menezes foi produzido no alvorecer do século e, como já foi demonstrado, tinha como objetivo promover uma reforma geral na estrutura do Batalhão de homens pretos. O objetivo final do relatório era que o projeto fosse aprovado e, evidentemente, para alcançar a aprovação almejada, além de apontar os “defeitos” que deveriam ser sanados para que os Henriques se tornassem um “verdadeiro arranjo militar”, o tenente-general não poupou elogios ao conjunto das tropas e, em especial, aos

oficiais. Tal fato, no entanto, não impede que se encontre, escondido por trás da retórica da exaltação, alguns aspectos e percepções que a oficialidade dos Henriques fazia de si e, conseqüentemente, o modo como os agentes do poder liam e compreendiam estas percepções. O segundo documento foi produzido em 1808, com a Corte Portuguesa em processo de estabelecimento na cidade.

Magalhães de Menezes tinha uma visão elogiosa sobre o oficialato de homens pretos. Centrado na figura do comandante José dos Santos Teixeira, qualificado como homem de “zelo incansável, inteligência e direitura”. Além disso, o exemplo de Teixeira, seria muito útil para que os outros pretos forros entrassem no serviço das armas “com gosto”. Fernandes Viana, ao contrário, até “quisera que eles ignorassem o manejo das armas”. Onde o tenente-general via “espírito de honra, verdade, desinteresse e patriotismo”, o intendente via um “mau natural”, solidariedade entre “negros seus parceiros” e, conseqüentemente, a explosão de “motins”. Para Magalhães de Menezes, não haviam riscos, afinal, “esta gente presta todas as funções do Real serviço e busca adquirir conceito a favor da sua corporação”. A busca por “conceito” e distinção tornava-os bons vassalos, homens pouco afeitos aos “motins”.

Duas interpretações tão distintas, muitas vezes conflitantes, comportariam algum fragmento de realidade sobre os Henriques? Certamente sim. Ao analisarmos os discursos produzidos e, fundamentalmente importante, a quem estavam se referindo, podemos alcançar o modo como os homens forros que se inseriam no serviço das armas eram vistos, representados e, quem sabe, o modo como efetivamente agiam. O discurso produzido por Magalhães de Menezes estava focado no oficialato dos Henriques. Já Fernandes Viana Concentra sua análise na massa de soldados, homens que faziam a guarda dos presos. Estavam portanto, referindo-se a dois grupos distintos.

O primeiro, dos oficiais, estava em busca de “conceito a favor da sua corporação”, conceito que os distinguiria, tornando-os vassallos do rei, homens pretos, forros, honrados e distantes do mundo da escravidão. Esta dimensão foi claramente compreendida pelo tenente-general. A interpretação de Fernandes Viana incidia sobre a massa da soldadesca. De modo geral, homens forros pobres, certamente mais próximos do conjunto da escravaria, solidários com seus “parceiros” aprisionados. Como recorda o intendente, já na época do vice-rei Marquês do Lavradio, solidariedades entre os soldados dos Henriques e prisioneiros eram acionados.

Parece claro, portanto, que estamos diante de dois olhares, voltados para diferentes grupos no interior do corpo de pretos. Aos oficiais, em busca de conceito, seria temerário o comportamento de seus soldados subalternos. Para a massa pobre de soldados, seria temerário guardar e manter aprisionados outros homens, tão pobres e desvalidos quanto eles. Trata-se, em última análise, da reprodução de hierarquias sociais no interior do corpo militar. A oficialidade, no topo da pirâmide, buscando honras, distinções e símbolos de diferenciação. Na base, os soldados, solidário com seus “parceiros”. Todos homens forros pretos, encenando e reproduzindo as hierarquias sociais que mantinham aquela sociedade em constante funcionamento.

CONCLUSÃO

Os terços de homens pretos forros foram instituições que viabilizaram a conquista de signos de status e poder, representados pela patente do oficialato. Junto a isso, foram palco de disputas entre grupos pelo controle dos postos de capitão. Tratava-se, em última análise, do conflito entre grupos na tentativa de alcançarem distinções. Como vimos, a sociedade escravista de Antigo Regime dava brechas para que os homens alforriados se movimentassem em busca de privilégios, fazendo que as tensões já existentes entre os grupos se acirrassem.

Assim sendo, o ato de se inserir num corpo militar de homens pretos estava revestido por uma série de camadas. A primeira, e mais evidente, seria a busca por “honras, privilégios, isenções e liberalidades”. A segunda camada, diz respeito ao modo como os indivíduos reunidos em grupos (crioulos e minas, no caso da cidade do Rio de Janeiro) entravam em conflito pelo controle dos postos do oficialato e, como consequência, de distinções. Por último, temos a camada que revela-nos a percepção senhorial sobre a inserção de homens forros nos terços de auxiliares.

Aqui temos o que Russell-Wood chamou de “atitude ambivalente”. A importância bélica dos terços de pretos era reconhecida, no entanto, havia uma certa desconfiança em relação ao provimento dos mais altos postos da oficialidade. Neste contexto, a carta régia de 1766 era bastante clara em suas pretensões: apenas homens das tropas de linha, pagas pela fazenda real, podiam ocupar os postos do oficialato do terço de auxiliares. Assim sendo, os homens pretos forros ficavam limitados em sua ascensão aos postos mais graduados. Somente nos primeiros anos do século XIX, com a vinda do tenente-general José Narcizo de Magalhães de Menezes e a promulgação do alvará de dezembro de 1802,

tal realidade seria modificada. No entanto, tratou-se de um processo lento que se consolidou apenas com a vinda da família real.

Em resumo, o estudo do terço auxiliar de homens pretos forros na cidade do Rio de Janeiro, permitiu-nos visualizar como estes homens, africanos e crioulos, que alcançaram a alforria e conquistaram algum pecúlio, buscavam, através do serviço das armas, honras e distinções na tentativa de consolidar suas bem sucedidas trajetórias e, ainda mais importante, distanciar-se do estigma da escravidão. Neste contexto, possuir uma patente do oficialato era um símbolo diferenciador, que reafirmava a liberdade e tornava esse conjunto de homens pretos forros vassalos *D`el Rey*.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. 7ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente. Escravidão urbana no Rio de Janeiro*. São Paulo: Vozes, 1988

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ANDREWS, George Reid. *Luso-Brazilian Review*, Vol. 21, No. 1 (1984)

BARROSO, Gustavo. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Bibliex, 2000

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CHIAVENTO, Júlio José. *O negro no Brasil: da senzala à guerra do Paraguai*. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1980

COTTA, Francis Albert. *Milícias negras na América Portuguesa*. Klepsitra. Revista Virtual de História, v.27

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros. Os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985

FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, Damas mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Tese apresentada ao concurso de

Professor Titular junto ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.
2004.

_____ *Mulheres forras – riqueza e estigma social*. Tempo, 9 (2000)

_____ *Sinhás Pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (sécs. XVIII-XIX)*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João. (Org.). *Ensaio sobre História e Educação*. 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. Mauad/Faperj, 2001

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro*, 3ª ed., São Paulo: Editora Globo, 2001

FRAGOSO, João Luís; FLORENTINO, Manolo G. “Marcelino, filho de Inocência crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do sul (1835-1872)”. *Estudos Econômicos*, v. 17, n.2

GUIMARÃES, Manuel L. Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”, em *Estudos Históricos*, 1 (1), Rio de Janeiro, 1988

GLASGOW, Roy Arthur. *The American Historical Review*, Vol. 88, No. 4 (1983)

JUNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 2007

KARASCH, Mary. *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. New Jersey: Princeton University Press, 1987

KARASCH, Mary. *The Americas*, Vol. 40, No. 2 (1983)

KRAAY, Hendrik. “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos: o “recrutamento” de escravos na guerra da independência do Brasil (1822-1823)”. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 22, n. 43, 2002

KUZNESOF, Elizabeth. *Journal of Social History*, Vol. 20, No. 2 (1986)

LARA, Sílvia Hunold. *Campos de violência. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. “Escravidão”. *Revista Brasileira de História*, 16. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1988;

_____. *Fragmentos Setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

_____. “Escravidão no Brasil: balanço historiográfico, LPH”. *Revista de História*, 3, nº 1. 1992.

_____. “Conectando Historiografias: a escravidão africana e o antigo regime na América portuguesa.” In: BICALHO, Maria Fernanda (org.). *Modos de governar. Idéias e práticas políticas no império português (sécs. XVI-XIX)*. São Paulo: Editora Alameda, 2007.

LE GOFF, Jacques. *Documento/ Monumento*. Lisboa. Enciclopédia Einaudi, 1984

LYNCH, John. *The English Historical Review*, Vol. 100, No. 394 (1985)

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil* (1ª edição 1982) 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988

MARTA, Michel Mendes. “As milícias de cor na cidade do Rio de Janeiro, sécs. XVIII e XIX”. In: SOARES, Mariza de Carvalho e BEZERRA, Nielson Rosa (orgs.) *Escravidão Africana no recôncavo da Guanabara (séculos XVII-XIX)*, EdUFF, 2011

MOTT, Luiz R. B. “Uma santa africana no Brasil colonial”. *D. O. Leitura*. São Paulo, v. 6, n. 62, 1987.

_____ *Escravidão, homossexualidade e demonologia*. São Paulo: ícone, 1988;

PALMER, Colin A. *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 64, No. 2 (1984)

REIS, João José. “Poderemos brincar, folgar e cantar...: O protesto escravo nas Américas”. *Afro-Ásia*, v. 14

_____ *Rebelião escrava no Brasil. a história do levante dos Malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (org.) *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *The black man in slavery and freedom in colonial Brazil*, Nova York, St. Martin`s Press, 1982

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2005

SILVA, Luiz Geraldo. “Negros patriotas: raça e identidade social na formação do Estado-nação (Pernambuco, 1770-1830)”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo/Injuí: Hucitec/Unijui, 2003

SILVA, Kalina Vanderlei. “Os Henriques nas vilas açucareiras do Estado do Brasil: tropas de homens negros em Pernambuco, séculos XVII e XVIII”. *Estudos de História*. Vol. 9, nº 2, 2002

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, Edusc. 2001.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

_____. “From Gbe to Yoruba: Ethnic Changes within the Mina Nation in Rio de Janeiro”. FALOLA, Toyin; CHILDS, Matt (orgs.) *The Yoruba Diaspora in the Atlantic World*. Indiana University Press. 2004

_____. “A ‘nação’ que se tem e a ‘terra’ de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português século XVIII” *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 26, mai-ago, 2. 2004

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*, tomo III